



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA,
PRESENCIAL**

REDENÇÃO-CEARÁ-BRASIL
SETEMBRO DE 2025



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

Camilo Sobreira de Santana

Ministro da Educação

Roque do Nascimento Albuquerque

Reitor

Eliane Gonçalves da Costa

Vice-Reitora

Thiago Moura de Araújo

Pró-Reitor de Graduação

Lucas Daniel de Mont'alverne Monteiro

Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura

Ricardo Ossagô de Carvalho

Pró-Reitor de Extensão, Arte e Cultura

Alexandre Cohn da Silveira

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Lucas Nunes da Luz

Pró-Reitor de Planejamento, Orçamento e Finanças

Cláudia Ramos Carioca

Pró-Reitora de Políticas Afirmativas e Estudantis

Sabi Yari Moise Bandiri

Pró-Reitor de Relações Institucionais e Internacionais

Rebeca Cavalcante Pinheiro Lima

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

José Weyne de Freitas Sousa

Diretor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas

Alexandre Oliveira Lima

Coordenador do Curso de Bacharelado em Administração Pública presencial, Presencial

Alexandre Oliveira Lima

Eduardo Soares Parente

Hugo Azevedo Rangel de Moraes

Luis Miguel Dias Caetano

Maria Vilma Coelho Moreira Faria

Sérgio Henrique de Oliveira Lima

Núcleo Docente Estruturante

IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

Denominação do Curso: Administração Pública

Grau: Bacharelado

Modalidade: Presencial

Turno: Integral (manhã e tarde)

Organização Acadêmica: Semestral

Vagas ofertadas: 100 vagas anuais

Periodicidade: Semestral

Duração do curso: 8 semestres (4 anos)

Duração do curso (tempo de integralização):

- Mínima: 8 semestres (4 anos)
- Máxima: 10 semestres (5 anos)

Carga horária mínima de integralização: 3.578 horas

Endereço de funcionamento: Rua José Franco de Oliveira, s/n, CEP 62.790-970, Redenção – Ceará – Brasil (Campus das Auroras)

Título Acadêmica: Bacharel em Administração Pública

BASE LEGAL

Parecer CNE/CES 08/2007 - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007 - Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.

Documento orientador: Manual de Conceitos para as Bases de Dados do Ministério da Educação sobre Educação Superior- Anexo Portaria Normativa MEC nº 21, de 21/12/2017.

Quadro 1: Professores Efetivos Vinculados ao Curso de Administração Pública presencial

N	NOME	SETOR DE ESTUDO	TITULAÇÃO	REGIME
1	Alexandre Oliveira Lima	Administração Financeira e Contabilidade e Controladoria	Doutor	40H/ DE
2	Andrea Yumi Sugishita Kanikadan	Teorias das Organizações e Administração Geral	Doutor	40H/ DE
3	Antonio Roberto Xavier	Administração e Políticas Públicas	Doutor	40H/ DE
4	Carlos Airton Uchoa Sales Gomes	Direito	Especialista	40H
5	Carlos Henrique Lopes Pinheiro	Ciência Humanas	Doutor	40H/ DE
6	Carlos Mendes Tavares	Métodos Quantitativos Aplicados à Ciências Sociais Aplicadas	Doutor	40H/ DE
7	Eduardo Soares Parente	Gestão da Informação e Métodos Quantitativos	Doutor	40H/ DE
8	Eliane Barbosa da Conceição	Contabilidade Pública	Doutor	40H/ DE
9	Hugo Azevedo Rangel de Moraes	Auditoria e Perícia Contabilidade Societária	Doutor	40H/ DE
10	Hugo Marco Consciência Silvestre	Teoria das Organizações e Administração Geral	Doutor	40H/ DE
11	João Coelho da Silva Neto	Administração e Políticas Públicas	Doutor	40H/ DE
12	José Weyne de Freitas Sousa	História Econômica	Doutor	40H/ DE
13	Luis Miguel Dias Caetano	Administração e Políticas Públicas	Doutor	40H/ DE
14	Maria do Rosário Fátima Portela Cysne	Metodologia da Pesquisa, Gestão do Conhecimento e Ciência da Informação	Doutor	40H/ DE
15	Maria Vilma Coelho Moreira Faria	Gestão Social	Doutor	40H/ DE
16	Pedro Rosas Magrini	Teorias das Organizações e Administração Geral	Doutor	40H/ DE
17	Rosalina Semedo de Andrade Tavares	Teoria das Organizações e Administração Geral	Doutor	40H/ DE
18	Sâmia Nagib Maluf	Economia	Doutor	40H/ DE
19	Sandra Maria Guimarães Callado	Economia e Finanças	Doutor	40H/ DE
20	Sérgio Henrique de Oliveira Lima	Administração Geral e Controladoria	Doutor	40H
21	Virgínia Cavalcante Coelho	Direito	Doutor	40H/ DE

Fonte: ICSA

APRESENTAÇÃO

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) objetiva integrar os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), através de intercâmbios de docentes e discentes, fomento de pesquisas e oferta de ensino superior público a cidadãos de países, tais como: Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor Leste e Macau (região administrativa especial da China). O apoio à África e às regiões asiáticas de tradição lusófona foi definido como foco principal na Conferência Mundial de Educação Superior realizada, em julho de 2009, pela Unesco em sua sede em Paris.

As universidades brasileiras de integração regional e internacional buscam se inserir no momento histórico em que o Brasil assume novas responsabilidades no cenário internacional. Nesse contexto, surge a Unilab, entre outras. Trata-se também de uma política de abertura para o mundo que as universidades brasileiras já vêm realizando através de programas de mobilidade com instituições congêneres de outros países. A Unilab vai além dessa prática, ao definir conceitualmente a formação de modo articulado com outras universidades da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), principalmente africanas, indicando que os alunos da Unilab - brasileiros e estrangeiros - poderão realizar parte de seus estudos em outros países por meio da mobilidade acadêmica internacional, a qual integra um dos eixos temáticos das Diretrizes de Internacionalização da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). A Seção de Mobilidade Internacional se vincula à unidade da Pró-Reitoria de Relações Institucionais e Internacionais, responsável pela gestão do Programa de Mobilidade Internacional da Unilab; pelo planejamento e execução de editais de mobilidade *in* e *out* envolvendo outros países; e pela articulação com instituições parceiras para ações de mobilidade internacional de estudantes, docentes e técnicos-administrativos.

Há, ainda, o Programa de Mobilidade Acadêmica Nacional, que consiste na possibilidade efetiva de discentes de graduação, modalidade presencial, cursarem componentes curriculares em outras Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), brasileiras, nos termos do Convênio Andifes e da Resolução

Consepe/Unilab nº 272, de 02 de outubro de 2023.

As Diretrizes da Unilab apontam para inovações no âmbito do processo de ensino- aprendizagem que transcende as propostas convencionais de criação de uma universidade, buscando um ensino de alto padrão, comprometido com a realidade política, econômica e socioambiental brasileiro e dos demais países da CPLP. Isto pressupõe um saber relacionado não somente com o conhecimento científico, mas também com o compromisso e engajamento na formação de profissionais aptos, do ponto de vista dos conhecimentos técnico, científico, informacional e sociais, para apontar caminhos, amenizar e solucionar problemas complexos das realidades de seus países de origem.

A Missão da Unilab (LEI DE DIRETRIZES, UNILAB, 2010, p. 12) é:

Produzir e disseminar o saber universal de modo a contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e dos países de expressão de língua portuguesa - especialmente os africanos - por meio da formação de cidadãos com sólido conhecimento técnico, científico, e cultural e comprometidos com necessidade de superação das desigualdades sociais e a preservação do meio ambiente.

Essa missão se vincula à *práxis* por meio do objetivo geral da Unilab: “Promover, por meio de ensino, pesquisa e extensão de alto nível e em diálogo com uma perspectiva intercultural, interdisciplinar e crítica, a formação técnica, científica e cultural de cidadãos aptos a contribuir para a integração entre Brasil e os demais membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), visando seu desenvolvimento econômico e social” (LEI DE DIRETRIZES, UNILAB, 2010, p. 13).

A revisão do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Administração Pública, presencial, é a renovação de um projeto que se pensou há mais de dez anos e que deve ser atualizado visando os novos tempos e as necessidades atuais e futuras. Este momento, também simboliza um reforço das relações institucionais entre o Brasil e os restantes estados membros, sinalizando, ainda mais, a missão estratégica da Unilab no espaço lusófono.

Considerando a sua missão educacional e social, a Unilab tem como prioridade a formação de lideranças capazes de se comprometerem com o desenvolvimento econômico, humano e justiça social, a democracia e a cidadania, produzindo e disseminando conhecimentos.

O Curso de Graduação em Administração Pública nasceu em 2010,

praticamente junto com a UNILAB, e está dentre os primeiros cursos aprovados seguindo as diretrizes de atuação da Universidade nas áreas de Agricultura, Energia e Tecnologias de Desenvolvimento Sustentável, Formação Docente, Saúde Coletiva e Gestão Pública, sendo esta a área diretamente associada ao curso de Administração Pública. O entorno onde a UNILAB está alicerçada, a Região do Maciço de Baturité, é formado por 13 municípios: Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção. Os *campi* da UNILAB no estado do Ceará se localizam nos municípios de Redenção, Acarape e Baturité.

A fim de concretizar sua proposta de integração, metade dos alunos da Unilab deve ser composta por jovens residentes no Brasil e a outra metade de alunos internacionais, oriundos dos demais países da CPLP, especialmente africanos. Esta meta está se concretizando a cada dia. A seleção de alunos brasileiros ocorre através do ENEM e dos alunos internacionais, por meio de processo próprio da Unilab: Processo Seletivo de Estudantes Internacionais (PSEI).

Portanto, a demanda pelo Curso de Graduação em Administração Pública é alta. Nesses quase 15 anos de existência, as vagas ofertadas são praticamente todas preenchidas por alunos brasileiros e/ou internacionais. A necessidade de profissionalização da gestão pública, quer seja nos municípios do Maciço de Baturité ou nos países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste), é cada vez mais necessária, tendo em vista o crescimento econômico, a busca por uma democracia sustentável e o desenvolvimento social desses países.

O alinhamento das ações da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) às suas políticas institucionais constitui um princípio orientador para a consolidação de sua identidade e para o cumprimento de sua missão institucional. Nesse contexto, o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) configuram-se como instrumentos fundamentais para a definição das diretrizes estratégicas, pedagógicas e organizacionais da Universidade.

O PDI, enquanto documento de planejamento estratégico de médio e longo prazo, estabelece objetivos e metas voltados ao fortalecimento da infraestrutura, da qualidade acadêmica e da internacionalização, assegurando a coerência entre as

demandas internas e os compromissos externos assumidos pela UNILAB. O PPI, por sua vez, traduz a concepção pedagógica que sustenta as práticas formativas da instituição, orientando os cursos, programas e projetos acadêmicos a partir de princípios como diversidade cultural, inclusão social, equidade e diálogo intercultural.

O cumprimento dessas diretrizes reafirma o papel estratégico da UNILAB no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A Universidade se consolida como espaço de integração e cooperação solidária entre o Brasil, os países africanos de língua oficial portuguesa e Timor-Leste, promovendo a mobilidade acadêmica, a produção de conhecimento contextualizado e a valorização dos saberes locais em perspectiva global.

Dessa forma, o alinhamento institucional ao PDI e ao PPI não se configura apenas como um requisito normativo, mas como uma ação estruturante que reforça a posição da UNILAB enquanto agente de integração acadêmica e científica no espaço lusófono. Tal alinhamento potencializa sua contribuição para o desenvolvimento sustentável, a justiça social e o fortalecimento dos laços históricos, culturais e políticos entre os países que compartilham a língua portuguesa.

O curso de Bacharelado em Administração Pública da UNILAB fundamenta-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996), que orienta a educação superior no Brasil, garantindo a formação de profissionais capazes de responder às demandas sociais e institucionais do país.

Especificamente, apoia-se nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Administração, estabelecidas pela Resolução CNE/CES nº 4/2005, que definem os princípios e parâmetros para a formação em Administração, abrangendo a área pública. Tais diretrizes reforçam a necessidade de formação de profissionais dotados de competências técnicas, éticas e políticas, capazes de atuar na formulação, gestão e avaliação da gestão e das políticas públicas.

Complementarmente, segue a Resolução CNE/CES nº 1/2014, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Administração Pública, Gestão Pública e áreas afins, aprofunda a especificidade da formação no campo público. Essa normativa orienta a formação de bacharéis com perfil crítico,

reflexivo e comprometido com os princípios da administração democrática, da eficiência, da transparência e da participação social, alinhados às necessidades do Estado e da sociedade, assegurando uma formação orientada pela ética, cidadania, eficiência e transparência na gestão pública.

Assim, o curso estrutura-se em conformidade com a legislação educacional vigente, assegurando a coerência acadêmica e a relevância social de sua proposta formativa.

A oferta do curso de Bacharelado em Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) encontra-se diretamente vinculada à missão institucional da universidade de promover a integração acadêmica e cultural entre o Brasil e os países parceiros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Nesse sentido, a formação de profissionais qualificados para a gestão pública responde a demandas sociais, econômicas e educacionais em diferentes escalas: local, regional, nacional e internacional.

No contexto local e regional, a UNILAB está inserida no Maciço de Baturité e no Recôncavo Baiano, territórios marcados por desigualdades socioeconômicas e pela necessidade de fortalecimento da gestão pública como instrumento de desenvolvimento sustentável, inclusão social e valorização da diversidade cultural. A formação em Administração Pública contribui para o aprimoramento das práticas de gestão nos municípios, estados e instituições locais, ampliando a capacidade técnica e política de implementação de políticas públicas mais eficientes e participativas.

Em âmbito nacional, a oferta do curso dialoga com os desafios contemporâneos do Estado brasileiro, que demandam gestores capazes de enfrentar questões complexas, como a redução das desigualdades sociais, a consolidação da democracia, a promoção da transparência e a eficiência administrativa. O curso, assim, prepara profissionais comprometidos com a ética, a cidadania e a inovação na gestão pública.

No cenário internacional, a relevância do curso amplia-se ao contemplar a integração com os países parceiros da CPLP, que compartilham desafios

semelhantes no campo da administração e da governança pública. A proposta do curso atende à necessidade de formação de quadros qualificados para atuar em governos, organismos internacionais e organizações da sociedade civil nos países africanos de língua oficial portuguesa e em Timor-Leste, fomentando a cooperação Sul-Sul e o fortalecimento institucional.

A atualização constante do curso é, portanto, uma exigência decorrente das transformações sociais, econômicas e políticas que atravessam tanto o Brasil quanto os países parceiros da CPLP. A revisão periódica de sua estrutura curricular assegura a incorporação de novos referenciais teóricos, metodológicos e tecnológicos, alinhando-se às Diretrizes Curriculares Nacionais e às demandas concretas da sociedade.

Assim, a justificativa da oferta e da atualização do Bacharelado em Administração Pública da UNILAB fundamenta-se em seu compromisso estratégico com a formação de profissionais que contribuam para o fortalecimento da gestão pública, a integração internacional e o desenvolvimento sustentável nos diferentes contextos em que a universidade atua.

O curso de Bacharelado em Administração Pública da UNILAB tem como objetivo geral formar profissionais qualificados para atuar na gestão pública em seus diferentes níveis e esferas, comprometidos com a ética, a cidadania, a eficiência e a transparência na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Entre os objetivos específicos, destacam-se: desenvolver competências técnicas e analíticas voltadas à administração pública; estimular a reflexão crítica sobre os desafios sociais, políticos e econômicos contemporâneos; promover a integração acadêmica entre o Brasil e os países da CPLP; e contribuir para o fortalecimento das instituições públicas e da governança democrática.

O perfil do egresso caracteriza-se por um profissional dotado de visão sistêmica, crítica e interdisciplinar, capaz de articular teoria e prática na gestão de organizações públicas. O egresso deverá ser apto a propor soluções inovadoras e sustentáveis para problemas complexos da administração pública, atuar com responsabilidade social e política, respeitar a diversidade cultural e fortalecer a cooperação internacional no espaço lusófono.

A lógica organizacional da proposta pedagógica fundamenta-se na integração entre ensino, pesquisa e extensão, garantindo uma formação humanista, interdisciplinar e contextualizada. A estrutura curricular articula conteúdos básicos, específicos e integradores, com ênfase na problematização da realidade local, regional, nacional e internacional. A metodologia prioriza a participação ativa dos estudantes, a interdisciplinaridade e a valorização de saberes diversos, em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais e com a missão institucional da UNILAB.

A elaboração do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Bacharelado em Administração Pública presencial da UNILAB está fundamentada em um conjunto de documentos legais, normativos e institucionais que garantem sua legitimidade, coerência e alinhamento às diretrizes educacionais brasileiras e à missão institucional da universidade.

No âmbito legal e normativo, destacam-se:

- A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996), que estabelece os fundamentos gerais da educação superior no Brasil;
- A Resolução CNE/CES nº 4/2005, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Administração;
- A Resolução CNE/CES nº 1/2014, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para os cursos de Administração Pública, Gestão Pública e áreas correlatas;
- Demais resoluções e pareceres do Conselho Nacional de Educação que regulam a organização curricular e a avaliação da educação superior.

No âmbito institucional, o PPC encontra respaldo em:

- O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UNILAB, que define os princípios formativos e pedagógicos da universidade, orientados pela interculturalidade, inclusão social e integração internacional;
- O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que estabelece os

eixos estratégicos de médio e longo prazo da instituição;

- As políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão, que asseguram a indissociabilidade entre esses pilares acadêmicos;
- O Regimento Geral e demais normativas internas que regulam a organização acadêmica da universidade.

Assim, o PPC do Curso de Administração Pública presencial da UNILAB é fruto da articulação entre as diretrizes nacionais da educação superior e os princípios institucionais da universidade. Essa fundamentação reforça sua legitimidade e assegura a coerência da proposta formativa, garantindo uma formação de qualidade, socialmente referenciada e alinhada ao papel estratégico da UNILAB no fortalecimento da integração entre o Brasil e os países da CPLP.

Sumário

1 CONTEXTUALIZAÇÃO	14
<i>1.1 UNILAB</i>	<i>14</i>
<i>1.2 NOME DA IES</i>	<i>14</i>
<i>1.3 BASE LEGAL DA IES</i>	<i>14</i>
<i>1.4 PERFIL E MISSÃO DA IES</i>	<i>14</i>
<i>1.5 REALIDADE REGIONAL</i>	<i>21</i>
<i>1.6 JUSTIFICATIVA (CONTEXTO EDUCACIONAL)</i>	<i>22</i>
<i>1.7 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL</i>	<i>24</i>
2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA	26

2.1 CONCEPÇÃO DO CURSO	26
2.2 OBJETIVOS DO CURSO	27
2.2.1 Objetivo Geral	27
2.2.2 Objetivos Específicos	27
2.3 LEGISLAÇÃO	28
2.4 JUSTIFICATIVA	28
2.5 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	34
2.6 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	35
3. DADOS DO CURSO	36
3.1 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA	36
3.2 FUNCIONAMENTO	37
3.3 FORMAS DE INGRESSO	37
4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	38
4.1 INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR	38
4.1.1 Atividades Complementares	38
4.1.2 Trabalho de Conclusão do Curso (TCC)	41
4.1.3 Curricularização da Extensão	42
4.1.4 Estágio Curricular Supervisionado	52
4.2 ACESSIBILIDADE	54
4.3 PLANOS DE INTEGRALIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA	54
4.4 METODOLOGIAS DE ENSINO	56
4.5 ESTRUTURA CURRICULAR	58
4.6 COMPONENTES CURRICULARES	65
4.7 EMENTAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	68
4.8 EMENTAS DISCIPLINAS OPTATIVAS	120
4.8 FLEXIBILIDADE CURRICULAR	149
4.9 APOIO AO DISCENTE	150
4.10 CONVÊNIOS INTERNACIONAIS COM OUTRAS UNIVERSIDADES	156
4.11 ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA E INSTRUMENTAL	157
4.12 MONITORIA	157
4.13 NIVELAMENTO	157
4.14 INTERMEDIÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE ESTÁGIOS NÃO OBRIGATÓRIOS REMUNERADOS	157
4.15 APOIO PSICOPEDAGÓGICO	158
4.16 PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (LEI 12.764/2012)	158
4.17 CENTROS ACADÊMICOS	158
4.18 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM	159
5. RECURSOS	160
5.1 CORPO DOCENTE	160
5.2 ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)	161
5.3 FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	162
5.4 ATUAÇÃO DO COORDENADOR	162
5.5 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO	163
5.6 CARGA HORÁRIA DA COORDENADORA DO CURSO	163
5.7 CORPO DISCENTE	163
5.8 INFRAESTRUTURA	163
6. PROCESSO DE AVALIAÇÃO	165
6.1 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	165

6.2 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO	165
6.3 AVALIAÇÃO DO DISCENTE	167
6.4 AVALIAÇÃO DOCENTE	168
7. INTERNACIONALIZAÇÃO DO CURSO	169
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	171

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1 UNILAB

1.2 NOME DA IES

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab)

1.3 BASE LEGAL DA IES

A Unilab foi criada em 20 de julho de 2010, mediante a lei nº 12.289, sancionada pelo Presidente da República, e publicada no Diário Oficial da União (DOU), nº 138, de 21 de julho de 2010, seção 1, p. 4. A Unilab é uma universidade pública federal, com natureza jurídica de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação, com sede (reitoria) e foro na Avenida da Abolição, 3, Centro, cidade de Redenção, Estado do Ceará, CEP. 62.790-000.

1.4 PERFIL E MISSÃO DA IES

Atendendo à diretriz do Ministério da Educação (MEC) de interiorização da educação superior no país, a UNILAB busca configurar-se como uma universidade Multi-Campi, pretendendo para tanto implantar uma rede de unidades, a fim de atender às demandas dos municípios da região do Maciço do Baturité (Ceará) e do Recôncavo Baiano e de seu entorno, com extensão às demais localidades dos Estados e do Nordeste brasileiro, além dos países parceiros da CPLP.

A UNILAB busca tornar-se um novo centro de referência e integração entre países da CPLP por meio da ciência e da cultura, constituindo-se espaço de cooperação, acúmulo e transferência recíproca de ciência e tecnologia, de intercâmbio de culturas e de promoção do desenvolvimento sustentável. Para tanto, os eixos sobre os quais se estruturam as atividades da nova universidade levarão em conta as principais demandas dos países em termos de formação.

Desta maneira, inicialmente a universidade está atuando nas áreas de Agricultura, Energia e Tecnologias de Desenvolvimento Sustentável, Formação Docente, Gestão Pública e Saúde Coletiva. Existindo, ao mesmo tempo, apoio à formação integral dos alunos por meio da articulação entre ensino, pesquisa-

extensão, gerando programas formativos com abordagens trans e interdisciplinares.

A fim de concretizar sua proposta de integração, metade dos alunos da UNILAB deve ser composta por jovens residentes no Brasil e a outra metade de alunos oriundos dos demais países da CPLP, especialmente africanos. Esta meta ainda não foi alcançada, mas devem se realizar esforços institucionais para tanto. A seleção de alunos brasileiros ocorre através do ENEM e dos alunos internacionais, por meio de processo próprio da UNILAB: Processo Seletivo de Estudantes Internacionais – PSEI, de acordo com a Resolução ad referendum Consepe/Unilab nº 403, de 07 de agosto de 2025.

Os docentes e pesquisadores são contratados seguindo a mesma lógica de parceria, podendo até metade de seu corpo docente – regular, visitante e bolsistas – ser de origem estrangeira, de modo preferencial dos países parceiros da Unilab, perfazendo a proposta de integração acadêmica e cooperação solidária.

A formação acadêmica é dividida em cinco momentos – inserção à vida universitária, formação geral, formação básica, formação profissional específica e inserção no mundo do trabalho. Nesta última planeja-se que os alunos, por meio de um sistema de estágios, com monitoramento da universidade, apliquem os conhecimentos aprendidos.

A proposta de formação busca assegurar a permanência dos alunos, tendo em vista a conclusão dos cursos. Em função disso, tem sido desenvolvida política de acompanhamento e assistência estudantil, integrada ao processo educativo com apoio em monitorias e bolsas de estudo.

Espera-se que a UNILAB conte, cada vez mais, com o apoio e a participação de universidades públicas já atuantes nos países de expressão portuguesa, desenvolvendo ações conjuntas com outras instituições sociais e comunitárias que se destacam na integração étnico-racial e na cooperação com países africanos e asiáticos, visando ampliar e potencializar os programas já existentes de cooperação com o Brasil.

A partir do contexto de interiorização e internacionalização do ensino superior, a UNILAB tem como missão institucional específica formar cidadãos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural,

científico e educacional. (BRASIL. Lei N° 12.289, de 20 de julho de 2010).

A Lei nº 12.289 referida, que considera os seguintes aspectos centrais abordados em seu artigo 2º: Art. 2º A UNILAB terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional.

§ 1º A UNILAB caracteriza sua atuação pela cooperação internacional, pelo intercâmbio acadêmico e solidário com países membros da CPLP, especialmente os países africanos, pela composição de corpo docente e discente proveniente do Brasil e de outros países, bem como pelo estabelecimento e execução de convênios temporários ou permanentes com outras instituições da CPLP.

§ 2º Os cursos da UNILAB serão ministrados preferencialmente em áreas de interesse mútuo do Brasil e dos demais países membros da CPLP, especialmente dos países africanos, com ênfase em temas envolvendo formação de professores, desenvolvimento agrário, gestão, saúde pública e demais áreas consideradas estratégicas.

Além disso, a UNILAB busca promover avanços na produção e disseminação do conhecimento em atendimento à demanda de formação e de pesquisa de países de expressão em língua portuguesa, em um ambiente de respeito às distintas identidades, ao pluriculturalismo e à cooperação solidária. E, portanto, um novo centro de referência e integração destes países por meio da ciência e da cultura, constituindo-se espaço de cooperação, acúmulo e transferência recíproca de ciência e tecnologia, de intercâmbio de culturas e de promoção do desenvolvimento sustentável.

É ainda missão da UNILAB, produzir e disseminar o saber universal de modo a contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e dos demais países de expressão em língua portuguesa - especialmente os africanos, estendendo-se progressivamente a outros países deste continente - por

meio da formação de cidadãos com sólido conhecimento técnico, científico e cultural, e comprometidos com a necessidade de superação das desigualdades sociais e a preservação do meio ambiente.

As atividades administrativas e acadêmicas da UNILAB se concentram nos estados brasileiros do Ceará e da Bahia. No Ceará, a universidade conta com unidades nos municípios de Redenção, Acarape e Baturité. Na Bahia, a UNILAB está presente no município de São Francisco do Conde. Atualmente a UNILAB possui quatro *campi* em funcionamento: o Campus dos Malês, em São Francisco do Conde, no estado da Bahia, BA; no estado do Ceará, há o Campus da Liberdade e o Campus das Auroras, ambos localizados na cidade de Redenção; o Campus de Baturité, no município de mesmo nome. Além disso, no Ceará há também a Unidade Acadêmica dos Palmares, localizada na cidade de Acarape.

A UNILAB possui nove Institutos que se configuram como unidades acadêmicas: Instituto de Ciências Exatas e da Natureza (ICEN); Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA); Instituto de Ciências da Saúde (ICS); Instituto de Desenvolvimento Rural (IDR); Instituto de Engenharia e Desenvolvimento Sustentável (IEDS); Instituto de Humanidades (IH); Instituto de Humanidades e Letras do Malês (IHL); Instituto de Linguagens e Literaturas (ILL) e o Instituto de Educação à Distância (IEAD).

A UNILAB oferta os seguintes Cursos de Graduação, na modalidade presencial: Administração Pública; Agronomia; Antropologia; Bacharelado em Humanidades (BHU); Ciências Biológicas (Licenciatura); Ciências Sociais; Educação Escolar Quilombola (Licenciatura); Enfermagem; Engenharia de Alimentos; Engenharia da Computação; Engenharia de Energias; Farmácia; Física; História; Letras – Língua Portuguesa; Letras – Língua Inglesa; Licenciatura Intercultural Indígena; Matemática (Licenciatura); Medicina; Pedagogia (Licenciatura); Química (Licenciatura); Relações Internacionais; Serviço Social; Sociologia (Licenciatura). Em termos de cursos de graduação na modalidade à distância, os seguintes cursos são ofertados: Bacharelado em Administração Pública EaD; Licenciatura em Computação EaD; Licenciatura Interdisciplinar em Ciências Naturais EaD; Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa EaD.

Em relação à Pós-Graduação, os seguintes programas e cursos são ofertados: Pós-Graduação Lato Sensu - Especialização (à distância): Gestão Pública, Gestão Pública Municipal, Gestão em Saúde, Gestão de Recursos

Hídricos, Ambientes e Energéticos, Gênero, Diversidade e Direitos Humanos, Literaturas Africanas de Língua Portuguesa Ciências é 10 – Ensino de Ciências: Anos Finais do Ensino Fundamental e Metodologias Interdisciplinares e Interculturais para o Ensino Fundamental e médio.

No Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* - Mestrado Acadêmico oferta-se os seguintes cursos: Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis (MASTS); Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH); Mestrado e Doutorado Acadêmico em Enfermagem (MAENF); Programa de Mestrado em Antropologia (UFC-UNILAB); Mestrado Acadêmico em Estudos da Linguagem; Mestrado Acadêmico em Energia e Ambiente; Mestrado em Estudos de Linguagens: Contextos Lusófonos Brasil-África (MEL Malês). No que se refere aos Mestrados Profissionais, os seguintes cursos são ofertados: Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (PROFMAT); Mestrado Profissional em Ensino e Formação Docente (associação com IFCE); Mestrado Profissional em Saúde da Família (MPSF) e Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede Nacional (PROFIAP).

A UNILAB possui as Pró-Reitorias que são órgãos executivos que auxiliam a Reitoria no exercício de suas atribuições, sendo-lhes delegadas funções concernentes às suas respectivas áreas de atuação. Atualmente a UNILAB possui sete Pró-Reitorias:

a) Pró-Reitoria de Administração e Infraestrutura (PROADI): uma unidade da Administração Superior da UNILAB à qual cabe prover, continuamente, com eficiência, eficácia e efetividade os meios necessários à manutenção e crescimento da capacidade de gestão das atividades-fim da UNILAB, desenvolvendo ações administrativas voltadas para atender as demandas e expectativas da instituição, para a plena satisfação das necessidades da comunidade universitária. A Portaria Reitoria nº 683 de 20/12/2023 estabelece que a PROADI tem por competências supervisionar, coordenar, orientar, administrar e executar atividades inerentes à administração, à infraestrutura, à gestão patrimonial, à informação, às aquisições/contratações e aos serviços inerentes ao funcionamento básico da instituição no âmbito do estado do Ceará, promovendo ações que proporcionem condições adequadas à manutenção e ao desenvolvimento da missão institucional da Universidade.

b) Pró-Reitoria de Extensão, Arte e Cultura (PROEX): Órgão executivo para as áreas de extensão arte e cultura ao qual compete selecionar, acompanhar e fiscalizar os programas e projetos de extensão, arte e cultura cadastrados na UNILAB, além de estimular e apoiar atividades correlatas dentro e fora da Universidade. À PROEX compete, ainda, estimular e promover o diálogo da UNILAB com a comunidade externa, por meio de ações extensivas, que coloquem em contato os conhecimentos produzidos por professores e estudantes e os saberes comunitários, bem como a atividades no campo da arte e da cultura abertas para a participação da comunidade acadêmica e da população em geral. A PROEX, criada em novembro de 2012, mediante ato normativo da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, já contava, no momento de sua implementação, com um histórico de ações extensionistas que aconteceram, anteriormente, alocadas na Coordenação de Extensão – dentro da Pró Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação – regulamentada pela Resolução Nº 27/2011, de 12 de dezembro de 2011. As ações de extensão regulamentadas pela Resolução CONSEPE/UNILAB Nº 81 de 20 de abril de 2021, é órgão superior da Reitoria que dá expressão ao planejamento, fomento, coordenação, supervisão das estratégias, diretrizes e as políticas de Extensão, Arte e Cultura da UNILAB. Atua através da inovação e relações com a sociedade, sempre articulada ao ensino e à pesquisa, visando à socialização do saber e ao desenvolvimento socioeconômico sustentável local e regional.

c) Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD): Órgão executivo e de apoio acadêmico cuja atuação e competências estão voltadas a coordenar e acompanhar as políticas de ensino de graduação, normatizar e orientar os procedimentos acadêmicos, oferecer suporte técnico e pedagógico aos cursos, gerenciar processos institucionais vinculados ao ensino de graduação como realização e acompanhamento dos processos seletivos para o ingresso de estudantes de graduação, matrícula, registros acadêmicos, interação e acompanhamento dos alunos agressos, entre outros. A PROGRAD é a instância administrativa da UNILAB responsável pela implantação e pelo acompanhamento das políticas institucionais de ensino de graduação, por meio de ações empreendidas em consonância

com as políticas para a graduação do Ministério da Educação. Tendo como foco o estudante e sua formação, a PROGRAD proporciona oportunidades de vivência profissional aos estudantes de graduação por meio da gestão de programas que potencializam a formação profissional de excelência. Por meio de suas coordenações específicas, e em articulação com outros órgãos da Unilab, a Prograd participa do processo de criação, implantação e avaliação dos cursos de graduação, realiza a seleção e matrícula de estudantes, e oferece suporte para a formação de professores e o aprimoramento de estratégias no processo de ensino e aprendizagem e sua avaliação.

d) Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG): Órgão executivo para as áreas de pesquisa e pós-graduação ao qual compete realizar o acompanhamento e fiscalização dos cursos de pós-graduação, a execução, acompanhamento de fiscalização de programas e projetos de pesquisa cadastrados na UNILAB. À PROPPG compete, ainda, realizar ações de fomento à pesquisa na UNILAB e atuar como auxiliar da Reitoria na superintendência de atividades de formação no nível da pós-graduação e da pesquisa científica em geral no âmbito da universidade.

e) Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN): A Proplan funciona como órgão da Administração Superior a quem compete o assessoramento da política global de planejamento da UNILAB, tendo como esteio básico a ética e transparência, e, com a intenção de propiciar a consecução da sua missão, ela realiza análise técnica da evolução da universidade e de assessoria, na formulação de diretrizes e metas para o seu desenvolvimento. Compete ainda à PROPLAN a coordenação da elaboração e consolidação das propostas do orçamento da UNILAB, assessorando as demais unidades administrativas no âmbito de sua competência. As suas ações são pautadas visando atingir a eficiência, eficácia e efetividade na aplicação dos recursos da universidade e dessa forma, contribuir para uma elevação dela a patamares cada vez maiores.

f) Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis (PROPAE): Órgão executivo para as áreas de promoção à ações afirmativas em benefício de minorias étnicas, raciais, sociais e de gênero e apoio ao estudante na UNILAB. A Propae é a unidade gestora responsável por

incentivar, acompanhar e promover ações que contribuam para o desenvolvimento do estudante em toda a sua trajetória acadêmica, através de ações efetivas nas áreas social, técnico- científica, cultural, política e esportiva. Faz parte da sua missão fortalecer o vínculo institucional do estudante por meio de políticas de promoção do acesso, permanência e melhoria contínua da qualidade de vida do estudante dentro da universidade.

g) Pró-Reitoria de Relações Institucionais e Internacionais (PROINTER): A Pró-Reitoria de Relações Institucionais e Internacionais é o órgão da Administração Superior que tem como objetivos promover e implementar, em parceria com outras Pró-Reitorias da UNILAB, estratégias de cooperação com Países de Língua Oficial Portuguesa; dialogar com as diversas instâncias da UNILAB, para promover a integração dessas no sistema de mobilidade; criar espaços de debate e formação sobre cooperação sul-sul e interculturalidade; apoiar os grupos de pesquisa da UNILAB para o estabelecimento de parcerias e desenvolvimento de projetos temáticos interinstitucionais; articular projetos em rede que envolvam múltiplas instituições conectadas, em âmbito nacional e internacional, abrangendo o Maciço de Baturité, no Ceará, São Francisco do Conde, na Bahia e regiões circunvizinhas, países africanos, em especial de língua portuguesa, e Timor Leste.

Para incentivar a pesquisa, o ensino e a extensão, a UNILAB possui diversos tipos de programas que oferecem bolsas: programa de assistência estudantil, o programa de iniciação científica com bolsas do CNPq, FUNCAP e UNILAB/IC; CAPES/PIBID e JTICI; UNILAB/ PROBT, PBM e PIBDIN; MEC e Saúde/MS/PET, e bolsas de extensão da UNILAB e do PRO-EXT. PIBEAC/UNILAB; PBP/MEC; PROEXT/MEC; PULSAR; Projeto Intesol/CNPq, bolsa de monitoria.

1.5 REALIDADE REGIONAL

Do ponto de vista sociopolítico, os cursos da Unilab refletem a visão de que se faz necessário assumir o compromisso de atender às necessidades do meio a

que serve. Nessa ótica, a sua localização se apresenta como um diferencial no processo de formação de profissionais comprometidos com a transformação econômica e social.

O município de Redenção está localizado na região do Maciço de Baturité, a 65 km de distância de Fortaleza, capital do Estado do Ceará. A região é composta pelos municípios cearenses de Pacoti, Palmácia, Guaramiranga, Mulungu, Aratuba, Capistrano, Itapiúna, Baturité, Aracoiaba, Acarape, Redenção, Barreira e Ocara, além dos municípios de Guaiúba e Caridade.

Os municípios da região refletem condições econômicas, que atrelados à realidade social local, justificam a consolidação da Unilab como um instrumento relevante para o desenvolvimento da região.

A região do Maciço de Baturité apresenta realidade econômica marcada por desafios e potenciais. Composta por diversos municípios, essa região enfrenta características próprias que moldam sua atividade econômica e seu desenvolvimento. Historicamente, o Maciço de Baturité teve sua economia voltada para a agricultura familiar, destacando-se na produção de alimentos como mandioca, feijão, milho, frutas e hortaliças. A região é conhecida por seu clima ameno e pela presença da Serra de Baturité, que propicia um ambiente propício para o cultivo de diversos produtos agrícolas. No entanto, a agricultura de subsistência ainda é uma realidade presente em muitas localidades, com a produção voltada para o consumo próprio das famílias.

No que se refere ao setor industrial, a região ainda enfrenta desafios em sua consolidação. Algumas cidades possuem pequenas indústrias de alimentos, vestuário e calçados, mas em geral, a atividade industrial é incipiente. A falta de infraestrutura adequada, dificuldades de acesso a financiamentos e a dependência de matéria-prima são fatores que limitam o crescimento desse setor na região.

A realidade econômica do Maciço de Baturité apresenta desafios a serem superados, mas também oportunidades a serem exploradas. O fortalecimento da agricultura familiar, o estímulo à atividade industrial e o desenvolvimento do turismo são caminhos para impulsionar a economia e promover o desenvolvimento sustentável da região.

Tomando por base alguns dados econômicos e demográficos, Redenção apresentou em 2024 população estimada em 28.359 habitantes, Produto Interno Bruto (PIB) em 2021 de R\$ 409.867.000,00 e PIB per capita, no mesmo ano, de

aproximadamente R\$ 14.018,29, conforme tabela a seguir:

Tabela 1 – Dados populacionais, econômicos e sociais dos municípios do Maciço de Baturité

DADOS GERAIS SOBRE A REGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ					
Municípios	Área (mil km²)	População Estimada 2024	PIB 2021 (R\$ 1 mil)	PIB per capita 2021 (R\$ 1)	IDH 2010
Acarape	129,767	14.306	179.994	11.888,66	0,606
Aracoiaba	643,988	26.696	266.422	10.015,85	0,615
Aratuba	119,758	11.459	151.645	12.896,07	0,622
Barreira	260,237	23.351	240.016	10.566,40	0,616
Baturité	314,075	36.978	448.272	12.408,24	0,619
Capistrano	226,549	17.760	176.809	9.916,38	0,611
Guaramiranga	90,817	5.819	80.396	15.847,79	0,637
Itapiúna	593,231	18.228	170.314	8.246,45	0,604
Mulungu	97,951	10.993	123.801	11.197,64	0,607
Ocara	763,075	25.218	284.836	10.972,95	0,594
Pacoti	112,433	11.442	148.366	12.049,56	0,635
Palmácia	128,896	10.339	115.124	8.494,35	0,622
Redenção	247,989	28.359	409.867	14.018,29	0,626
Estado do Ceará	148,894	9.233.656	194.885.000	17.779,72	0,734

Fontes: IBGE- Cidades; IBGE – Estados; Atlas de desenvolvimento humanos - Brasil (dados tabulados pela Comissão).

Os dados acima evidenciam o potencial para crescimento e desenvolvimento da região, tanto do ponto de vista econômico, pelos dados de PIB dos municípios, quanto pelo desenvolvimento, apontado pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Nesse contexto, a atuação da Unilab na região, poderá causar impacto positivo nesses índices, dadas condições de crescimento e desenvolvimento ainda muito abaixo da média do Estado do Ceará e do Brasil.

1.6 JUSTIFICATIVA (CONTEXTO EDUCACIONAL)

A Unilab tem estrutura *Multi-Campi*, com os campi no Estado do Ceará, sendo o *Campus* sede no município de Redenção, no Estado do Ceará e *Campus* no município de São Francisco do Conde, no Estado da Bahia. É considerado *Campus* Universitário cada uma das bases físicas integradas e com estrutura

administrativa própria em que são desenvolvidas as atividades permanentes de ensino, pesquisa e extensão da Unilab.

As áreas de atuação acadêmica da Unilab estão estreitamente alinhadas com os objetivos institucionais. Dados a missão e os objetivos e tendo em vista a meta de potencializar a interação acadêmica na perspectiva da cooperação solidária, são priorizadas áreas que reflitam os principais problemas dos países parceiros, bem como da região onde a universidade está inserida.

A universidade tem missão importante como a construção e disseminação do conhecimento ao mesmo tempo que tem o compromisso de disseminar e desenvolver na sociedade a capacidade de promover um contexto no qual os cidadãos possam fazer questionamentos e o exercício da crítica, propiciando e desenvolvendo soluções as circunstâncias críticas vividos pelos indivíduos em sociedade tanto no campo pessoal quanto profissional.

Nesse contexto a universidade extrapola seu papel de disseminar conhecimentos dentro da academia, devendo construir e transferir conhecimento que tenham alcance academia e na sociedade através da transmissão e disseminação de: cultura investigativa; exercício de opinião crítica e construtiva e; desenvolvimento de técnicas e soluções para os problemas e desafios que os indivíduos enfrentam no cotidiano e em diferentes áreas correlacionadas com as Administração Pública, por exemplo.

Paralelo aos objetivos da UNILAB, o Curso de Administração Pública foi, desde sua criação, instrumento empregado na sociedade com impacto e promoção de externalidade positiva externa e de integração do saber, pensar e fazer com expectativas de atender as necessidades dos cidadãos que anseiam por contribuir no processo de desenvolvimento de seus municípios de forma mais sustentável e contínua. Em adição, o curso, através deste projeto pedagógico curricular, intenta continuar contribuindo com melhorias na formação acadêmica e profissional de cidadãos brasileiros e dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, propiciando a todos indistintamente experiências didáticas e alternativas adequadas quando necessário, entendendo que o público de discentes e docentes podem interagir para enfrentar desafios estratégicos que surjam ao longo do tempo e na perspectiva de se adequar a melhorias contínuas com excelência.

Assim, o Curso de Administração Pública continuará a atender às demandas da sociedade por meio da formação de profissionais com variado perfil de conhecimentos, essencialmente na área de gestão como também em áreas coadunadas como finanças, políticas públicas, economia, controladoria, marketing e gestão de pessoas. A esses profissionais serão oferecidas oportunidades acadêmicas para desenvolver e aperfeiçoar capacidades e habilidades para o mercado de trabalho em qualquer esfera do segmento social e econômico, prioritariamente no setor público (municipal, estadual ou federal) ou em instituições e empresas públicas.

O curso de Administração Pública, bacharelado, é ofertado pelo Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA). No ICSA o referido curso fará parte de um portfólio de cursos na área de Ciências Sociais Aplicadas na qual já se encontram em funcionamento o curso de Bacharelado em Serviço Social e de Bacharelado em Ciências Contábeis, ambos na modalidade presencial, assim como o Bacharelado em Administração Pública, a distância. Há, ainda, a oferta do curso de Administração Pública, na modalidade a distância, ofertado pelo Instituto de Educação à Distância (IEAD), com turmas que iniciaram em 2025.¹

O ICSA também oferta, desde 2024, o Curso de Mestrado Profissional em Administração Pública em Rede (PROFIAP), do qual fazem parte os Docentes do curso de Administração Pública e do Curso de Ciências Contábeis, dentre outros Docentes de outros cursos. O PROFIAP é o mestrado profissional em Administração Pública ofertado nacionalmente, coordenado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), associadas em rede nacional. O PROFIAP destina-se a formar profissionais com nítido entendimento do papel do Estado no Brasil, do exercício da cidadania e preocupado com as questões éticas, sociais e ambientais que subsidiarão as políticas públicas que impactam a sociedade. Neste contexto, este profissional reunirá as condições científicas e técnicas para promover melhorias na gestão pública.

Em suma compreende-se a importância do Curso de Administração Pública para a sociedade regional, que circundam os campi da UNILAB, assim como a sociedade internacional dos países parceiros, e contribuir para relevantes ações nos setores mais diversificados de ações e atuações. No que compete à UNILAB, é

possível mensurar resultados no mínimo positivos, dada a competência do corpo docente e técnicos de administração em educação que a universidade já possui, possibilitando assim uma rápida inserção dos egressos no mercado de trabalho e/ou em cursos de pós-graduação.

1.7 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O curso de Administração Pública, bacharelado, veio atender e tem suprido uma das áreas prioritárias de atuação acadêmica da Unilab (Gestão Pública), por ser um campo de estudo em crescimento no Brasil. Assim, o Projeto Pedagógico de Administração Pública, bacharelado, busca se adequar de forma ampla, às exigências legais das Diretrizes dos Cursos de Administração no Brasil, e especificamente às diretrizes dos cursos de Administração Pública. Para tanto, busca atender as orientações do Conselho Nacional de Educação (CNE) e dos seguintes pareceres, que explicitam as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Administração Pública, DCNs.

- a) Resolução CNE/CES n.º 02, de 18 de junho de 2007 que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.
- b) Resolução CNE/CP n.º 01, de 17 de junho de 2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
- c) Resolução CNE/CP n.º 01, de 30 de maio de 2012, que estabelece as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.
- d) Resolução CNE/CP n.º 02, de 15 de junho de 2012, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.
- e) Resolução CNE/CES n.º 07, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior

Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014 – 2024 e dá outras providências.

- f) Resolução CONAES n.º 01, de 17 de junho de 2010, que normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.
- g) Parecer CNE/CES nº 146/2002, aprovado em 3 de abril de 2002 - Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado Executivo, Música, Dança, Teatro e Design.
- h) Parecer CNE/CES nº 146/2002, aprovado em 3 de abril de 2002 - Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação em Direito, Ciências Econômicas, Administração, Ciências Contábeis, Turismo, Hotelaria, Secretariado Executivo, Música, Dança, Teatro e Design.
- i) Parecer CNE/CES nº 266/2010, aprovado em 10 de dezembro de 2010 - Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Administração Pública;
- j) Parecer CNE/CP nº 7/2013, aprovado em 1º de outubro de 2013 - Recurso contra o Parecer CNE/CES nº 266/2010, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Administração Pública, bacharelado;
- k) Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências;

Portanto os cursos de Administração Pública, bacharelado devem atender às exigências das Diretrizes Curriculares Nacionais, conforme Resolução CNE/CES 1/2014, de 13/01/2014, quais sejam: Conteúdos de Formação Básica e Conteúdos de Formação Profissional.

2. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

2.1 CONCEPÇÃO DO CURSO

O curso de graduação presencial em Administração Pública adota como referência a missão da UNILAB, formar cidadãos críticos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional, o intercâmbio cultural, científico e educacional.

Fundamentando-se nos princípios exarados no artigo 10, Capítulo II, do Estatuto da UNILAB, que balizam programas, projetos e ações da instituição, dentre os quais destacamos os seguintes:

“produção e disseminação do saber universal, de modo a contribuir para o desenvolvimento social, cultural e econômico do Brasil e dos países da CPLP, por meio do conhecimento filosófico, científico, artístico, cultural e tecnológico, bem como a formação de cidadãos compromissados com a superação das desigualdades sociais (inciso I); pluralismo de ideias, de pensamento e promoção da interculturalidade” (inciso IV); ensino público e gratuito, com qualidade acadêmica e pertinência social; respeito à ética e à diversidade, defesa dos direitos humanos, bem como o compromisso com a paz e a preservação do meio ambiente (inciso VIII) internacionalização e mobilidade acadêmica e científica, priorizando a cooperação sul-sul (inciso XI); contribuição para a superação dos preconceitos e desigualdades étnico- raciais, sociais, de gênero e de orientação sexual (inciso XIII)”.

2.2 OBJETIVOS DO CURSO

2.2.1 Objetivo Geral

O curso tem como objetivo principal formar profissionais aptos a administrar organizações públicas e não-governamentais de maneira ética, inovadora e orientada para o uso estratégico de tecnologias. Pretende-se desenvolver gestores públicos com visão humanista, compromisso social e capacidade de atuar de forma independente e criativa na formulação de soluções que promovam o progresso, o

fortalecimento institucional e o desenvolvimento sustentável dos diferentes setores, respondendo com eficiência e inovação aos desafios contemporâneos da sociedade.

2.2.2 Objetivos Específicos

- Propiciar embasamento teórico/metodológico/técnico/prático no que concerne aos conhecimentos, habilidades e atitudes, adequadas e necessárias que permitam uma postura crítica e construtiva ante as conjunturas local, regional, nacional e internacional;
- Prover condições para identificação, análise e proposição de soluções para problemas públicos e aqueles inerentes à administração pública;
- Desenvolver a capacidade de análise, negociação, articulação e tomada de decisões, visando a inovação e a efetividade na gestão pública;
- Preparar lideranças para a administração pública, a eficiência e o desenvolvimento sustentável na administração pública;
- Capacitar profissionais já inseridos no mercado de trabalho para a atuação qualificada e crítica na gestão pública;
- Desenvolver atividades que incentivem o trabalho em equipes formadas por discentes e docentes de diferentes nacionalidades, possibilitando a compreensão da complexidade e desafios das interações entre organizações e indivíduos levando em consideração as questões de gênero, raça, etnia, sexualidade, geração e deficiências, o que favorece o pluralismo de ideias, pensamentos e a promoção da interculturalidade;
- Envolver ativamente os estudantes de graduação em programas de pesquisa e extensão, nacionais e internacionais, o que contribuirá para a produção e disseminação do saber universal em favor do desenvolvimento, em sua acepção mais ampla, e da superação das desigualdades sociais, locais e regionais na região do Maciço do Baturité e nos países da CPLP.

2.3 LEGISLAÇÃO

O Curso de graduação presencial em Administração Pública, bacharelado,

da UNILAB se baseia no Parecer CNE/CES nº 266/2010, aprovado em 10 de dezembro de 2010, e revisados pelo Parecer CNE/CP nº 7/2013, aprovado em 1º de outubro de 2013 - Recurso contra o Parecer CNE/CES nº 266/2010, que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, além da Resolução Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014 - Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado.

2.4 JUSTIFICATIVA

A criação do Curso de Administração Pública se justifica pela necessidade de formar profissionais aptos a atender às demandas da sociedade e do mercado de trabalho, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social da região e dos países parceiros da CPLP. Este curso está alinhado com as políticas institucionais da UNILAB e com as diretrizes gerais para a educação superior no Brasil.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2023-2027 da UNILAB é o documento que define os objetivos de longo prazo da universidade e apresenta o planejamento estratégico para o seu alcance, com base em princípios e diretrizes que nortearão a atuação de todos os agentes envolvidos. O Capítulo 3 do PDI, dedicado ao Projeto Pedagógico Institucional (PPI), define os princípios filosóficos e técnico-metodológicos que norteiam as práticas acadêmicas da UNILAB para os pilares de Ensino, Pesquisa e Extensão, Arte e Cultura. São eles:

- Desenvolvimento da ciência e da tecnologia, com caráter humano e social
- Reconhecimento das diferenças como meio de cooperar e integrar
- Reconhecimento e respeito à diversidade étnico-racial, religiosa, cultural, de gênero, etc
- Inclusão social com qualidade acadêmica
- Interdisciplinaridade
- Articulação teórico-prática
- Articulação Ensino-Pesquisa-Extensão

Para operacionalizar e garantir o atendimento a essas diretrizes, o curso de bacharelado em Administração Pública, presencial, adota diversas iniciativas

alinhadas com as práticas institucionais previstas no PDI. Entre essas iniciativas, destacam-se:

- Inovações quanto à flexibilidade dos componentes curriculares: o curso oferece uma diversidade de atividades acadêmicas, de modo que os estudantes podem cursar disciplinas optativas e eletivas (no segundo caso, cursadas inclusive em outros cursos da UNILAB ou de outras IES), além de participar de projetos de ensino, pesquisa e extensão, valorizando a mobilidade discente e promovendo a interação entre as áreas do curso, entre cursos e entre instituições.
- Oportunidades diferenciadas de integralização curricular: além dos componentes do núcleo obrigatório básico, o curso disponibiliza aos estudantes componentes curriculares vinculados a diversos setores de estudo, os quais representam as áreas de conhecimento específico associadas à atuação profissional do futuro egresso; são ofertados componentes obrigatórios e optativos vinculados às áreas de Administração e Políticas Públicas, Administração Financeira, Auditoria e Perícia, Contabilidade e Controladoria aplicadas ao Setor Público, Contabilidade Societária, História Econômica, Economia e Finanças, Métodos Qualitativos e Quantitativos aplicados à Administração Pública, e Teorias das Organizações; ademais, ofertam-se estágios curriculares e atividades práticas e complementares, de forma a promover a práxis pela unidade teoria-prática, possibilitando maior dinâmica, interdisciplinaridade e flexibilidade curricular.
- Atividades práticas e estágio: são ofertadas disciplinas com caráter teórico-prático, representado por parcela da carga horária realizada por meio de atividades práticas, bem como atividades complementares, atividades de extensão, por meio de programas e projetos formalmente registrados junto à Pró-Reitoria competente (PROEX), e estágio curricular supervisionado, permitindo aos estudantes adicionar à sua formação competências aplicadas, permitindo-lhes conectar teoria e prática, sob a supervisão dos docentes; são ainda oferecidas oportunidades por meio (i) do Programa de Bolsa de Monitoria (PBM), que visa a contribuir com o processo de aprendizagem dos estudantes; (ii) do Programa Pulsar, que promove a adaptação do estudante à

UNILAB e ao nível superior, contribuindo para sua permanência qualificada; (iii) do Programa de Bolsa de Iniciação à Docência, que proporciona aos discentes uma experiência que os aproxima da atividade docente na área de Administração Pública; e (iv) do Programa de Educação Tutorial (PET), que apoia atividades acadêmicas que integram ensino, pesquisa e extensão por meio de grupos tutoriais de aprendizagem, complementando a formação acadêmica.

- Incorporação de avanços tecnológicos: há atividades que permitem o uso de ferramentas tecnológicas e a possibilidade do uso de novas tecnologias, tais como as desenvolvidas nos laboratórios e as atividades de pesquisa e extensão.

A oferta do curso de Bacharelado em Administração Pública presencial da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) justifica-se a partir de sua missão institucional e das demandas sociais, econômicas e educacionais tanto no Brasil quanto nos países parceiros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

O curso está em consonância com as Diretrizes de Internacionalização da UNILAB, reafirmando o compromisso da instituição em promover a integração acadêmica e cultural entre o Brasil e os países da CPLP. A formação de administradores públicos qualificados, aptos a lidar com diferentes contextos sociopolíticos e culturais, fortalece a cooperação Sul-Sul e contribui para a constituição de quadros técnicos que possam atuar tanto em instituições brasileiras quanto nos sistemas públicos dos países parceiros, consolidando a UNILAB como espaço de formação intercultural e estratégica.

A criação e a manutenção do curso baseiam-se em estudos de viabilidade que identificaram a crescente demanda por gestores públicos qualificados. No aspecto quantitativo, o número de vagas ofertadas está compatível com a capacidade institucional da UNILAB, considerando o corpo docente constituído majoritariamente por doutores e mestres, a infraestrutura disponível — salas de aula, bibliotecas, laboratórios de informática e acesso a recursos digitais — e a política de expansão gradual e planejada da universidade. No aspecto qualitativo, destaca-se a relevância do curso frente às necessidades regionais e nacionais de modernização administrativa e fortalecimento das instituições públicas, bem como

a excelência acadêmica proporcionada pela qualificação do corpo docente.

O curso responde às especificidades do contexto local e regional, em que se observam desafios relacionados à gestão pública, à escassez de recursos e à necessidade de políticas públicas eficazes para o desenvolvimento socioeconômico. Em nível nacional, dialoga com os esforços do Estado brasileiro na consolidação de práticas de gestão mais transparentes, participativas e voltadas à redução das desigualdades sociais. Em âmbito internacional, o curso contribui para a formação de profissionais capazes de atuar nos países da CPLP, que enfrentam desafios semelhantes na consolidação de suas administrações públicas. O perfil esperado do egresso é o de um profissional crítico, ético e comprometido com a cidadania, apto a articular teoria e prática, propor soluções inovadoras e atuar em diferentes esferas do setor público.

A formação oferecida pelo curso possibilita aos egressos a atuação em órgãos públicos municipais, estaduais e federais, bem como em organizações da sociedade civil e organismos internacionais. Na região de inserção da UNILAB, os conhecimentos adquiridos contribuem para o fortalecimento da gestão pública local, promovendo maior eficiência e qualidade nas políticas públicas. Nos países parceiros da CPLP, os egressos poderão aplicar as competências desenvolvidas na formulação e execução de políticas de desenvolvimento, no fortalecimento da governança democrática e na construção de instituições públicas mais sólidas e eficientes.

Dessa forma, o PPC do curso de Administração Pública presencial da UNILAB fundamenta-se em sua pertinência acadêmica, institucional e social, articulando-se às diretrizes de internacionalização da universidade, respondendo a estudos de viabilidade e demanda, e assegurando a formação de profissionais capazes de contribuir para o desenvolvimento sustentável e a cooperação internacional no espaço lusófono.

Atos legais do curso:

- Criação: Resolução nº 004/2010/CONSUNI.
- Autorização, Reconhecimento e Renovação de Reconhecimento: O curso obteve seu primeiro reconhecimento com conceito 4, considerado "Muito bom", conforme avaliação do Ministério da Educação (MEC), em 2014.

Conceitos anteriores de reconhecimento

- O curso de Bacharelado em Administração Pública da Unilab obteve conceito final 4 (quatro) na avaliação do MEC, que resultou no seu reconhecimento em 2014. O relatório da avaliação destacou a qualidade do corpo docente, o projeto pedagógico e a infraestrutura.

Número de vagas

- Número previsto no ato de criação: 80 vagas anuais, conforme o Projeto Pedagógico do Curso na época do seu reconhecimento, em 2014.
- Número atual: 100 vagas anuais.

Atualmente, o curso de Bacharelado em Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), oferta 100 vagas anuais (50 vagas semestrais), quantidade ratificada por este PPC revisado.

Esse número de vagas se justifica com base na elevada demanda, seja de alunos brasileiros, seja de alunos internacionais, sendo um dos cursos de graduação com maior procura por vagas da Unilab. Isso vai ao encontro da missão do curso de formar profissionais para atuar na Administração Pública na região do Maciço de Baturité, no Brasil e nos países parceiros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Vale ainda destacar que, conforme dados extraídos da plataforma e-MEC, trata-se de um dos três únicos cursos de bacharelado em Administração Pública na modalidade presencial em funcionamento no estado do Ceará, os quais totalizam apenas 190 vagas ofertadas por ano. Isso reforça a importância do curso para a formação – e oferta ao mercado de trabalho – de profissionais preparados para os desafios da gestão pública em todas as suas esferas, especialmente em países de renda média intermediária ou baixa, como é o caso do Brasil e dos países parceiros da Unilab.

Vale destacar, ademais, que o curso de Bacharelado em Administração Pública da Unilab é o único operando fora de um grande centro urbano no Ceará: os outros dois cursos estão situados na capital do estado, ofertado pela Universidade Estadual

do Ceará (UECE), e em Juazeiro do Norte, terceira maior cidade do estado em população, pela Universidade Federal do Cariri (UFCA). Tal aspecto revela a oportunidade que o curso da Unilab representa para os estudantes do Maciço de Baturité e da Região Metropolitana de Fortaleza.

O curso é avaliado pelo Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE), componente obrigatório do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). O ENADE é aplicado a cada três anos para cada área de conhecimento, conforme o ciclo avaliativo definido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Quadro 2 – Indicadores do Curso de Administração Pública

INDICADOR / ANO	2022	2018	2015
ENADE	2,0	2,0	3,0
IDD	4,0	3,0	-
IGC UNILAB	4,0	4,0	4,0
CPC	4,0	4,0	-

Fonte: INEP, 2025

Os indicadores ENADE, IDD, IGC e CPC são componentes essenciais desse processo, aplicados anualmente ou a cada ciclo avaliativo. Eles utilizam conceitos de 1 a 5 (1 e 2: insatisfatórios; 3: satisfatório; 4 e 5: bom e excelente), baseados em metodologias como curvas de Gauss para padronização relativa entre instituições. Abaixo, explico cada um deles de forma detalhada, com base em informações oficiais do Inep.

O ENADE é um exame obrigatório aplicado pelo Inep a estudantes de graduação no início e no final do curso (ingressantes e concluintes), para medir o desempenho em relação aos conteúdos programáticos e habilidades específicas de cada área de conhecimento. Ele faz parte do Sinaes desde 2004 e é realizado a cada três anos por ciclo avaliativo (ex.: áreas como administração em 2016, 2019, 2022 e 2025).

O Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) mede o "valor agregado" pelo curso à formação dos estudantes, comparando o desempenho real dos concluintes no ENADE com o desempenho esperado, baseado no Enem (Exame Nacional do Ensino Médio) dos mesmos alunos ao ingressarem na graduação. Calculado desde 2004, mas aprimorado em 2014 para análise individual por CPF, ele isola o efeito do perfil de ingresso.

O Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC) é um indicador institucional que avalia a qualidade geral de todos os cursos de graduação e pós-graduação de uma Instituição de Ensino Superior (IES), como universidades ou centros universitários. Calculado anualmente pelo Inep, ele integra dados de três anos do ciclo ENADE e considera tanto graduação quanto *stricto sensu* (mestrado e doutorado). Tem como objetivo fornecer uma visão holística da IES, ponderando o desempenho de cursos e programas de pós. É usado para credenciamento institucional e políticas de fomento.

O Conceito Preliminar de Curso (CPC) é o indicador mais abrangente para cursos de graduação individuais, combinando desempenho estudantil, valor agregado e insumos pedagógicos. É preliminar porque pode ser ajustado após visitas in loco para o Conceito de Curso (CC) final e tem como objetivo avaliar a qualidade global do curso, incluindo alunos, docentes e infraestrutura, para subsidiar autorizações e renovações.

Esses indicadores formam uma "cesta" interligada no Sinaes: ENADE é a base para o Conceito ENADE e alimenta o IDD e CPC. IDD complementa o ENADE no CPC, focando no valor agregado. CPC (por curso) contribui para o IGC (institucional), que inclui pós-graduação. Juntos, subsidiam o e-MEC (plataforma de regulação) e políticas como o Prouni ou Fies. Em 2022-2025, o Inep enfatizou transparência, com divulgações em etapas para que IES contestem dados.

2.5 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O ambiente socioeconômico e político tanto no Brasil e nos países parceiros, como em toda a comunidade global, está em constante transformação, por isso o Instituto de Ciências Sociais Aplicadas entende que deve formar administradores

públicos habilitados a responder aos desafios de gestão de organizações complexas, nesse contexto globalizado. No que diz respeito à interação entre o global e o local, o egresso do curso de graduação em Administração Pública da UNILAB deverá apresentar capacidade tanto para o estabelecimento de vínculos internacionais como para a preservação e valorização das especificidades nacionais e das identidades regionais e locais, além de apresentarem compromisso com o desenvolvimento sustentável e com o processo de construção e fortalecimento de instituições democráticas.

Por conseguinte, curso de graduação presencial em Administração Pública busca formar profissionais preparados para atuar, especialmente, nas seguintes áreas:

- a) esfera pública em nível nacional, regional ou local, respeitadas as diferentes formas de estado adotadas pelos países representados na UNILAB. No caso do Brasil, os egressos devem estar preparados para atuar na área pública federal, estadual e municipal, contribuindo para o aperfeiçoamento das relações intergovernamentais no país, esperando-se o mesmo para os egressos dos países parceiros, resguardadas as diferenças na organização política e administrativa.
- b) organismos internacionais e supranacionais, propiciando uma compreensão dos mecanismos e instituições internacionais envolvidos nos processos de governança global;
- c) sociedade civil organizada, propiciando contato direto com a realidade dessas organizações (nacionais e internacionais) e conduzindo-as ao alcance de resultados que favorecem ao interesse coletivo.

2.6 COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Embasado nas Diretrizes Curriculares estabelecidas pelo Conselho Nacional da Educação em janeiro de 2014, espera-se que, no exercício de sua profissão e no papel de cidadão, o administrador público formado pela UNILAB seja capaz de:

- reconhecer, definir e analisar problemas de interesse público relativos

às organizações e às políticas públicas;

- apresentar soluções para processos complexos, inclusive de forma preventiva;
- desenvolver consciência quanto às implicações éticas do exercício profissional, em especial a compreensão do ethos republicano e democrático, indispensável à sua atuação;
- estar preparado para participar, em diferentes graus de complexidade, do processo de tomada de decisão e da formulação de políticas, programas, planos e projetos públicos e para desenvolver avaliações, análises e reflexões críticas sobre a área pública;
- desenvolver raciocínio lógico, crítico e analítico para operar com métodos quantitativos e qualitativos na análise de processos econômicos, sociais, políticos e administrativos;
- expressar-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos organizacionais e socioculturais, desenvolvendo expressão e comunicação adequadas aos processos de negociação e às comunicações interinstitucionais;
- ter iniciativa, criatividade, determinação e abertura ao aprendizado permanente e às mudanças.
- compreender e utilizar tecnologias digitais aplicadas à gestão pública, desenvolvendo competências para inovação, governo eletrônico e transformação digital de processos, visando à modernização, transparência e eficiência na Administração Pública.
- formular, implementar e avaliar políticas públicas que integrem os princípios do desenvolvimento sustentável, considerando dimensões ambientais, sociais, culturais e econômicas, com foco na promoção da equidade, da justiça social e da preservação dos recursos para as futuras gerações.
- atuar de forma colaborativa em redes intergovernamentais, interinstitucionais e transnacionais de administração pública, exercendo funções de articulação, cooperação e governança em ambientes de gestão compartilhada, respeitando as diversidades

locais e promovendo soluções integradas para problemas públicos complexos.

Portanto, o egresso do curso de Administração Pública deverá ser apto ao exercício de sua profissão, tendo desenvolvido durante o curso as diversas competências e habilidades que o farão um gestor público capaz de exercer sua função com alto desempenho.

3. DADOS DO CURSO

3.1 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA

O Curso de Administração Pública, presencial, é parte integrante do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), cuja estrutura administrativa é formada pelo Conselho e Direção do Instituto.

O Instituto de Ciências Sociais Aplicadas tem como objetivo desenvolver a formação na área de Gestão Pública e Privada. A expansão da área dar-se-á com a implementação do Curso de Ciências Contábeis, além do já instalado e em pleno funcionamento do Curso de Serviço Social.

A administração de cada Instituto deve ser exercida pelos seguintes órgãos, intermediários e de base:

- Conselho do Instituto;
- Diretoria do Instituto;
- Coordenações de Cursos e/ou Programas de Pós-Graduação;
- Coordenadoria de Pesquisa e Extensão;
- Coordenadoria de Assuntos Administrativos;
- Coordenadoria de Assuntos Estudantis;
- Coordenadoria de Trabalho de Conclusão de Curso;
- Coordenadoria de Estágio;
- Coordenadoria de articulação e cooperação.

Recentemente foi criado o Centro de Estudos em Desenvolvimento e Gestão (CEDEG), que surge como uma iniciativa estratégica para complementar e ampliar

as ações desenvolvidas pelo Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA).

A criação do CEDEG visa atender às demandas crescentes por atividades que, não apenas reforcem os pilares de pesquisa e extensão, mas que também promovam a integração ativa do Instituto com a sociedade, com ênfase no desenvolvimento de projetos e parcerias regionais, nacionais e internacionais. O CEDEG pretende atuar de forma integrada aos cursos de graduação e pós-graduação do ICSA, promovendo uma expansão em áreas estratégicas, ao mesmo tempo em que facilita a inclusão de novas áreas de atuação no Instituto.

A organização da proposta do CEDEG está alinhada com as metas estabelecidas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UNILAB e demais documentos, visando o fortalecimento institucional, a consolidação de redes de cooperação, e o enfrentamento de desafios, como a dificuldade de interlocução com a comunidade e a ampliação das atividades de pesquisa e extensão.

Outras coordenações poderão ser criadas de acordo com a necessidade de atendimento do planejamento estratégico da unidade.

A estrutura administrativa do Curso é composta pelo Colegiado do Curso, Coordenador/a, pelo Núcleo Docente Estruturante, pelas representações estudantil e técnico administrativo e pela Secretaria da Coordenação.

3.2 FUNCIONAMENTO

O Curso de Administração Pública, Presencial, funciona em regime seriado semestral, ofertado em turno integral, com aulas que se iniciam às 8h e encerram às 12h, no período matutino, e são retomadas às 14h com término às 18h, no período vespertino, no Campus das Auroras, rua José Franco de Oliveira, s/n, CEP: 62.790-970, Redenção-CE.

3.3 FORMAS DE INGRESSO

Para os candidatos residentes no Brasil o processo seletivo é constituído por uma prova única, o ENEM, elaborada e aplicada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais (INEP), do Ministério da Educação (MEC) do Brasil e a escolha dos candidatos é definida a partir de critérios inseridos no Sistema de Seleção Unificada (SISU) do MEC, de acordo com a Resolução Consuni/UNILAB nº 181 de 26 de março de 2025.

Para os candidatos residentes no exterior, oriundos dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a seleção é realizada através do Processo Seletivo de Estudantes Internacionais (PSEI), realizado pela UNILAB, que ocorre segundo estabelece a Resolução CONSEPE/UNILAB nº 403, de 07 de agosto de 2025, que dispõe sobre o Processo Seletivo de Estudantes Internacionais (PSEI).

Na eventualidade da sobra de vagas, no ingresso ou no decorrer do curso, até o sexto semestre do mesmo, o Colegiado do Curso, poderá ofertar as vagas para retorno de alunos evadidos, transferidos de outras instituições de ensino superior autorizados pelo Ministério da Educação (MEC), bem como para reopção de curso da Unilab ou diplomados em curso superior reconhecido pelo MEC. O aluno é obrigado a cumprir todos os componentes curriculares que não vierem a ser aproveitados da outra IES ou do outro curso. As prioridades seguem as regras da Unilab.

4. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

4.1 INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

A seguir são apresentadas as formas de integralização curricular, conforme se segue: as atividades complementares, o trabalho de conclusão de cursos (TCC), estágio curricular obrigatório, componentes curriculares obrigatórios, eletivos e optativos.

4.1.1 Atividades Complementares

As Atividades Complementares ao longo do Curso de Administração Pública compreendem 200 horas, correspondentes a 5,6% da carga horária total do curso e são regulamentadas pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – Unilab, de acordo com a Resolução nº 20/2015, de 09 de novembro de 2015.

As atividades complementares são componentes curriculares obrigatórios que possibilitam o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do aluno, inclusive adquiridas fora do ambiente escolar, incluindo a

prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mundo do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade. Essas atividades integram a estrutura curricular do curso, conforme prevê a Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Administração Pública, bacharelado.

As atividades complementares são enriquecedoras e implementadoras do próprio perfil do formando e tem por finalidade propiciar ao discente a oportunidade de realizar, em prolongamento às disciplinas do Curso de Administração Pública, uma trajetória particular que lhe permita enriquecer os conhecimentos propiciados pela vida acadêmica. Não se caracteriza como atividade complementar: disciplinas do curso, atividades realizadas nas disciplinas do curso, realização de estágio curricular obrigatório como estagiário da organização, nem aquelas desenvolvidas no TCC.

As atividades complementares, por serem consideradas como um conjunto de estratégias pedagógico-didáticas que possibilitam a articulação entre teoria e prática, pela complementação de saberes e desenvolvimento de habilidades durante a formação do docente, são atividades relevantes e contributivas para a implementação da flexibilização curricular, formação integral e cidadã do docente. Assim sendo, elas poderão ser integralizadas até a carga horária máxima prevista na matriz curricular do Curso.

As atividades complementares consideradas para efeito de integralização curricular, em conformidade com a Resolução nº 20/2015 – Consuni/Unilab são as que seguem:

- atividades complementares de formação social, humana artístico-culturais e esportivas;
- atividades de iniciação científica, tecnológica, de formação profissional e de gestão;
- participação em atividades associativas de cunho comunitário e de interesse coletivo;
- atividades de participação e organização de eventos;
- experiências ligadas à formação profissional;

- produção técnica ou científica;

A integralização no currículo da carga horária referente às Atividades Complementares estabelecida neste PPC e que inclui as atividades de extensão é de, no máximo, 5,6% de carga horária total do curso, totalizando o máximo de 200 horas de atividades complementares a serem cumpridas pelo discente, como estabelecido no Regimento Acadêmico da UNILAB, respeitados os seguintes critérios:

- a) atividades complementares de Iniciação à docência e/ou de Iniciação à Pesquisa: máximo de ser integralizado de 70 horas;
- b) atividades de extensão, participação em cursos de capacitação (mínimo de 40 horas) artístico-culturais e esportivas: máximo de ser integralizado de 70 horas;
- c) atividades de participação ou organização de eventos científicos: o máximo de ser integralizado de 50 horas;
- d) experiências ligadas à formação profissional, como estágios extracurriculares e atividades de gestão: o máximo de ser integralizado de 70 horas;
- e) produção técnica e/ou científica com publicação de resumos, resumos expandidos e trabalhos completos em anais de eventos científicos locais, regionais, nacionais ou internacionais: máximo de ser integralizado de 4 horas por resumo (máximo de 50% da carga horária total para atividades complementares);
- f) a publicação de artigos científicos em periódicos indexados na CAPES: máximo de ser integralizado de 50 horas por publicação.

A comprovação das atividades complementares é realizada com a entrega, pelos discentes, dos documentos concernente às atividades desenvolvidas, que deverão especificar o tipo da atividade, a carga horária, a Instituição promotora e/ou onde foi realizada a atividade, assim como o tipo de participação do estudante (ouvinte, participante, organizador, estagiário, membro etc.). Na atividade de produção científica e na qualidade de autor ou colaborador, a comprovação será aceita com a entrega da cópia do resumo nos Anais do evento ou acontecerá por meio da cópia da folha de rosto do artigo que deverá conter o nome do aluno

como autor do trabalho e da folha de rosto do periódico em que o artigo foi publicado.

Caberá à coordenação responsável ou a Coordenação de Curso de Administração Pública a implementação, acompanhamento e avaliação das atividades complementares que incluem as atividades de extensão, estipulando a carga horária referente às atividades que deverão integralizadas nos currículos o total de 200 horas. É de responsabilidade da Coordenação do Curso indicar no calendário letivo:

- a) o período para solicitação de integralização das atividades complementares,
- b) efetuar o registro, mediante a devida comprovação, assim como acompanhar e avaliar o desempenho dos alunos nas atividades complementares, emitindo conceito de satisfatório ou insatisfatório e estipulando a carga horária a ser aproveitada/integralizada;
- c) efetuar as providências cabíveis junto à Pró-Reitoria de Graduação, quando houver necessidade;
- d) a oferta dessas atividades buscará abranger as áreas de ensino, pesquisa e extensão, com foco na legislação para inclusão de carga horária de extensão;
- e) a coordenação poderá designar professores orientadores para auxiliar na gestão dessas atividades.

A comprovação e avaliação das atividades complementares, se dará em conformidade com a Resolução supracitada e a aprovação da sua integralização competirá à instância colegiada do curso, conforme prevê o § 1º do Art. 4º da referida Resolução.

4.1.2 Trabalho de Conclusão do Curso (TCC)

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é regulamentado pela UNILAB, de acordo com a Resolução CONSUNI nº 11/2017, que estabelece as normas gerais para a elaboração dos Trabalhos de Conclusão de Curso para graduação na UNILAB.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é trabalho individual e deverá ser o

resultado de uma aplicação prática de estudos ou trabalhos de campo realizados pelos alunos, com a supervisão de um professor orientador. Tal esforço se dará mediante a integralização da disciplina ou componente Trabalho de Conclusão de Curso, com carga horária de 60h, com previsão de oferta no 8º semestre do curso.

As disciplinas de Iniciação ao Pensamento Científico (1º Sem), Fundamentos do Trabalho Acadêmico e da Pesquisa Científica (2º Sem) e Métodos e Técnicas de Pesquisa (5º Sem) darão o suporte necessário para o conhecimento das técnicas e normas acadêmicas necessárias para a concretização do TCC.

O TCC pode ser oriundo da elaboração de monografia, artigo científico, livro ou capítulo de livro e outras modalidades de produções científicas, artísticas e didáticas (exemplos: projeto de intervenção em gestão pública, relatório técnico de consultoria pública, instrumento de gestão pública, sistema de informação, etc.) desenvolvidos pelo estudante, subsidiado por referencial teórico e por escolhas metodológicas de cunho quantitativo e/ou qualitativo, com foco nos conteúdos estudados no curso. No TCC, o(a) aluno(a) deverá demonstrar domínio significativo do conteúdo programático do curso, dos procedimentos metodológicos da pesquisa e das normas técnicas de elaboração de uma monografia e outras modalidades possíveis.

Quanto ao procedimento de avaliação do TCC, os alunos deverão apresentar seus trabalhos de conclusão para aprovação perante uma banca de professores, composta do professor orientador e mais dois membros. A composição das bancas de TCC será organizada tendo como referência um dos seguintes critérios: (i) docentes com experiência acadêmica ou profissional na área, (ii) docentes com especialização na área, (iii) profissionais da administração públicas atuantes na área, (iv) convidados internacionais, preferencialmente, dos países membros da CPLP. O TCC deverá ser defendido no último semestre cursado.

Os TCC's aprovados poderão integrar o acervo do curso, enriquecendo as fontes de pesquisa para desenvolvimento do pensamento administrativo da universidade e da comunidade. Neste sentido, o trabalho deverá observar as diretrizes dispostas no Manual para Elaboração de Trabalhos Alunos da Unilab, elaborado segundo as normas da ABNT ou outras normas, nacionais ou internacionais, no caso de produções científicas para revistas.

A orientação do TCC deve ser efetuada por professores do quadro

permanente da Unilab, em efetivo exercício da atividade docente, podendo o aluno ter professor co-orientador no Brasil, em seu país de origem ou de outro país. A Coordenação do curso tem como responsabilidade gerir os processos associados ao TCC e emitir normas pertinentes, em consonância com as deliberações institucionais da Unilab. Cada professor poderá orientar até oito trabalhos de TCC por semestre.

4.1.3 Curricularização da Extensão

A relação Ensino/Extensão está diretamente vinculada ao processo de formação discente, colocando-o como protagonista de sua formação profissional e cidadã. As ações de extensão a serem desenvolvidas devem compor, no mínimo, 10% (dez por cento) do total da carga horária do Curso de Administração Pública, em atendimento a estratégia 12.7 da meta 12 do Plano Nacional de Educação, regulamentada pela resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Essas ações podem ser desenvolvidas na forma de programa, projeto, curso, evento e prestação de serviço, de acordo com a resolução CONSEPE/UNILAB nº 81, de 20 de abril de 2021. No Curso de Administração Pública, preveem-se 358 horas de atividades de Extensão, o que corresponde a 10,0% da carga horária mínima de 3.578 horas para integralização do curso.

A creditação de carga horária extensionista exige que as ações estejam cadastradas – seja por docentes do Curso de Administração Pública, seja por docentes de qualquer outro curso da UNILAB – junto à Pró-Reitoria de Extensão, Arte e Cultura (PROEX). Em atendimento aos princípios da interdisciplinaridade e interprofissionalidade, e visando a promover a integração de diferentes áreas do conhecimento e a colaboração entre profissionais de diversas áreas, os estudantes do Curso de Administração Pública têm a liberdade para escolher quaisquer ações de Extensão no âmbito da UNILAB, sejam ações propostas por docentes do próprio curso, sejam aquelas coordenadas por docentes de outros cursos da universidade. Para tanto, deve ser considerado o desenvolvimento, preferencialmente, das competências requeridas à atuação profissional na grande área da Administração, conforme previstas neste PPC, bem como o atendimento a eventuais pré-requisitos, conforme prevê a resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018, bem como

a resolução CONSEPE/UNILAB nº 81, de 20 de abril de 2021 e atualizações.

Complementarmente, com o intuito facilitar a tomada de decisão dos discentes quanto às ações de Extensão, a Coordenação da Extensão do Curso de Administração Pública, disponibilizará listagem prévia de ações extensionistas elegíveis a partir da qual os estudantes poderão realizar sua escolha. Essa listagem incluirá, portanto, todas as ações internas ao curso – pois não demandam aprovação prévia – bem como as ações externas (de docentes de outros cursos) que tenham sido consideradas, pela Coordenação da Extensão do curso, compatíveis com os objetivos pedagógicos deste PPC.

Em relação às modalidades de creditação da curricularização da extensão, o curso de Administração Pública adota a Modalidade C, que prevê a participação nas ações, programas, projetos de extensão já existentes e/ou propostas pelo curso, e mais possíveis participações em ações de extensão de outras universidades. Neste sentido, o curso possui e disponibiliza à comunidade docente, discente e de técnicos-administrativos, desde o início de suas atividades, as seguintes iniciativas e ações de extensão:

- Diálogos Sociais

Projeto de extensão que tem por objetivo proporcionar o diálogo entre pessoas envolvidas na gestão pública ou sociedade civil com o público interno e externo da UNILAB, sobretudo os alunos do Curso de Administração Pública, com temas relevantes e atuais. O projeto ocorre por meio de palestras *on line*, que acontecem no mínimo uma vez por mês, no período noturno (nos meses letivos geralmente há duas edições mensais). Além do palestrante, o evento conta com um facilitador (docente do ICSA), que apresenta o palestrante e auxilia na condução do debate após a apresentação, ocasião na qual os participantes têm a oportunidade de tirar dúvidas e/ou debater sobre o assunto abordado no encontro. Os participantes inscritos no evento recebem certificado de participação. Outrossim, o projeto conta com bolsista que auxilia na logística e questões técnicas do evento (divulgação, organização do evento na plataforma digital, emissão de certificados). O número de participantes inscritos nos eventos é de 150 a 200 e conta com participação de público externo, no âmbito nacional e internacional.

- Semana de Administração Pública (SEMAP)

Realização de evento anual em alusão ao Dia do Administrador Público onde, em cada ano, será lançado um tema da Administração Pública que será o foco do evento. Atividade de Extensão que tem por objetivo o debate sobre temas contemporâneos da administração pública local, regional, nacional e internacional, sobretudo o debate com os países participantes da CPLP.

São convidados palestrantes e/ou profissionais para conversar com os discentes sobre os temas contemporâneos escolhidos pela coordenação do evento e pelos alunos do Centro Acadêmico do Curso de Administração Pública, além dos alunos extensionistas, que participam ativamente desse evento, para que se tragam novas perspectivas e novos olhares sobre os temas, a partir do mercado e do setor de serviços públicos. Em 2024 foi realizado o I SEMAP cujo tema foi: Desafios da Gestão Pública – Sustentabilidade e Inovação. Ademais, os alunos do Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP) também estarão envolvidos no processo de organização e na participação do evento. Os alunos extensionistas participarão do processo de planejamento do evento, organização dos recursos (financeiros, materiais, logística de deslocamento dos palestrantes e convidados, cerimonial, inscrições, material do evento, etc), coordenação do evento em conjunto com a coordenação do curso/evento e, ainda, na condução da agenda e logística de organização do local do evento, até o encerramento.

Além dos palestrantes, do coordenação do evento e dos alunos do C.A. de Administração Pública, são convidados a participarem desse evento todos os alunos da UNILAB que tenham interesse e a população local por meio de ampla divulgação realizada junto aos órgãos públicos (Prefeituras, SEBRAE, Associações, setor comercial e de serviços) dos municípios próximos à UNILAB. Os participantes inscritos no evento recebem certificado de participação e o número de participantes pode ser de até 200 pessoas, de forma presencial. Ao participar desse evento, a UNILAB fortalece seus laços com o mercado de trabalho e com a sociedade, trazendo novos conhecimentos e tecnologias sobre as áreas da Administração Pública nas quais dialoga diretamente com o Curso. Áreas como Controladoria no Setor Público, Empreendedorismo no Setor Público, Logística e Materiais no Setor Público, Inovação e Tecnologia no Setor Público e muitas outras, são abordadas por

profissionais experientes e que trazem casos concretos.

- **Parceria com a Escola Superior do Parlamento Cearense (UNIPACE)**

Em visita à Escola Superior do Parlamento Cearense (UNIPACE), o Coordenador do Curso de Administração Pública e o Coordenador do Mestrado Profissional em Administração Pública (PROFIAP), ambos da UNILAB, asseguraram a intenção de realizar Acordo de Cooperação (Em andamento desde dez/2024) com a UNIPACE para a realização de atividades na área de educação junto às assembleias legislativas do Ceará e, possivelmente, nos países parceiros.

Este projeto terá como protagonista os diversos públicos da UNILAB que entrarão em contato com os parlamentos municipais e, ainda, os internacionais. Há interesse da UNIPACE em levar este projeto para os países parceiros no sentido de fortalecer o legislativo e buscar grande avanço na legislação e no controle do executivo, vocações natas do legislativo.

Diante da necessidade em fortalecer os parlamentos (Casa do Povo), este projeto visa orientar a sociedade sobre as funções do parlamento e como a população pode utilizar-se do controle social na busca de uma melhor aplicação dos recursos públicos e melhorar a função de controle.

- **Grupo de Moda e Desfile “UNIFASHION”**

Tem como objetivo realizar atividades na área da moda e, por outro lado, representar os países parceiros da Unilab através de peças e trajes típicos de cada país. Criado em 2017, no mesmo ano da fundação do projeto Uniculturas – Unidos pela Integração, o UNIFASHION é o único grupo de moda da Unilab e tem como objetivo realizar atividades no campo da moda, articulando expressão artística e valorização da diversidade cultural. Por meio de desfiles temáticos, o grupo apresenta trajes típicos dos países parceiros da universidade, promovendo a integração entre diferentes culturas em eventos que ocorrem dentro e fora dos espaços da Unilab.

Desde sua fundação, o grupo tem contribuído para a formação artística e profissional de seus integrantes – muitos dos quais seguiram carreira como

modelos, o que reforça sua contribuição transformadora para a sociedade. Além de desenvolver coleções com base em expressões culturais, o UNIFASHION afirma a moda como uma linguagem potente para promover pertencimento, interculturalidade e protagonismo estudantil junto à comunidade universitária e à sociedade. Sob o guarda-chuva do projeto Uniculturas – Unidos pela Integração, o UNIFASHION mantém também parcerias com grupos culturais da região do Maciço de Baturité e outras regiões do Ceará, fortalecendo a moda enquanto instrumento de aproximação da universidade com o público externo e vetor de transformação social.

- **Auditodos: Auditoria para Todos**

O projeto de extensão “Auditodos: Auditoria para Todos”, em parceria com o Curso de Ciências Contábeis, também vinculado ao ICASA, visa a proporcionar serviços de auditoria a pessoas e instituições que necessitam de suporte especializado. Conduzido por alunos dos cursos de graduação em Ciências Contábeis e Administração Pública, o projeto lhes proporciona a oportunidade de aplicar na prática os conhecimentos adquiridos durante sua formação acadêmica. Com a supervisão e orientação de professores experientes, os alunos realizam trabalhos de auditoria para as instituições, buscando garantir a qualidade e a precisão dos serviços prestados.

O público alvo do projeto “Auditodos” inclui:

- ✓ Instituições Públicas;
- ✓ Instituições filantrópicas;
- ✓ Organizações não governamentais (ONGs);
- ✓ Condomínios residenciais;
- ✓ Associações;
- ✓ Fundações.

Nos trabalhos técnicos, os alunos têm a chance de desenvolver suas habilidades e adquirir experiência prática, enquanto contribuem para o

fortalecimento da transparência e da gestão das entidades atendidas.

As atividades de auditoria realizadas no âmbito do projeto “Auditodos” incluem:

- ✓ Revisão de demonstrações financeiras;
- ✓ Avaliação de controles internos;
- ✓ Identificação de riscos e recomendações de melhorias;
- ✓ Verificação do cumprimento de obrigações fiscais e regulatórias.

Ao participar deste projeto, a Unilab reforça seu compromisso com a formação de profissionais capacitados e socialmente responsáveis, além de contribuir para o desenvolvimento e a sustentabilidade das instituições locais.

- UNICULTURAS: UNIDOS PELA INTEGRAÇÃO

Este projeto de extensão visa contribuir para a promoção de uma concreta integração entre os/as sujeitos/as oriundos/as dos países que compõem a UNILAB, e entre a UNILAB e as comunidades que a envolvem, a partir do reconhecimento, valorização e divulgação da diversidade cultural presente nos citados países.

Também podem ser elencados os seguintes objetivos específicos: -Fortalecer a iniciativa de formação de um grupo cultural permanente na UNILAB, no sentido pensar a integração, mas também políticas e intervenções descolonizadas, a partir de dispositivos e experiências artísticas ou estéticas próprias dos países que compõem a instituição; - Apresentar a diversidade cultural dos países que compõem a Unilab, tanto para a comunidade interna, mas – sobretudo – para as comunidades do entorno da UNILAB, como possibilidade de combate a processos de estigmatização, racismo e subalternização; - Contribuir com o projeto institucional da UNILAB por meio do acionamento de ações culturais também mobilizadoras de possibilidades de diálogo epistemológico e político no que se refere ao “sul” do globo; participar das atividades alusivas às independências dos países parceiros e de atividades culturais planejadas pela Pró-reitora de extensão- PROEX. - Promover, a partir de experiências concretas, a integração e a troca de conhecimento entre os/as participantes e o público do projeto; - Realizar oficinas,

cursos, debates, seminários, encontros e performances como formas de estímulo à reflexão crítica tanto dos agentes culturais e realizadores artísticos da região, quanto da população acadêmica e do entorno da UNILAB. - Estabelecer, tomando a arte e a cultura como dinamos, interlocuções junto à população, em conjunto com o poder público local, tematizando a necessidade de aproximar comunidade e universidade. - Promover encontros artístico-culturais como ferramenta de estímulo ao respeito à alteridade e à diversidade.

- Artes Visuais e Trajetórias de Vida

Este projeto busca estimular os/as participantes a refletir sobre suas trajetórias de vida por meio das artes visuais. Objetivos específicos: produzir símbolos, narrativas e memória entre diferentes participantes da vida social; construir laços entre os participantes; estabelecer redes de apoio e colaboração; estimular a invenção e a imaginação; experimentar linguagens de socialização e troca construídas em espaços não acadêmicos; coexistir na diferença e nas muitas possibilidades de trajetórias de vida; desenvolver em múltiplos sentidos os/as participantes do projeto.

Espera-se que o projeto proporcione momentos de reflexão e descontração e estimule o espírito criativo das pessoas participantes. Além desse resultado, a iniciativa pretende interagir com as demandas acadêmicas do curso, que entre outras coisas busca formar pessoas que possam se expressar de modo crítico e criativo diante de contextos interculturais e internacionais. Tudo isso com investigação de soluções para problemas públicos com propostas construtivas e que levem em conta a complexidade e os desafios das interações entre organizações e indivíduos em suas questões de gênero, raça, etnia, sexualidade, geração e deficiências.

Para o desenvolvimento de habilidades e competências acenadas pelo projeto pedagógico do curso, percebeu-se a necessidade de formação de profissionais que possam atuar em suas respectivas áreas de modo que se respeite e procure incorporar a dimensão Cultural na formação, especialização e atualização nas atividades desenvolvidas pela universidade. Desse modo, os resultados obtidos nessa ação tenderão, conseqüentemente, a subsidiar as discussões em sala de aula nos conteúdos de ensino, reflexões e ações que fomentem a formação prática

dos futuros egressos do Curso de Administração Pública, do qual a coordenadora do projeto faz parte.

- Paradiplomacia e Internacionalização dos Municípios

O projeto de extensão “Paradiplomacia e Internacionalização dos Municípios” teve início em 2024 e visa apoiar os municípios da Macrorregião Administrativa de Baturité (Ceará) ou outros interessados, na busca pela internacionalização. O objetivo fundamental do projeto é capacitar esses municípios a adotar estratégias eficazes de paradiplomacia para impulsionar seu desenvolvimento e reconhecimento global.

O público-alvo externo do projeto são os gestores públicos, técnicos e lideranças locais dos municípios da Macrorregião Administrativa de Baturité (CE) e de outras localidades interessadas na internacionalização municipal. Estes atores, geralmente com recursos limitados e pouca experiência em paradiplomacia, são os principais beneficiários das ações de capacitação, assessoria e articulação promovidas pelo projeto. Os estudantes atuam como agentes ativos de transformação social, ao participarem de processos formativos e de assessoria direta aos municípios, contribuindo na produção de diagnósticos, planos de ação e recursos técnicos. Por meio dessas experiências práticas, os discentes desenvolvem competências críticas em gestão pública, relações internacionais e inovação territorial, ao mesmo tempo em que fortalecem o papel da universidade na promoção do desenvolvimento local sustentável e na construção de soluções públicas inovadoras.

Por meio de uma combinação de ações de capacitação, orientação técnica, trocas de experiências internacionais e recursos práticos, o projeto pretende fornecer contribuições práticas e acessíveis para os municípios da Macrorregião de Baturité, orientando-os sobre como desenvolver estratégias de internacionalização sólidas.

Entre as ações realizadas, destacam-se a identificação de oportunidades de cooperação internacional, divulgação de redes internacionais de cooperação entre cidades, a criação de redes de relacionamento, a promoção da cultura local e o uso da diplomacia para promover os interesses locais no exterior.

Além disso, o projeto também prevê a criação de uma plataforma de compartilhamento de recursos e conhecimentos, facilitando a troca de experiências entre os municípios e promovendo uma abordagem colaborativa para a internacionalização.

Diante dessas e outras possibilidades, o discente deve e pode realizar as atividades de extensão e integralizar sua carga horária de forma flexível, ou seja, não havendo vinculação a uma disciplina específica do curso, desde que essas atividades estejam cadastradas na Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Arte da UNILAB, isto é, devidamente institucionalizadas, conforme previsto na Resolução CONSEPE/UNILAB nº 81, de 20 de abril de 2021. As atividades devem ser desenvolvidas ao longo dos semestres, a partir do semestre inicial.

4.1.3.1 Coordenação das Atividades de Extensão no âmbito do curso de Administração Pública

De acordo com a Resolução CONSEPE/UNILAB nº 81, de 20 de abril de 2021, o docente Coordenador das Atividades de Extensão no âmbito do curso, eleito ou indicado pelo seu colegiado para mandato de dois anos - podendo haver recondução por tempo indeterminado - tem as seguintes responsabilidades (art. 37 da referida resolução e seus incisos):

I - supervisionar, estimular e apoiar a elaboração e submissão de projetos e ações de extensão;

II - informar, no início de cada semestre, dados referentes à oferta de ações de extensão pelo curso (quantidade de vagas, horário, dia da semana, perfil do aluno, etc);

III - apoiar a coordenação de curso no período de matrícula dos estudantes nas componentes curriculares de extensão;

IV - acompanhar e avaliar a execução de projetos e atividades de extensão no âmbito do curso;

V - acompanhar a interação dialógica dos discentes e docentes do curso com a sociedade por meio das ações de extensão;

VI - divulgar os projetos e as atividades desenvolvidas pelo curso junto aos

discentes e docentes;

VII - interagir com a Coordenação de Curso e a Pró-Reitoria de Extensão, Arte e Cultura para realização das iniciativas da extensão;

VIII - propor e desenvolver estratégias e instrumentos de acompanhamento e avaliação para a gestão das ações de extensão no curso;

IX - estimular a interação cultural local, regional e internacional entre discentes e docentes extensionistas no âmbito do curso;

X - apoiar a coordenação do curso na atividade de creditação da carga horária de extensão, por meio do sistema de registro acadêmico.

O acompanhamento e a supervisão sistemáticos das atividades de extensão são realizados pelos docentes coordenadores das ações extensionistas, como apoio do Coordenador das Atividades de Extensão, adotando procedimentos e critérios estabelecidos pelo curso com vistas a garantir o alinhamento das ações desenvolvidas com os objetivos do curso, a plena formação dos discentes a partir da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, garantido o pleno atendimento às diretrizes e princípios que norteiam as ações de Extensão na UNILAB, conforme prevê a Resolução CNE/CES nº 7, de 18 de dezembro de 2018 e a Resolução CONSEPE/UNILAB nº 81, de 20 de abril de 2021. Entre as formas adotadas para o acompanhamento e a supervisão das ações extensionistas, incluem-se: a verificação de assiduidade dos discentes a partir dos relatórios de frequência; visitas aos locais de realização das práticas extensionistas para o monitoramento e a avaliação do devido andamento do trabalho; reuniões de rotina para verificação do andamento das atividades, prazos e principais dificuldades encontradas e oportunidades de melhoria a explorar; uso de ferramentas tecnológicas de gestão da produtividade e fluxos de trabalho; e elaboração e avaliação de relatórios parciais e relatório final, a partir de evidências do trabalho coletadas durante as visitas a campo.

A avaliação da participação dos discentes nas atividades extensionistas se dá em duas dimensões avaliativas: a primeira está focada no processo de acompanhamento dos estudantes (avaliação formativa, *in itinere*), voltada à análise do seu desenvolvimento nas competências esperadas a partir da prática

extensionista (quer na condição de bolsista, quer na condição de voluntário), bem como à observância do cumprimento dos objetivos e metas parciais e do cronograma estabelecido na proposta de atividades, conforme estabelecidos no ato de seu cadastro e formalização. Tal avaliação tem como principal objetivo o aprimoramento individual do aluno, fornecendo feedback contínuo ao longo do processo de ensino-aprendizagem proporcionado pela ação ou programa de extensão. Para tanto, o professor coordenador da ação, com o apoio do coordenador de extensão do curso, emprega os seguintes mecanismos: análise de relatórios de frequência dos estudantes participantes das ações e programas; acompanhamento in loco das atividades desempenhadas pelos estudantes durante a realização da ação ou programa; realização de reuniões de periódicas de acompanhamento e feedback com os estudantes participantes (pelo menos uma reunião por mês), de modo a comparar o desempenho observado com os objetivos parciais estabelecidos; e aplicação de questionários de autoavaliação parcial de desempenho.

A segunda dimensão avaliativa se concentra nos resultados alcançados (avaliação somativa, ex post), dedicada à aferição e mensuração do desempenho observado em cotejo com os objetivos pedagógicos estabelecidos para cada estudante que integra a ação ou programa extensionista em questão, assim como do cumprimento dos objetivos e metas finalísticos e do cronograma estabelecido na proposta de atividades quando de sua formalização. Neste caso, o docente coordenador da ação/programa, com apoio do coordenador de extensão do curso, adota mecanismos avaliativos, dentre os quais se pode citar, de forma não exaustiva: análise da produção técnica resultante da ação, como livros ou capítulos de livro, manuais, cartilhas, boletins, revistas, relatórios técnicos, produtos audiovisuais, produtos artísticos, programas de rádio, entre outros; análise de indicadores de impacto previamente estabelecidos; realização de avaliação de reação e impacto com foco no público impactado pela ação; realização de reunião de encerramento da ação ou programa para avaliar o desempenho observado com os objetivos e metas finais estabelecidos; e levantamento e compartilhamento de lições aprendidas.

Em linha com o que prevê a Resolução CONSEPE/UNILAB nº 81, de 20 de abril de 2021, a creditação da extensão estará sujeita a permanente avaliação,

conforme procedimentos observados acima, visando ao aperfeiçoamento de suas características e a outras dimensões acadêmicas institucionais, e deverá observar o cumprimento dos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e do PPC do curso, os registros da efetiva realização das ações (documentos, relatórios, eventos, produções diversas), a efetiva participação do público externo, a avaliação das ações pelo público atendido, a demanda atendida pela comunidade, interiorização e internacionalização.

4.1.4 Estágio Curricular Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado compreende 200 horas e é regulamentado pela UNILAB, de acordo com a Resolução CONSEPE/UNILAB nº 87, de 10 de junho de 2021 - Reeditada, com alterações, a Resolução nº 15/2017/CONSUNI, de 27 de junho de 2017, que institui e regulamenta o Estágio Curricular Supervisionado nos cursos de graduação presencial da UNILAB

A Diretrizes curriculares Nacionais para o curso de Graduação em Administração Pública orientadas pelo Parecer CNE/CES nº 266/2010 ressaltam a importância do Estágio Supervisionado para a formação e sua indicação como componente necessário do Projeto Pedagógico do Curso: “o projeto pedagógico do curso deverá conter o Estágio Supervisionado sob várias formas, desde estágio propriamente dito até imersão acadêmica em pesquisa e outras atividades, com base em regulamento próprio de cada IES” (p.13). O estágio curricular é então considerado ferramenta importante de consolidação e integração do conhecimento teórico com a prática profissional.

Essa indicação se justifica se levarmos em conta que o curso objetiva formar profissionais e pesquisadores orientados para o bem público e “comprometidos com o *ethos* democrático” (Parecer CNE/CES nº 266/2010). Dessa forma, o estágio aproxima o aluno da realidade, permitindo-lhe ainda durante a sua formação, aliar teoria e prática em situações reais, semelhantes às quais irá trabalhar quando obtiver seu diploma.

O Estágio Curricular Supervisionado é componente curricular obrigatório no curso de Administração Pública, presencial, da Unilab e deverá ser realizado em organizações públicas ou instituições não-governamentais orientadas para o *ethos* público, na forma convencional, ou ainda em forma de projetos de pesquisa e

investigação orientados para a área pública, regulamentados pelas normas gerais da Unilab, conforme a Resolução CONSEPE/UNILAB nº 87, de 10 de junho de 2021.

No curso de Administração Pública, o Estágio Curricular Supervisionado deverá ser cursado ao longo do curso, devendo o aluno ser acompanhado por um professor-supervisor da UNILAB. Todos os aspectos referentes ao estágio supervisionado se pautarão pela Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 (Lei do Estágio) e não poderão ter carga horária superior a trinta horas semanais e seis horas diárias, sendo essas atividades compatíveis com os horários de aulas do aluno.

No caso do estágio ser realizado em período onde não estão programadas aulas, a jornada de estágio poderá ser de até 40 horas. Ressalvada a disponibilidade de professor-orientador para o período.

Este deve permitir ao aluno realizar uma imersão no ambiente da instituição, através da análise do ambiente da mesma, descrevendo sua estrutura organizacional, relação com a estrutura governamental, as macro-questões que influenciam a execução de políticas públicas, as variáveis sociais, políticas e econômicas que configuram o ambiente interno e externo da organização, seu ambiente de atuação, relacionando esses elementos à missão da instituição de estágio. Nela o aluno deve escolher um setor da instituição que contemple seu interesse e que lhe permita agregar conhecimentos específicos para sua formação.

Para cada período de estágio, o aluno deve elaborar um relatório de estágio, contendo o detalhamento das atividades desenvolvidas relacionadas aos objetivos do mesmo. Esse relatório será avaliado pelo professor orientador, como requisito obrigatório para a validação do estágio.

4.2 ACESSIBILIDADE

A descrição conceitual de acessibilidade é a “Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida” (Lei

13.146/2015 – art. 3º, inciso I).

Funciona na UNILAB o Núcleo de Inclusão, Acessibilidade e Diversidade (NIADI), associado à Coordenação de Direitos Humanos e Ações Afirmativas (CDHAA/PROPAAE) e tem como objetivo desenvolver um ambiente universitário inclusivo, com ações efetivas que possibilitem a progressão acadêmica de estudantes com deficiência e/ou dificuldade de aprendizagem matriculados na Universidade, além de acompanhar e desenvolver ações para contribuir com a adaptação acadêmica dos estudantes que declararam algum tipo de deficiência, trabalhando com uma perspectiva integrada e colaborativa, através da integração estabelecida com os coordenadores, docentes e demais setores da instituição.

Todos estes serviços estão Em consonância com a Lei Nº 13.146, de 6 de Julho de 2015.- Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), e do Decreto nº 5.296/2004 - que garante acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, bem como a RESOLUÇÃO CONSUNI/UNILAB Nº 40, DE 20 DE AGOSTO DE 2021, que aprova a instituição e regulamentação do Programa de Ações Afirmativas da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e a Resolução CONSUNI/UNILAB Nº 55, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2021, que aprova e institui a Política de Inclusão e Acessibilidade na UNILAB,

Outrossim, a UNILAB apresenta vários equipamentos que favorecem a acessibilidade dos discentes como mobilidade reduzida como rampas de acesso e elevadores.

4.3 PLANOS DE INTEGRALIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA

Quadro 3: Integralização da carga horária

DESCRIÇÃO	HORAS
Disciplinas Obrigatórias (exceto TCC)	2.500 horas
Disciplinas Optativas	120 horas
Disciplinas Eletivas	120 horas
Atividades Complementares	200 horas
Atividades de Extensão	358 horas
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	60 horas
Estágios	200 horas
Total	3.578 horas

Fonte: pesquisa própria

4.4 METODOLOGIAS DE ENSINO

A metodologia de ensino proposta para o curso de Administração Pública, presencial, converge para seus objetivos, garantindo que o conteúdo tratado nas unidades de aprendizagem seja feito de forma interativa e interligada, por meio das formações gerais, básicas, profissionais e inserção no campo de trabalho, proporcionando ao aluno a compreensão da complexidade da realidade estudada. Os processos interativos e a utilização de recursos tecnológicos modernos permitiram imprimir, ao processo pedagógico, dinamicidade que ultrapassa a mera transmissão do conteúdo.

Por meio do diálogo crítico com autores clássicos e contemporâneos e do debate em sala de aula, as teorias vão se consolidando para permitir que estudos de casos, seminários e verificações *in loco* das realidades diversas contribuam para o desenvolvimento de habilidades e a construção de competências para o êxito e segurança da prática profissional.

No que se refere à formação geral do aluno, a escolha das atividades para cada período letivo poderá ser feita com a orientação do monitor e as disciplinas serão sempre ministradas por um professor e para uma turma que congregue alunos de todos os cursos da IES. Sempre que necessário, o curso de língua portuguesa e estrangeira serão frequentados em vários semestres durante todo o curso de graduação, em diferentes níveis de aprofundamento.

No tocante à formação básica, que envolve as bases conceituais e o desenvolvimento de proposta interdisciplinar, os conteúdos específicos da área de Administração Pública serão ministrados no âmbito da matriz curricular do curso. No entanto, serão ofertadas disciplinas nos outros cursos da IES que poderão ser frequentadas pelos alunos da Administração Pública, presencial expressas pela interdisciplinaridade e pela transdisciplinaridade que fazem parte da proposta teórico/metodológica e prática da Unilab.

As estratégias didático-pedagógicas do curso de Administração Pública, presencial da Unilab possibilitam que futuros profissionais compreendam de forma crítica os contextos sociais, políticos, ambientais e culturais para melhorar a gestão e atender às exigências da sociedade cumprindo o papel social da universidade pública. Assim sendo, os conteúdos estarão relacionados com as áreas específicas da profissão para dar sustentação à prática profissional, como o desenvolvimento de

projetos de intervenção na realidade, propostas participativas e novas estratégias para o desenvolvimento local, regional, nacional e internacional. Além destas, deverão ser contempladas também as discussões e ações sobre novos conceitos de serviços e a postura profissional dos administradores da área pública.

As metodologias de ensino adotadas no curso de Administração Pública da UNILAB estão organizadas para atender a uma formação inovadora, crítica e comprometida com o desenvolvimento sustentável e a transformação social. Inspiradas pela missão institucional, integrando saberes de diferentes áreas e promovendo uma abordagem reflexiva diante das dinâmicas econômicas, sociais, políticas, ambientais e culturais dos países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Essa proposta pedagógica busca formar profissionais capazes de analisar contextos complexos e propor soluções criativas e sustentáveis para os desafios da administração pública, tanto em âmbito local quanto internacional.

Para potencializar o desenvolvimento de competências e habilidades essenciais à atuação pública contemporânea, o curso explora estratégias centradas no protagonismo estudantil, com forte ênfase em metodologias ativas. São incorporadas práticas como a Aprendizagem Baseada em Problemas, o Estudo de Casos, a Aprendizagem Colaborativa, as Simulações, a Aprendizagem Baseada em Projetos, a Sala de Aula Invertida e a Gamificação. Essas metodologias visam estimular o pensamento crítico, a autonomia, a capacidade de trabalhar em equipe, a liderança e a resolução de problemas complexos, consolidando uma formação acadêmica que articula teoria e prática de maneira permanente.

Essas metodologias são aplicadas em contextos diversificados e próximos da realidade prática dos futuros administradores públicos. As metodologias ativas aplicadas no curso abrangem uma ampla variedade de contextos de aprendizagem, buscando aproximar os estudantes da prática profissional real. Na Aprendizagem Baseada em Problemas, os desafios envolvem a formulação de soluções para problemas de políticas públicas, gestão orçamentária, processos de inovação administrativa ou melhoria de serviços públicos. Nos Estudos de Casos, são analisadas situações concretas relacionadas à governança, ética na administração pública, gestão de pessoas, gestão de crises e sustentabilidade em programas governamentais. As Simulações reproduzem ambientes decisórios, negociações

intergovernamentais ou audiências públicas, permitindo aos estudantes vivenciar papéis e responsabilidades típicas da gestão pública. A Aprendizagem Baseada em Projetos estimula o desenvolvimento de propostas de intervenção em realidades locais e regionais, integrando diferentes áreas do conhecimento.

As metodologias de ensino adotadas articulam estratégias inovadoras e participativas que integram teoria e prática, promovendo o desenvolvimento crítico, a autonomia e a capacidade de atuação em contextos complexos e dinâmicos da administração pública.

Quanto às atividades de inserção na vida profissional, deverão contemplar um aprendizado contínuo que extrapola os conhecimentos adquiridos nos conteúdos disciplinares do curso de Administração Pública com atividades desenvolvidas ao longo do curso, envolvendo a compreensão das diversas realidades, em âmbito local, regional, nacional e internacional, estimulando a comunicação do conhecimento através de produção acadêmica. Para isso, é necessária a inclusão da modalidade de pesquisa e extensão de convênios entre a Unilab e instituições públicas da região, participação em eventos como minicursos, oficinas, entre outros.

4.5 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular do curso contém disciplinas com conteúdos que explicitam as inter-relações das dimensões sociais, econômicas, ambientais e culturais, nacional ou internacional, bem como das esferas federal, estadual e municipal. Busca-se, assim, a reflexão e possíveis aplicações no âmbito das organizações utilizando-se de criatividade, considerando os conteúdos propostos nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os Cursos de Administração.

É relevante entender que a administração sofre influência direta das transformações que ocorrem na sociedade contemporânea, fenômenos como a globalização, incremento tecnológico, desigualdades socioeconômicas, de gênero e racial, degradação ambiental entre tantos outros, influenciam de diversas maneiras a prática da gestão. Desta forma, os novos conteúdos já fazem parte das diversas unidades curriculares. Soma-se a isso a importância atribuída à articulação dos conteúdos, que se relacionam, caracterizando a abordagem pedagógica como interdisciplinar.

As unidades curriculares da matriz do curso Administração Pública, presencial, estão divididas em dois grandes grupos: a) conteúdos de formação básica; b) conteúdos de formação profissional, conforme Resolução CNE/CES 1/2014. A estes componentes curriculares se somam as Atividades Complementares, o Estágio Curricular Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Assim, o curso adota etapas sistêmicas de aprendizagem nas quais os conteúdos de formação básica são introduzidos inicialmente, de forma qualitativa,

crítica e reflexiva, dando sustentação para a formação de conhecimentos profissionais aplicados, sem desconsiderar a importância dos estudos quantitativos, com as atividades complementares e de extensão.

Por fim, destaca-se que a ênfase do Curso é sua interdisciplinaridade. Os seguintes componentes curriculares têm explicitamente um caráter interdisciplinar:

- a) integração universitária, com disciplinas comuns a todos os cursos da Unilab: Leitura e Produção de Texto I e II, Sociedade, Diferenças e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos, Inserção à Vida Universitária, Iniciação ao Pensamento Científico;
- b) Trabalho de Conclusão de Curso - (TCC) - disciplina em que os alunos devem desenvolver projetos de aplicação nos diversos campos da administração, colocando em casos práticos ou orientados para a prática os conhecimentos adquiridos em diferentes disciplinas;
- c) oficinas, Palestras e Fóruns;
- d) atividades de extensão;
- e) atividades de pesquisa;
- f) disciplinas eletivas gerais ou externas, que podem ser cursadas em outros cursos da Unilab ou em outras instituições.

A interdisciplinaridade não se limita às disciplinas e atividades indicadas. O reforço à integração interdisciplinar se dá também por meio de reuniões dos Conselhos Superiores e Colegiados de Curso, assim como pelo Núcleo Docente Estruturante e reuniões de professores. Nesses encontros, serão discutidos os aspectos didático-pedagógicos que incluem, dentre outros, a integração entre as disciplinas e a sinergia derivada desta integração.

Destaca-se ainda a articulação teoria e prática, possível por meio de atividades de campo e visitas técnicas. Essas atividades reforçam a possibilidade de contato estreito com a sociedade civil, órgãos governamentais da região do Maciço do Baturité e dos países membros da CPLP.

Atendendo ao Decreto nº 5626/2005, o curso de Graduação em Administração Pública, também oferece a disciplina optativa de Libras, Linguagem Brasileira de Sinais.

Atendendo, ainda, a abordagem de conteúdos pertencentes às políticas de educação ambiental (Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012) estão

contidas na disciplina Gestão Ambiental e Sustentabilidade. A educação em direitos humanos (Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012) de educação das relações étnico-raciais (Resolução CNE/CP nº 1, de 17 de junho de 2004) podem ser encontradas nas disciplinas Direitos Humanos Interculturais, Relações de Gênero e Étnico Raciais nas Organizações.

A temática da História e cultura Afro-Brasileira e Indígena, de acordo com a Lei nº 11.645 de 10/03/2008 é abordada no curso através da disciplina Sociedade, Diferenças e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos

No Quadro 4, temos a indicação da aderência às Diretrizes Curriculares Nacionais da formação de profissionais de administração:

Quadro 4 – Aderência às Diretrizes Curriculares Nacionais

CONTEÚDOS DO NÚCLEO COMUM DA UNILAB		
Componente Curricular	Carga Horária	Unidade Responsável pela Oferta
Iniciação ao Pensamento Científico	45 horas	IH
Inserção à Vida Universitária	15 horas	IH
Leitura e Produção de Texto I	60 horas	ILL
Leitura e Produção de Texto II	60 horas	ILL
Sociedades, Diferenças e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos	60 horas	IH

CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO BÁSICA		
Componente Curricular	Carga Horária	Unidade Responsável pela Oferta
Filosofia, Ética e Política	60 horas	ICSA
Antropologia	60 horas	ICSA
Sociologia das Organizações	60 horas	ICSA
Teorias da Administração	60 horas	ICSA
Direito Tributário	60 horas	ICSA
Matemática Financeira	60 horas	ICSA
Ciência Política	60 horas	ICSA
Relações Internacionais	60 horas	ICSA
Fundamentos de Economia	60 horas	ICSA
Direito Constitucional	60 horas	ICSA
Direito Administrativo I	60 horas	ICSA
Direito Administrativo II	60 horas	ICSA
Comportamento Organizacional	60 horas	ICSA
Contabilidade Geral	60 horas	ICSA
Métodos e Técnicas de Pesquisa	60 horas	ICSA

CONTEÚDOS DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL		
Componente Curricular	Carga Horária	Unidade Responsável pela Oferta
Fundamentos do Trabalho Acadêmico e da Pesquisa Científica	60 horas	ICSA
Teorias da Administração Pública	60 horas	ICSA
Governança Colaborativa e Redes Públicas	60 horas	ICSA
Gestão de Processos e da Qualidade no Setor Público	60 horas	ICSA
Gestão de Pessoas na Administração Pública	60 horas	ICSA
Avaliação de Políticas Públicas	60 horas	ICSA
Empreendedorismo e Inovação no Setor Público	60 horas	ICSA
Tecnologias e Sistemas de Informação no Setor Público	60 horas	ICSA
Administração Financeira no Setor Público I	60 horas	ICSA
Administração Financeira no Setor Público II	60 horas	ICSA
Marketing no Setor Público	60 horas	ICSA
Gestão de Operações e Logística no Serviço Público	60 horas	ICSA
Economia do Setor Público	60 horas	ICSA
Ética Profissional na Administração Pública	60 horas	ICSA
Orçamento e Contabilidade do Setor Público	60 horas	ICSA
Auditoria e Controladoria no Setor Público	60 horas	ICSA
Elaboração e Avaliação de Projetos Públicos	60 horas	ICSA
Administração Estratégica no Setor Público	60 horas	ICSA
Gestão Social	60 horas	ICSA
Políticas Públicas e Desenvolvimento	60 horas	ICSA
Gestão Ambiental e Sustentabilidade	60 horas	ICSA
Matemática para Administradores	60 horas	ICSA
Estatística e Indicadores na Gestão Pública	60 horas	ICSA
Trabalho de Conclusão de Curso	60 horas	ICSA

COMPONENTES CURRICULARES OPTATIVOS (*)		
Componente Curricular	Carga Horária	Unidade Responsável pela Oferta
Tecnologia e Inovação	60 horas	ICSA
Negociação e Arbitragem	60 horas	ICSA
Economia Brasileira	60 horas	ICSA
Elaboração e Gestão de Projetos em Organizações Sociais	60 horas	ICSA
Inovação e Qualidade em Políticas Públicas Educacionais	60 horas	ICSA
Inteligência Artificial na Administração Pública	60 horas	ICSA
Economia da Educação	60 horas	ICSA
Estratégia de Desenvolvimento Territorial	60 horas	ICSA
Política e Administração da Educação	60 horas	ICSA
Libras - Linguagem Brasileira de Sinais* (IHL)	60 horas	IH

Relações de Gênero e Étnico Raciais nas Organizações	60 horas	ICSA
Tecnologias Aplicadas à Pesquisa	60 horas	ICSA
Políticas de Segurança Pública	60 horas	ICSA
Assédio Moral no Trabalho	60 horas	ICSA
Direitos Humanos Interculturais	60 horas	ICSA
Política e Desenvolvimento Econômico do Nordeste	60 horas	ICSA
Teoria do Desenvolvimento Econômico	60 horas	ICSA
Políticas Públicas: Gênero, Raça e Geração	60 horas	ICSA
Análise de dados dicotomizados	60 horas	ICSA
História Econômica do Ceará	60 horas	ICSA
Museologia, Cultura, Memória e Educação Patrimonial	60 horas	ICSA
Direito Internacional	60 horas	ICSA
Regimes Jurídicos de Prestação de Serviços Públicos	60 horas	ICSA
Processo decisório, Negociação e Arbitragem	60 horas	ICSA
Administração de Materiais e Pat. no Setor Público	60 horas	ICSA
Negócios de Impacto Socioambiental nos Países da Com. dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)	60 horas	ICSA
Gestão de Custos no Setor Público	60 horas	ICSA
Gestão, Planejamento e Avaliação em Saúde	60 horas	ICSA
Administração e Planejamento em Saúde	60 horas	ICSA
Tópicos Especiais em Administração Pública	60 horas	ICSA

(*) No que se refere às disciplinas optativas, os alunos poderão escolher disciplinas dentre aquelas previstas neste PPC, de modo a totalizar a carga horária mínima de 120h para este tipo de componente

COMPONENTES CURRICULARES ELETIVOS		
Componente Curricular	Carga Horária	Unidade Responsável pela Oferta
Disciplinas cursadas em outros cursos na UNILAB ou em outras IES	120 horas	Conforme demanda do(a) aluno(a)

No Quadro 5 se tem outra forma de visualizar a distribuição das disciplinas, com seus respectivos códigos de aderência.

Quadro 5 - Distribuição das Disciplinas por Semestre

SEMESTRE / DISCIPLINA	Carga horária	Formação*	Teoria (Carga horária)	Prática (Carga horária)	Pré-requisito
1º SEMESTRE					
Sociedades, Diferenças e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos	60	CFB	60	-	
Iniciação ao Pensamento Científico	45	CFB	45	-	
Leitura e Produção de Textos I	60	CFB	60	-	
Inserção à Vida Universitária	15	CFB	15	-	
Teorias da Administração	60	CFB	60	-	
Sociologia das Organizações	60	CFB	60	-	

Filosofia, Ética e Política	60	CFB	60	-	
Subtotal	360		360		
2º SEMESTRE					
Leitura e produção de Textos II	60	CFB	60	-	Leitura e Produção de texto I
Fundamentos do Trabalho Acadêmico e da Pesquisa Científica	60	CFP	40	20	
Matemática para Administradores	60	CFP	40	20	
Teorias da Administração Pública	60	CFP	60	-	Teorias da Adm
Gestão Social	60	CFP	60	-	
Antropologia	60	CFB	40	20	
Subtotal	360		300	60	
3º SEMESTRE					
Estatística e Indicadores na Gestão Pública	60	CFP	40	20	Matemática Aplic
Contabilidade Geral	60	CFB	60	-	
Fundamentos de Economia	60	CFB	60	-	
Ética Profissional na Administração Pública	60	CFP	60	-	Filos., Ética e Política
Ciência Política	60	CFB	60	-	
Tecnologias e Sistemas de Informação no Setor Público	60	CFP	60	-	
Subtotal	360		340	20	
4º SEMESTRE					
Direito Constitucional	60	CFB	40	20	Ciência Política
Governança Colaborativa em Redes Públicas	60	CFP	40	20	
Políticas Públicas e Desenvolvimento	60	CFP	40	20	
Economia do Setor Público	60	CFP	60	-	
Relações Internacionais	60	CFP	40	20	
OPTATIVA I	60	-	60	-	
Subtotal	360		280	80	
5º SEMESTRE					
Comportamento Organizacional	60	CFB	40	20	
Direito Administrativo I	60	CFB	40	20	
Matemática Financeira	60	CFB	60	-	
Métodos e Técnicas de Pesquisa	60	CFB	60	-	
Administração Financeira do Setor Público I	60	CFP	40	20	
ELETIVA I	60	-	60	-	
Subtotal	360		300	60	

6º SEMESTRE					
Orçamento e Contabilidade do Setor Público	60	CFP	36	24	Contabilidade Geral
Administração Estratégica no Setor Público	60	CFP	60	-	
Gestão de Pessoas na Administração Pública	60	CFP	60		
Administração Financeira do Setor Público II	60	CFP	60	-	Adm. Financ do Setor Público I

Direito Administrativo II	60	CFP	60	-	Direito Administrativo I
ELETIVA II	60	-	60	-	
Subtotal	360		336	24	
7º SEMESTRE					
Elaboração e Avaliação de Projetos Públicos	60	CFP	60	-	Administração Estratégica
Gestão de Operações e Logística no Serviço Público	60	CFP	40	20	
Direito Tributário	60	CFB	60	-	Direito Constitucional
Auditoria e Controladoria no Setor Público	60	CFP	40	20	Orçamento e Contabilidade do Setor Público
Gestão de Processos e da Qualidade no Setor Público	60	CFP	40	20	
OPTATIVA II	60	-	60	-	
Subtotal	360		300	60	
8º SEMESTRE					
Marketing no Setor Público	60	CFP	60	-	
Avaliação de Políticas Públicas	60	CFP	60		Políticas Públicas e Desenvolvimento
Empreendedorismo e Inovação no Setor Público	60	CFP	60		Elaboração e Avaliação de Projetos Públicos
Gestão Ambiental e Sustentabilidade	60	CFP	60		
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	60	CFP	30	30	Iniciação ao Pensamento Científico; Fundos do Trab. Acad. e da Pesq Científica; Métodos e Téc. de Pesq
Subtotal	300		270	30	
INTEGRALIZAÇÃO DA CARGA HORÁRIA					
	Carga horária	Formação*	Teoria (Carga horária)	Prática (Carga horária)	
DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS	2.580		2.246	334	
DISCIPLINAS OPTATIVAS	120	CFP	120		
DISCIPLINAS ELETIVAS	120	CFP	120		
Atividades de Extensão	358	AEX		358	
Atividades Complementares (poderão ser realizadas ao longo do curso)	200	ATC	200		
Estágio Curricular Supervisionado	200	CFP		200	
TOTAL DE HORAS	3.578		2.686	892	

Fonte: pesquisa própria

Desta forma, a distribuição da carga horária entre os núcleos definidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Curso de Administração Pública, de acordo com o **Quadro 3 – Aderência às DCNs**, os percentuais estão assim:

Quadro 6 - Carga Horária por Núcleo / Eixo do Conhecimento

Núcleo / Eixo de Conhecimento	Carga Horária (h)	Percentual (%)
Núcleo Comum da UNILAB	240 h	6,7 %
Conteúdos de Formação Básica (CFB)	780 h	21,8 %
Conteúdos de Formação Profissional (CFP), exceto TCC	1.500 h	43,6 %
Atividades de Extensão	358 h	10,0 %
Atividades Complementares (ATC)	200 h	5,6 %
Estágio Supervisionado (CFP)	200 h	5,6 %
Optativas	120 h	3,3 %
Eletivas	120 h	3,3 %
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	60 h	1,7 %
Total	3.578 h	100 %

* **Códigos:** CFB - Conteúdos de formação básica; CFP - Conteúdos de formação profissional;

- As atividades complementares poderão ser realizadas ao longo do curso, devendo ser integralizadas em um total de 200 horas.
- As disciplinas optativas serão ofertadas durante o curso, devendo ser integralizadas em um total de 120 horas.
- As disciplinas eletivas serão integralizadas em um total de 120 horas.
- Estágio curricular supervisionado: 200 horas.
- O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será realizado no final do curso.

4.6 COMPONENTES CURRICULARES

O quadro, a seguir, apresenta a distribuição das disciplinas por semestre com suas devidas cargas horárias, nos 8 (oito) semestres do curso, totalizando 3.578 horas sendo: 2.580 horas de disciplinas regulares obrigatórias, 120 de disciplinas optativas, 120 de disciplinas eletivas, 200 horas de atividades complementares, 358 horas de atividades de extensão e 200 horas de estágio curricular supervisionado.

Quadro 7 - Distribuição dos componentes curriculares por semestres

Semestre / CH	Disciplinas						
	Disciplina 1	Disciplina 2	Disciplina 3	Disciplina 4	Disciplina 5	Disciplina 6	Disciplina 7
01 360h	Sociedades, Diferenças e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos (60h)	Iniciação ao Pensamento Científico (45h)	Leitura e Produção de Textos I (60h)	Inserção à Vida Universitária (15h)	Teorias da Administração (60h)	Sociologia das Organizações (60h)	Filosofia, Ética e Política (60h)
02 360h	Leitura e Produção de Textos II (60h)	Fundamentos do Trabalho Acadêmico e da Pesquisa Científica (60h)	Matemática para Administradores (60h)	Teoria da Administração Pública (60h)	Antropologia (60h)	Gestão Social (60h)	
03 360h	Estatística e Indicadores na Gestão Pública (60h)	Contabilidade Geral (60h)	Fundamentos de Economia (60h)	Ética Profissional na Administração Pública (60h)	Ciência Política (60h)	Tecnologias e Sistemas de Informação no Setor Público (60h)	
04 360h	Direito Constitucional (60h)	Governança Colaborativa e Redes Públicas (60h)	Políticas Públicas e Desenvolvimento (60h)	Economia do Setor Público (60h)	Relações Internacionais (60h)	Optativa I (60h)	
05 360h	Comportamento Organizacional (60h)	Direito Administrativo I (60h)	Matemática Financeira (60h)	Métodos e Técnicas de Pesquisa (60h)	Administração Financeira do Setor Público I (60h)	Eletiva I (60h)	
06 360h	Orçamento e Contabilidade do Setor Público (60h)	Administração Estratégica do Setor Público (60h)	Gestão de Pessoas na Administração Pública (60h)	Administração Financeira no Setor Público II (60h)	Direito Administrativo II (60h)	Eletiva II (60h)	
07 360h	Elaboração e Avaliação de Projetos Públicos (60h)	Gestão de Operações e Logística no Serviço Público (60h)	Direito Tributário (60h)	Auditoria e Controladoria no Setor Público (60h)	Gestão de Processos e da Qualidade no Setor Público (60h)	Optativa II (60h)	
08 300h	Marketing no Setor Público (60h)	Avaliação de Políticas Públicas (60h)	Empreendedorismo e Inovação no Setor Público (60h)	Gestão Ambiental e Sustentabilidade (60h)	TCC (60h)		
200h	Estágio Curricular Supervisionado						
358h	Atividades de Extensão						
200h	Atividades Complementares	Podem ser realizadas ao longo do curso					

Fonte: elaboração própria.

O Quadro 7 elenca as disciplinas obrigatórias distribuídas por semestre. Também informa a carga horária das disciplinas Optativas e Eletivas a serem cumpridas em cada Semestre. Para as Disciplinas Optativas, o(a) aluno(a) deverá computar um total de 120 horas de disciplinas optativas, ofertadas pelo curso e elencadas aqui. Podem integralizar parte delas nos semestres relativos às atividades complementares ou durante os semestres letivos do curso. Para as Disciplinas Eletivas, o(a) aluno(a) deverá computar um total de 120 horas de disciplinas eletivas, ofertadas ou não por cursos da Unilab, presenciais e a distância, podendo integralizar parte delas nos semestres relativos às atividades complementares ou durante os semestres letivos do curso.

4.7 EMENTAS DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

As ementas das disciplinas do curso de Administração Pública, presencial, estão discriminadas a seguir, ordenadamente com as disciplinas de conteúdo geral do curso e, em seguida, as disciplinas optativas.

1º SEMESTRE

Disciplina: Sociedades, Diferenças e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos		
Semestre: 1º	C. horária: 60h	Formação: CFB
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: Temporalidades do processo colonial nos países de língua portuguesa (práticas, trocas e conflitos culturais – ocupações e resistências). Movimento Pan-africanista, Negritude; Relações étnico-raciais e racismo; Movimento Negro e Indígena no Brasil e as políticas de ação afirmativa. Gênero, sexualidade. Movimentos Feministas e LGBTT. Tolerância religiosa. Direitos Humanos. Diferenças e Desigualdades. Cultura Afro Brasileira.		
Bibliografia básica ALBERTI, Verena. <i>Histórias do movimento negro no Brasil: depoimentos ao CPDOC</i> . Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, CPDOC, 2007. CARNEIRO, Sueli. <i>Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil</i> . São Paulo: Selo Negro Edições, 2011. (Coleção Consciência Negra em Debate). COMPARATO, Fábio Konder. <i>A afirmação histórica dos direitos humanos</i> . 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2015. Bibliografia complementar CABRAL, Amílcar. <i>O papel da cultura na luta pela independência: a arma da teoria. Unidade e luta I</i> . 2. ed. Lisboa: Seara Nova, 1978. DAMATTA, Roberto. Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira. In: DAMATTA, Roberto. <i>Relativizando: uma introdução à antropologia social</i> . Rio de Janeiro: Rocco, 2000. p. 58-85. KI-ZERBO, Joseph; MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe. Construção da nação e evolução dos valores políticos. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Christophe (org.). <i>História Geral da África, VIII: África desde 1935</i> . Brasília: UNESCO, 2010. cap. 16. MUNANGA, Kabengele. <i>Negritude: usos e sentidos</i> . 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. SUÁREZ, Mireya. <i>Desconstrução das categorias mulher e negro</i> . Brasília, 1992. (Série Antropologia, n. 133). Disponível em: http://www.dan.unb.br/images/doc/Serie133empdf.pdf . Acesso em: 15 set. 2025.		

Disciplina: Iniciação ao pensamento científico		
Semestre: 1º	C. horária: 45h	Formação: CFB
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: Problematizações Epistemológicas A especificidade do conhecimento científico. Introdução ao pensamento histórico-filosófico relacionado à ciência. Origens do conhecimento, epistemologia e paradigmas científicos. A barreira científica e a representação do outro. O silenciamento da história e do protagonismo do Outro: bárbaros, asiáticos, africanos, americanos. Subaltern Studies. Novas <i>episteme</i> da ciência: visibilidade, problematização e conceitualização em pesquisas interdisciplinares. Do lusotropicalismo à lusofonia.		
Bibliografia Básica: KUHN, Thomas. <i>A estrutura das revoluções científicas</i> . São Paulo: Perspectiva, 2006. LAKATOS, Imre. <i>História da ciência e suas reconstruções racionais</i> . Lisboa: Edições 70, 1998. SAID, Edward. A geografia imaginativa e suas representações: orientalizando o oriental. In: SAID, Edward. <i>Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente</i> . São Paulo: Companhia das Letras, 2007. p. 85-113.		
Bibliografia complementar: ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. <i>Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos</i> . Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. BHABHA, Homi K. <i>O local da cultura</i> . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. CHAUÍ, Marilena. <i>Convite à filosofia</i> . São Paulo: Ática, 2008. PANIKKAR, K. M. <i>A dominação ocidental na Ásia: do século XV a nossos dias</i> . Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. SANTOS, Boaventura de Sousa. Entre Próspero e Caliban. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. <i>A gramática do tempo: para uma nova cultura política</i> . São Paulo: Cortez, 2010. p. 227-249.		

Disciplina: Leitura e Produção de Textos I		
Semestre: 1º	C. horária: 60h	Formação: CFB
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: Reflexões sobre as noções de língua, variação linguística e preconceito linguístico. A universidade como esfera da atividade humana. Leitura na esfera acadêmica: estratégias de leitura. Gêneros acadêmicos (leitura e escrita na perspectiva da metodologia científica e da análise de gêneros): esquema, fichamento, resenha, resumo (síntese por extenso), memorial e seminário. Normas da ABNT.		
Bibliografia básica ANTUNES, Irandé. <i>Lutar com palavras: coesão e coerência</i> . 5. ed. São Paulo: Parábola, 2005. FIORIN, José Luiz; SAVIOLI, Francisco Platão. <i>Para entender o texto: leitura e redação</i> . 17. ed. São Paulo: Ática, 2007. FONTANA, Nádia Maria; PAVIANI, Neiva Maria S.; PRESSANTO, Ivone Maria P. <i>Práticas de linguagem: gêneros discursivos e interação</i> . Caxias do Sul, RS: Educs, 2009.		
Bibliografia complementar DISCINI, Norma. <i>Comunicação nos textos: leitura, produção e exercícios</i> . São Paulo: Contexto, 2005. MACHADO, Anna Rachel (org.). <i>Resumo</i> . São Paulo: Parábola, 2004. _____. <i>Resenha</i> . São Paulo: Parábola, 2004. _____. <i>Trabalhos de pesquisa: diários de leitura para a revisão bibliográfica</i> . São Paulo: Parábola, 2007. MOTTA-ROTH, Désirée; HENDGES, Graciela Rabuske. <i>Produção textual na universidade</i> . São Paulo: Parábola, 2010.		

Disciplina: Inserção à Vida Universitária		
Semestre: 1º	C. horária: 15h	Formação: CFB
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: A Unilab: lei No 12.289/2010, diretrizes gerais, organograma e funcionamento. Regulamentação do Conselho Universitário referente ao ensino de graduação e suas interfaces com pesquisa, extensão e assistência estudantil. Regramento normativo referente aos direitos e deveres do discente da graduação. Elementos fundamentais do projeto pedagógico do curso (perfil do egresso, disciplinas, integralização curricular e fluxograma).		
Bibliografia Básica: UNILAB. <i>Resolução n. 013/2013: dispõe sobre a criação do Programa de Apoio à participação de discentes em eventos</i>. Redenção: UNILAB, 2013. UNILAB. <i>Resolução n. 017/2013: dispõe sobre a regulamentação das normas para realização de atividades de campo (visitas técnicas, viagem de campo, aulas de práticas agrícolas, aulas em laboratórios de outras instituições, entre outras)</i>. Redenção: UNILAB, 2013. UNILAB. <i>Resolução n. 030/2013: normatiza os procedimentos relativos à matrícula de estudantes dos cursos de graduação da UNILAB</i>. Redenção: UNILAB, 2013. UNILAB. <i>Resolução n. 027/2014: normas gerais para regulamentar a avaliação da aprendizagem nos cursos de graduação presencial da UNILAB</i>. Redenção: UNILAB, 2014. UNILAB. <i>Resolução n. 036/2014: estabelece critérios para a concessão de bolsas no âmbito do Programa de Iniciação Científica da UNILAB</i>. Redenção: UNILAB, 2014. UNILAB. <i>Resolução n. 001-B/2015: altera a Resolução n. 008/2014, de 23 de abril de 2014, que regulamentou o Programa de Assistência ao Estudante (PAES)</i>. Redenção: UNILAB, 2015. UNILAB. <i>Resolução n. 020/2015: altera parcialmente a Resolução n. 024/2011, de 11 de novembro de 2011, que dispõe sobre normas gerais para as Atividades Complementares dos cursos de graduação da UNILAB</i>. Redenção: UNILAB, 2015. UNILAB. <i>Diretrizes gerais</i>. Redenção: UNILAB, 2010. UNILAB. <i>Guia do estudante de graduação da UNILAB</i>. Redenção: UNILAB, 2016. Disponível em: http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2016/06/GUIA-DO-ESTUDANTE-UNILAB.pdf. Acesso em: 15 set. 2025. UNILAB. <i>INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA. Curso de Administração Pública, bacharelado presencial: projeto pedagógico</i>. Redenção: UNILAB, 2025.		

Bibliografia Complementar:

BRASIL. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional*. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. *Lei n. 12.289, de 20 de julho de 2010: cria a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB e dá outras providências*. Diário Oficial da União, seção 1, Brasília, DF, 21 jul. 2010.

UNILAB. *Estatuto da UNILAB*. Redenção: UNILAB, 2016.

UNILAB. *Regimento Geral da UNILAB*. Redenção: UNILAB, 2016.

UNILAB. *Resolução n. 011/2016: dispõe sobre a aprovação do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UNILAB*. Redenção: UNILAB, 2016.

Disciplina: Teorias da Administração		
Semestre: 1º	C. horária: 60h	Formação: CFB
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: Introdução à Administração. As organizações: principais conceitos e ambientes competitivos globalizados. Funções administrativas e organizacionais: atividades de planejamento, organização, coordenação e controle de processos e grupos de trabalho. As escolas do pensamento administrativo e seus desdobramentos. A Escola Clássica e a Administração Científica e suas decorrências; da Escola das Relações Humanas ao comportamento organizacional; Estruturalismo e Burocracia; a Teoria dos Sistemas; a Teoria Neoclássica da Administração; a Teoria da Contingência; a Teoria da dependência de recursos; a Abordagem institucionalista da administração e perspectivas teóricas contemporâneas.		
Bibliografia Básica: CHIAVENATO, Idalberto. <i>Introdução à teoria geral da administração</i> . 8. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. MOTTA, Fernando C. Prestes; VASCONCELOS, Isabella F. Gouveia de. <i>Teoria geral da administração</i> . 3. ed. rev. São Paulo: Cengage Learning, 2015. SILVA, Reinaldo O. <i>Teorias da administração</i> . São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2008.		
Bibliografia Complementar CHIAVENATO, Idalberto. <i>Administração: teoria, processo e prática</i> . 5. ed. Barueri: Manole, 2014. CHIAVENATO, Idalberto. <i>Administração geral e pública: teoria e questões com gabaritos</i> . 2. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. FRANCISCO FILHO, Geraldo; SILVA, Fábio Gomes. <i>Teorias da administração geral</i> . 2. ed. Campinas: Alínea, 2008. JACOBSEN, Alessandra de Linhares; MORETTO NETO, Luís. <i>Teorias da administração II</i> . 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012. TRIGUEIRO, Francisco Mirialdo Chaves; MARQUES, Neiva de Araújo. <i>Teorias da administração I</i> . 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012.		

DISCIPLINA: Sociologia das Organizações		
SEMESTRE: 1º	C. HORÁRIA: 60h	FORMAÇÃO: CFB
PRÉ – REQUISITO: Não tem		
Ementa O ser humano e a vida em grupo. O surgimento da sociologia. Autores Clássicos do pensamento sociológico: Auguste Comte, Émile Durkheim, Karl Marx e Max Weber. A sociedade e as organizações. A importância das organizações. O conceito de organização. As organizações como agentes sociais. O campo da sociologia das organizações. Principais tipos de organizações: Organizações econômicas pré-industriais. A Revolução Industrial. A consolidação da organização industrial. A evolução do trabalho nas organizações industriais. A abordagem clássica e o fordismo. O pós-fordismo: a reestruturação produtiva e as organizações. A reestruturação produtiva e os processos de terceirização nas empresas. A Estrutura das organizações. O poder nas organizações. A cultura organizacional. A mudança nas organizações. Responsabilidade social corporativa. O capital social nas organizações.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BERNARDES, Cyro. <i>Sociologia aplicada à administração</i>. 7. ed. São Paulo: Saraiva Uni, 2011. DIAS, Reinaldo. <i>Sociologia das organizações</i>. São Paulo: Atlas, 2012. ESTIVAL, Katianny. <i>Sociologia organizacional</i>. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: CAPES; UAB, 2015.		

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. *Aprendendo a pensar com a sociologia*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2010.

DRUCK, Graça. A terceirização do serviço público brasileiro: instrumento de privatização do Estado. *Cadernos de Reforma Administrativa*, n. 17, 2021.

JAIME, Pedro. *Sociologia das organizações: conceitos, relatos e casos*. São Paulo: Cengage Learning, 2018.

LOPES, André Vaz; DEMO, Gisela; OLIVEIRA, Míriam Aparecida Mesquita. Cultura organizacional no setor público: um panorama sobre a produção científica recente e possibilidades de pesquisas futuras. In: CONGRESSO DE ADMINISTRAÇÃO, SOCIEDADE E INOVAÇÃO – CASI, 12., 2019, Palhoça, SC. *Anais...* Palhoça: FATENP – Unigranrio, 2019. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/12casi/207076-CULTURA-ORGANIZACIONAL-NO-SETOR-PUBLICO--UM-PANORAMA-SOBRE-A-PRODUCAO-CIENTIFICA-RECENTE-E-POSSIBILIDADES-DE-PESQ>. Acesso em: 14 abr. 2025.

SANTOS, Vania Martins dos. *Sociologia da administração*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

Disciplina: Filosofia, Ética e Política

Semestre: 1º

C. horária: 60 h

Formação: CFB

Pré-requisito: Não tem.

Ementa:

O que é e para que serve a filosofia? O surgimento da filosofia ou o epistemicídio filosófico? A filosofia na Grécia. A filosofia africana, lusófona, afro-brasileira e em outras partes do mundo. A filosofia nos diferentes períodos históricos. A filosofia e seu imbricamento com a Ética e com a política. A Ética e o modo de produção capitalista. As diferentes abordagens sobre a Ética. Ética e moral.

Bibliografia Básica:

ASSMANN, Selvino José. *Filosofia e ética*. 3. ed. rev. e atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2014. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/603884/2/Filosofia%20e%20%C3%89tica.pdf>. Acesso em: 15 set. 2025.

JAMES, George Granville Monah. *O legado roubado: Filosofia grega é filosofia egípcia roubada* [on-line]. Disponível em: <https://estahorareall.wordpress.com/wp-content/uploads/2018/10/legado-roubado-george-g-m-james.pdf>. Acesso em: 15 set. 2025.

STÖRIG, Hans Joachim. *História geral da filosofia*. Tradução de Antonio Gómez Ramos. 2. ed. Madrid: Tecnos, 2012. Disponível em: [file:///C:/Users/anton/Desktop/Storig,%20H.%20J.%20-%20Historia%20universal%20de%20la%20filosof%C3%ADa%20\[ocr\]%20\[2012\].pdf](file:///C:/Users/anton/Desktop/Storig,%20H.%20J.%20-%20Historia%20universal%20de%20la%20filosof%C3%ADa%20[ocr]%20[2012].pdf). Acesso em: 15 set. 2025.

Bibliografia Complementar:

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco* [on-line]. Disponível em: <file:///C:/Users/anton/Downloads/1%20%C3%89tica%20a%20Nic%C3%B4maco%20a%20Arist%C3%B3teles.pdf>. Acesso em: 15 set. 2025.

CARVALHO, Marcelo; CORNELLI, Gabriele (orgs.). *Filosofia: estética e política*. 1. ed., v. 3. Cuiabá, MT: Central de Texto, 2013. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/401648/1/Filosofia%20e%20forma%C3%A7%C3%A3o_Vol_3.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

FILOSOFIA AFRICANA. *Textos africanos* [on-line]. Disponível em: <https://filosofia-africana.weebly.com/textos-africanos.html>. Acesso em: 15 set. 2025.

PRADO Jr., Caio. *O que é filosofia*. São Paulo: Brasiliense, 1981. (Primeiros Passos, n. 37). Disponível em: https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/7771/material/Col%C3%A7%C3%A3o-Primeiros-Passos-O-Que-%C3%A9-Filosofia_CAIO%20PRADO%20JR.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

XAVIER, Antônio Roberto; CHAGAS, Eduardo Ferreira; REGINALDO, Sidney Guerra. *Clio no palácio de Minerva: diálogos epistemológicos*. *Revista Dialectus*, Ano 10, n. 23, p. 83-104, maio-agosto 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.ufc.br/dialectus/article/view/71850/197296>. Acesso em: 15 set. 2025.

2º SEMESTRE

Disciplina: Leitura e Produção de Textos II		
Semestre: 2º	C. horária: 60h	Formação: CFB
Pré-requisito: Leitura e Produção de Textos I		
Ementa: Reflexões sobre as noções de texto e discurso e a produção de sentido na esfera científica. A pesquisa científica: ética e metodologia. Leitura na esfera acadêmica: estratégias de leitura. Gêneros acadêmicos (leitura e escrita na perspectiva da metodologia científica e da análise de gêneros): projeto de pesquisa, resumo (<i>abstract</i>), monografia, artigo, livro ou capítulo de livro, outras modalidades de produções científicas, artísticas e didáticas (ensaio, relatório, relato de experiência, produção audiovisual etc.).		
Bibliografia básica FRANÇA, J. L. et al. <i>Manual para normalização de publicações técnico-científicas</i> . 7. ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004. KOCH, I. G. V. <i>Desvendando os segredos do texto</i> . São Paulo: Cortez, 2006. MOTTA-ROTH, D.; HENDGES, G. H. <i>Produção textual na universidade</i> . São Paulo: Parábola, 2010.		

Bibliografia complementar

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KOCH, I. V. *O texto e a construção dos sentidos*. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2007.

MANDRIK, D.; FARACO, C. A. *Língua portuguesa: prática de redação para estudantes universitários*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARCUSCHI, L. A. *Da fala para a escrita: atividades de retextualização*. São Paulo: Cortez, 2001.

MEDEIROS, J. B. *Redação científica: a prática de fichamentos, resumos, resenhas*. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

Disciplina: Fundamentos do Trabalho Acadêmico e da Metodologia Científica		
Semestre: 2º	C. horária: 60 h	Formação: CFP
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: Métodos e Técnicas do trabalho científico, organização de leitura, interpretação e produção de textos acadêmicos. Ciência e os tipos de conhecimentos. Metodologia de pesquisa em Administração. ABNT: NBR's 6023, 6024, 6027, 6028, 6034 e 10520 e o Manual Institucional de Trabalhos Acadêmicos. Diferenças entre as abordagens quantitativa, qualitativa e qualitativa-quantitativa. Estrutura e organização de trabalhos científicos. Métodos e técnicas mais utilizados na pesquisa científica. Elaboração de um projeto de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).		

Bibliografia Básica:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. *Norma Brasileira NBR 10520:2023: Informação e documentação – Citações em documentos – Apresentação*. 2. ed. Rio de Janeiro: ABNT, 2023. Disponível em:

https://www.ccsa.ufpb.br/secretariado/contents/documentos/abnt-docs/2023_abnt-10520-citacoes.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. Disponível em:

https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/150/o/Anexo_C1_como_elaborar_projeto_de_pesquisa_-_antonio_carlos_gil.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB. *Sistema de Bibliotecas da UNILAB: Manual de normalização de trabalhos acadêmicos da UNILAB*. Acarape, CE, 2020. Disponível em:

<https://mail.google.com/mail/u/0/#search/ABNT/QgrcJHsHrSdnllLnNGcRssHzfbvbsvgsHNG?projector=1&messagePartId=0.2>. Acesso em: 15 set. 2025.

Bibliografia Complementar:

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-210, mai.-ago. 2006. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ptp/a/HMpC4d5cbXsdt6RqbrmZk3J/?format=pdf>. Acesso em: 15 set. 2025.

MACHADO, J. R. F. Metodologias de pesquisa: um diálogo quantitativo, qualitativo e quali-quantitativo. *Devir Educação*, [S. l.], v. 7, n. 1, p. e-697, 2023. DOI: 10.30905/rde.v7i1.697. Disponível em:

<https://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/697>. Acesso em: 15 set. 2025.

PENHA, Patrícia Silveira. A lógica da pesquisa científica de Karl Popper: a falseabilidade como um critério de demarcação científica. *Revista Ideação*, n. 46, jul./dez. 2022. Disponível em:

file:///C:/Users/anton/Downloads/Revista+Ideia%C3%A7%C3%A3o+46+373+-383+Patr%C3%ADcia+Silveira+Penha-A+I%C3%B3gica+da+pesquisa+cient%C3%ADfica+de+Karl+Popper%20(1).pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico* [livro eletrônico]. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2013. Disponível em:

https://ufrb.edu.br/ccaab/images/AEPE/Divulga%C3%A7%C3%A3o/LIVROS/Metodologia_do_Trabalho_Cient%C3%ADfico_-_1%C2%AA_Edi%C3%A7%C3%A3o_-_Antonio_Joaquim_Severino_-_2014.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

XAVIER, Antônio Roberto et al. Pesquisa em educação: aspectos históricos e teórico-metodológicos. *EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação*, Porto Velho, v. 8, p. 1-19, jan./dez. 2021. DOI: 10.26568/2359-2087.2021.4627. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/348858264_Pesquisa_em_Educacao_aspectos_historicos_e_teorico-metodologicos. Acesso em: 15 set. 2025.

DISCIPLINA: Matemática para Administradores		
SEMESTRE: 2º	C. HORÁRIA: 60	FORMAÇÃO: CFP
PRÉ – REQUISITO: Não tem		
EMENTA: Teoria dos Conjuntos. Matrizes. Sistemas de equações lineares. Funções. Limites. Continuidade. Derivadas e Integrais (definidas e indefinidas). Aplicação do conteúdo estudado em problemas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: FREITAS, Maria Teresa Menezes. <i>Matemática para administradores</i> . 2. ed. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC, 2012. LEITHOLD, Louis. <i>Matemática aplicada à economia e administração</i> . São Paulo: Harbra, 1984. MARQUES, Jair Mendes. <i>Matemática aplicada para cursos de: administração, economia, ciências contábeis</i> . 1. ed. Curitiba, PR: Juruá, 2021. 321 p.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: BOULOS, Paulo. <i>Cálculo diferencial e integral</i> . São Paulo: Makron Books, 1999. v. [indicar o número do volume, se disponível]. CHIANG, Alpha C.; WAINWRIGHT, Kevin. <i>Matemática para economistas</i> . 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006. HARIKI, Seiji; ABDOUNUR, Oscar J. <i>Matemática aplicada</i> . São Paulo: Saraiva, 1999. MARQUES, Jair Mendes. <i>Matemática aplicada</i> . Curitiba: Juruá, 2002. SILVA, Fernando Cesar Marra e; ABRÃO, Mariângela. <i>Matemática básica para decisões administrativas</i> . São Paulo: Atlas, 2007.		

Disciplina: Teorias da Administração Pública		
Semestre: 2º	C. horária: 60h	Formação: CFP
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: Estado, Governo e Administração. A Evolução do Estudo da Administração Pública. Administração Direta e Indireta do Estado. Os pressupostos teóricos da intervenção do Estado na Economia. O Patrimonialismo. A Hierarquia e a Administração Pública Tradicional: conceptualização e principais críticas. A Nova Gestão Pública (<i>The New Public Management</i>) para a reforma do setor público e reforma administrativa: A utilização dos mercados e do modelo gerencial. A Nova Governança Pública (<i>The New Public Governance</i>): conceptualização.		
Bibliografia Básica: HOOD, Christopher. A new public management for all seasons? <i>Public Administration</i> , v. 69, n. 1, p. 3-19, 1991. Disponível em: https://doi.org/10.1111/j.1467-9299.1991.tb00779.x . Acesso em: 14 abr. 2025. SECCHI, Leonardo. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. <i>Revista de Administração Pública</i> , v. 43, n. 2, p. 347-369, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0034-76122009000200004 . Acesso em: 14 abr. 2025. SILVESTRE, Hugo Consciência. <i>A (nova) governança pública</i> . (Coleção Gestão Pública ENAP/SBAP). Brasília: ENAP, 2019. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4286/1/10_Livro_A%20%28Nova%29%20Governan%c3%a7a%20P%c3%bablica.pdf . Acesso em: 14 abr. 2025.		

Bibliografia Complementar:

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Da administração pública burocrática à gerencial. *Revista do Serviço Público*, v. 73, n. b, p. 53-87, 2022. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/8722>. Acesso em: 14 abr. 2025.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (orgs.). *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

HEFETZ, Amir; WARNER, Mildred E. Contracting or public delivery? The importance of service, market, and management characteristics. *Journal of Public Administration Research and Theory*, v. 22, n. 2, p. 289-317, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/jopart/mur006>. Acesso em: 14 abr. 2025.

OSBORNE, Stephen P. The New Public Governance? *Public Management Review*, v. 8, n. 3, p. 377-387, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14719030600853022>. Acesso em: 14 abr. 2025.

WILSON, Woodrow. O estudo da administração. *Revista do Serviço Público*, v. 2, n. 2, p. 43-55, 2005. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/7750>. Acesso em: 14 abr. 2025.

Disciplina: Gestão Social

Semestre: 2º	C. horária: 60h	Formação: CFP
---------------------	------------------------	----------------------

Pré-requisito: Não tem.

Refletir e avaliar as diferenças entre a gestão tradicional e a gestão voltada para soluções de problemas sociais e suas possibilidades de interação. Refletir e analisar sobre o conceito de Gestão Social. A gestão social nos países lusófonos. As modalidades de gestão social: economia solidária (cooperativas, comércio justo, finanças solidárias, economia sem dinheiro, empresas sociais); Explorar e discutir estratégias de intervenção social através de casos.

Bibliografia básica

DIAS, Reinaldo. *Sociologia das organizações*. São Paulo: Atlas, 2008.

FRANÇA FILHO, G. C.; LAVILLE, Jean Louis; MEDEIROS, Alzira; MAGNEN, Jean Philippe (org.). *Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006. v. 1, 326 p.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. *Sociologia das organizações: uma análise do homem e das empresas no ambiente competitivo*. São Paulo: Cengage Learning, 2011. 337 p.

Bibliografia complementar:

CABRAL, Eloísa Helena de Souza. A gestão social do terceiro setor e suas dualidades. *Administração em Diálogo*, v. 10, n. 2, 2008.

CANÇADO, Ailton Cardoso. *Fundamentos teóricos da gestão social*. Lavras, MG, 2011. Disponível em: <http://pegs.ebape.fgv.br/sites/pegs.ebape.fgv.br/files/Ailton-Can%C3%A7ado-Fundamentos-Te%C3%B3ricos-da-Gest%C3%A3o-Social-TeseAdmUFLA2011.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2025.

PEREIRA, José Matias. *Curso de administração pública: foco nas instituições e ações governamentais*. 3. ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2010. xiv, 263 p.

PIMENTEL, Mariana Pereira Chaves; PIMENTEL, Thiago Duarte. Gestão social: perspectivas, princípios e (de)limitações. In: ENEO, 2010.

SLOMSKI, Valmor. *Controladoria e governança na gestão pública*. São Paulo: Atlas S.A., 2011. 140 p. ISBN 978852244083.

Disciplina: Antropologia		
Semestre: 2º	C. horária: 60h	Formação: CFB
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: A cultura como sistema de representação. Estudo do comportamento social e cultural através do conceito antropológico de cultura e diversidade cultural, especialmente no que se refere a valores, hábitos e comportamentos, costumes e preconceitos regrados pela formação cultural e coletiva. Breve histórico do pensamento antropológico. A construção social da realidade. Sistemas simbólicos. Mitos e ritos. Arquétipos e Estereótipos. Antropologia urbana. Manifestações da cultura popular brasileira. A contribuição da Antropologia para outras áreas do conhecimento: o olhar, ouvir e escrever da etnografia.		
Bibliografia Básica: DAMATTA, Roberto. <i>Carnavais, malandros e heróis</i> . Rio de Janeiro: Rocco, 1997. LABURTHE-TOLDA, Philippe. <i>Etnologia e antropologia</i> . 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. LAPLANTINE, François. <i>Aprender antropologia</i> . São Paulo: Brasiliense, 2003.		
Bibliografia Complementar: FONSECA, Claudia. Quando cada caso não é um caso: pesquisa etnográfica e educação. <i>Revista Brasileira de Educação</i> , Campinas, n. 10, jan./abr. 1999. LAPLANTINE, François. <i>Aprender antropologia</i> . São Paulo: Brasiliense, 2003. MARGARIDO, Alfredo. <i>A lusofonia e os lusófonos: novos mitos portugueses</i> . Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2000. 89 p. MATURANA, Humberto R.; VERDEN-ZÖLLER, Gerda. <i>Amar e brincar: fundamentos esquecidos do humano do patriarcado à democracia</i> . 3. ed. São Paulo: Palas Athena, 2011. 263 p. YEPES STORK, Ricardo; ECHEVARRÍA, Javier Aranguren. <i>Fundamentos de antropologia</i> . São Paulo: Instituto Brasileiro de Filosofia e Ciência Raimundo Lúlio, 2005.		

3º SEMESTRE

Disciplina: Estatística e Indicadores na Gestão Pública		
Semestre: 3º	C. horária: 60h	Formação: CFP
Pré-requisito: Matemática para Administradores		
Ementa: • Estatística Descritiva: Variáveis, tipos de dados, medidas de tendência central e de dispersão, gráficos e tabelas. Probabilidade: Conceito de probabilidade, tipos de eventos, distribuição de probabilidade. Inferência Estatística: Estimativas, testes de hipóteses, análise de variância. Análise de Séries Temporais: Modelos de regressão, componentes de uma série temporal, previsões. Indicadores de Desempenho: Conceito de indicador, tipos de indicadores (de eficiência, eficácia, qualidade), indicadores de resultados na gestão pública. Análise de Dados: Aplicação das ferramentas estatísticas e indicadores na análise de dados de gestão pública. Ferramentas de Software: Utilização de softwares de análise estatística (ex: SPSS, R). Estudos de Caso: Análise de casos práticos de aplicação de estatística e indicadores na gestão pública.		
Bibliografia Básica: MANTOVANI, Daielly Melina Nassif; GOUVÊA, Maria Aparecida. Estatística aplicada à administração: um estudo de atitudes versus desempenho do aluno. <i>Revista Iberoamericana de Educación</i>, n. 58/2, 2012. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/4424Mantovani.pdf. MORETTIN, Pedro Alberto; BUSSAB, Wilton de Oliveira. <i>Estatística básica</i>. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 540 p. STEVENSON, William J. <i>Estatística aplicada à administração</i>. São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981. 495 p.		

Bibliografia Complementar:

ANDERSON, David R.; SWEENEY, Dennis J.; WILLIAMS, Thomas A. *Estatística aplicada à administração e economia*. 8. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2020. 600 p.

FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. *Curso de estatística*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 320 p.

MCGRANE, Angela; SMAILES, Joanne. *Estatística aplicada à administração com Excel*. São Paulo: Atlas, 2002.

NEUFELD, John L. *Estatística aplicada à administração usando Excel*. Tradução José Luiz Celeste; revisão técnica Cyro C. Patarra. São Paulo: Prentice Hall, 2003.

TAVARES, Marcelo. *Estatística aplicada à administração*. 2007. Disponível em: http://cead.ufpi.br/conteudo/material_online/disciplinas/estatistica/download/Estatistica_completo_revisado.pdf

DISCIPLINA: Contabilidade Geral

SEMESTRE: 3º Semestre

C. HORÁRIA: 60

FORMAÇÃO: CFB

PRÉ – REQUISITO: Estatística e Indicadores na Gestão Pública

EMENTA: Evolução histórica e normatização da contabilidade. Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil e Princípios da Contabilidade. Patrimônio. Método das partidas dobradas. As variações do patrimônio líquido: BP e DRE.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatório financeiro*. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/DocumentosEmitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=80>. Acesso em: 14 abr. 2025.

EQUIPE DE PROFESSORES DA USP. *Contabilidade introdutória: livro texto*. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

RIBEIRO, Osni Moura. *Contabilidade geral fácil*. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações. Alterada pelas Leis nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007; nº 11.941, de 27 de maio de 2009; e nº 12.973, de 13 de maio de 2014.

GELBCKE, Ernesto R.; SANTOS, Ariovaldo dos; MARTINS, Eliseu; IUDÍCIBUS, Sérgio de. *Manual de contabilidade societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

IUDÍCIBUS, Sérgio de; MARION, José Carlos. *Curso de contabilidade para não contadores: para as áreas de administração, economia, direito e engenharia*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

PADOVEZE, Clóvis Luís. *Manual de contabilidade básica: contabilidade introdutória e intermediária*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

SILVA, César Augusto Tibúrcio. *Contabilidade geral*. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 2012.

Disciplina: Fundamentos de Economia		
Semestre: 3º	C. horária: 60h	Formação: CFB
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: Conceitos e princípios de economia. Evolução do pensamento econômico. Noções de Microeconomia. Demanda, Oferta e Equilíbrio de mercado. Teoria do consumidor. Teoria da Produção. Teoria dos Custos. Noções de macroeconomia: Contabilidade Nacional. Agregados macroeconômicos e contabilidade nacional; mercado de bens e serviços e lado monetário; determinantes da demanda e oferta agregadas.		

Bibliografia Básica:

MANKIW, N. Gregory. *Introdução à economia*. São Paulo: Cengage Learning, 2009.

VASCONCELOS, Marco Antônio S.; GARCIA, Manuel E. *Fundamentos de economia*. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. *Economia: micro e macro*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

Bibliografia Complementar:

FARAH, Marta F. S. Governo local, políticas públicas e novas formas de gestão pública no Brasil. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 7, n. 17, p. 59-86, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/osoc/v7n17/05.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.

FLEURY, Sonia. Políticas sociais e democratização do poder local. In: VERGARA, Silvia; CORREA, Vera Lúcia de Almeida (org.). *Propostas para uma gestão pública municipal efetiva*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

MATTHEUS, Felcity. Governance and state capacity. In: LEVI-FAUR, David (ed.). *The Oxford Handbook of Governance*. Oxford: Oxford University Press, 2012. Disponível em:

<http://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199560530.001.0001/oxfordhb-9780199560530-e-20?print=pdf>. Acesso em: 6 jun. 2016.

SANTOS, Fernando Burgos Pimentel dos. A atuação dos governos locais na redução das desigualdades socioeconômicas. 2013. 209 f. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2013. Disponível em:

<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/10670/Tese%20-%20Fernando%20Burgos.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10 nov. 2016.

SPINK, Peter. Para além da política pública: política pública e as múltiplas linguagens da ação pública. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DO CAMPO DE PÚBLICAS, 1., 2015, Brasília. *Anais...* Brasília: ANEPCP, 2015. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/293811328>. Acesso em: 10 nov. 2016.

Disciplina: Ética Profissional na Administração Pública		
Semestre: 3º	C. horária: 60h	Formação: CFP
Pré-requisito: Filosofia, Ética e Política		
Ementa: Conceitos básicos de ética, moral e ética profissional no serviço público que auxiliam na avaliação e julgamento de dilemas éticos no contexto organizacional do mundo moderno capitalista. Reflexão crítica sobre questões éticas associadas à administração pública e à administração de empresas, assim como sobre a dimensão ética presente na articulação entre a esfera pública e privada.		

Bibliografia Básica:

BLANCHET, Luiz Alberto; HACHEM, Daniel Wunder; SANTANO, Ana Claudia. *Eficiência e ética na administração pública: Anais do Seminário Internacional realizado no Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná*. Curitiba: Íthala, 2015. Disponível em:

https://www.nuped.com.br/img/livro/docs/obraCompleta_20210927201830_4livro%20efici%C3%Aancia%20e%20%C3%89tica%20na%20administra%C3%A7%C3%A3o%20p%C3%ABlica%20-%20vers%C3%A3o%20final%20com%20capa.pdf. Acesso em: 16 set. 2025.

CÂNDIDO, Antônio Pereira. *Ética na gestão pública*. 2. ed. Florianópolis: Publicações do IF-SC, 2011. Disponível em:

<https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/206375/2/CST%20GP%20-%20%C3%89tica%20na%20gest%C3%A3o%20p%C3%ABlica%20-%20MIOLO.pdf>.

Acesso em: 16 set. 2025.

OLIVEIRA, Antônio Roberto. *Ética profissional*. Belém: IFPA; Santa Maria: UFSM, 2012. Disponível em:

https://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/374/etica_profissional.pdf?sequence=1. Acesso em: 16 set. 2025.

Bibliografia Complementar:

AIECHE, Romilson Rangel. *Ética na administração*. Gama, DF: UNICEPLAC, 2021. Disponível em:

<https://dspace.uniceplac.edu.br/bitstream/123456789/1298/1/%C3%89tica%20na%20administra%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 16 set. 2025.

ESTUDO TRANSVERSAL XIV. *Legislação e ética profissional*. Indaial: Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, 2021. Disponível em: <file:///C:/Users/anton/Downloads/Estudo%20Transversal%20XIV%20-%20Legisla%C3%A7%C3%A3o%20e%20%C3%89tica%20Profissional.pdf>. Acesso em: 16 set. 2025.

GOMES, Nanci Fonseca. Ética na administração pública: desafios e possibilidades. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 48, n. 4, p. 1029-1050, jul./ago. 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rap/a/FT67mCdrMrgd5tv3bMSBSqt/?lang=pt>. Acesso em: 16 set. 2025.

LAÍS SILVEIRA SANTOS; SERAFIM, Mauricio; PINHEIRO, Daniel. Bernard Lonergan e Alberto Guerreiro Ramos: diálogos entre o sujeito existencial e o homem parentético. 2016. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/318888974_Bernard_Lonergan_e_Alberto_Guerreiro_Ramos_Dialogos_entre_o_sujeito_existencial_e_o_homem_parentetico.

Acesso em: 16 set. 2025.

SILVA, Thiago Balduino da. Análise da ética e moral na administração pública. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*, Ano 3, Ed. 5, Vol. 5, p. 61-69, maio 2018. ISSN 2448-0959. Disponível em:

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/administracao/moral-na-administracao-publica>. Acesso em: 16 set. 2025.

Disciplina: Ciência Política		
Semestre: 3º	C. horária: 60h	Formação: CFB
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: Conceitos básicos de ciência política e importância de seu conhecimento para a Administração Pública relacionando-os com a realidade política contemporânea global e local. A ciência política, seu objeto e campo de estudo. As relações de poder e dominação; conceitos, análise e evolução de Estado. Os atores políticos: parlamento, partidos políticos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. Sufrágio e sistemas eleitorais; sistemas e regimes de governo; formas de governo; política e a construção de cenários ideológicos, políticos e econômicos. O Estado e as políticas públicas/sociais sustentáveis.		
Bibliografia Básica: ARAÚJO, Maria Paula; PINTO, António Costa (org.). <i>Democratização, memória e justiça de transição nos países lusófonos</i> . 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia; Recife, PE: EDUPE, 2017. Disponível em: https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/28061/1/ICS_ACPinto_Democratizacao_L_EI.pdf . Acesso em: 16 set. 2025. BONAVIDES, Paulo. <i>Ciência política</i> . 1. ed. (rev. atualizada), 9ª tiragem. São Paulo: Malheiros, 2000. Disponível em: file:///C:/Users/anton/Downloads/Ciencia%20Politica%20-%20Paulo%20Bonavides.pdf . Acesso em: 16 set. 2025. COELHO, Ricardo Corrêa; SALLES, Helena da Motta. <i>Ciência política</i> . 3. ed. rev. amp. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2015. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/603878/2/Ciencia%20Politica.pdf . Acesso em: 16 set. 2025.		

Bibliografia Complementar:

CHÂTELET, François; OLIVIER, Duhamel; PSIER, Evelyne. *História das ideias políticas*. Tradução Carlos Nelson Coutinho. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. Disponível em: <https://dn721800.ca.archive.org/0/items/francois-chatelet-olivier-duhamel-evelyne-pisier-historia-das-ideias-politicas-zahar-2009/Fran%C3%A7ois%20Ch%C3%A2telet%20%20Olivier%20Duhamel%20%20Evelyne%20Pisier%20-%20Hist%C3%B3ria%20das%20Ideias%20Pol%C3%ADticas-Zahar%20%282009%29.pdf>. Acesso em: 16 set. 2025.

MBEMBE, Achilles. *Necropolítica*. 1. ed., 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/anton/Downloads/Necropolitica_Achille_Mbembe%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/anton/Downloads/Necropolitica_Achille_Mbembe%20(1).pdf). Acesso em: 16 set. 2025.

WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. Tradução Leonidas Hegenberg e Octany Silveira da Mota. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/anton/Downloads/WEBER,%20Max.%20Ci%C3%Aancia%20e%20Pol%C3%ADtica,%20Duas%20Voca%C3%A7%C3%B5es.pdf>. Acesso em: 16 set. 2025.

WEFFORT, Francisco C. (org.). *Os clássicos da política: Burke, Kant, Hegel, Tocqueville, Stuart Mill, Marx*. 10. ed. São Paulo: Ática, v. 2. Disponível em: https://ia903207.us.archive.org/2/items/WEFFORTF.org.OsClssicosDaPolticall/WEFFORT%2C%20F.%20%28org%29.%20Os%20Cl%C3%A1ssicos%20da%20Pol%C3%ADtica%20II_text.pdf. Acesso em: 16 set. 2025.

XAVIER, Antônio Roberto; CHAGAS, Eduardo Ferreira; REIS, Edilberto Cavalcante. Direito positivo, miséria social e violência no capitalismo globalizado. *Serviço Social & Sociedade*, n. 134, p. 107–123, jan. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-6628.168>. Acesso em: 16 set. 2025.

Disciplina: Tecnologias e Sistemas de Informação no Setor Público		
Semestre: 3º	C. horária: 60h	Formação: CFP
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: Fundamentos de sistemas, processos e informações. Tecnologia e sistemas de informações aplicações no setor público. Gestão de tecnologia da informação no setor público. Planejamento Estratégico e Tecnologia da Informação. Governo Eletrônico. Governança Tecnológica. Padrões de Sistemas de Informação e Políticas Públicas. Tecnologia e sistemas de informações aplicações no setor público. Governo Eletrônico e Governança Tecnológica. Padrões de Sistemas de Informação e Políticas Públicas.		
Bibliografia Básica: AFFONSO, Ligia Maria Fonseca. <i>Gestão de informações no setor público</i>. Porto Alegre: SER SAGAH, 2018. BEAL, Adriana. <i>Gestão estratégica da informação: como transformar a informação e a tecnologia da informação em fatores de crescimento e de alto desempenho nas organizações</i>. São Paulo: Atlas, 2004. 144 p. STAREC, Claudio; GOMES, Elisabeth; BEZERRA, Jorge. <i>Gestão estratégica da informação e inteligência competitiva</i>. São Paulo: Saraiva, 2006. 351 p.		
Bibliografia Complementar: ASSIS, Wilson Martins de. <i>Gestão da informação nas organizações: como analisar e transformar em conhecimento informações captadas no ambiente de negócios: exemplos práticos</i>. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. 182 p. BEUREN, Ilse Maria. <i>Gerenciamento da informação: um recurso estratégico no processo de gestão empresarial</i>. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 104 p. FERREIRA, Maria das Graças; FILHO, Alecio Fiel; KANAANE, Roberto. <i>Gestão pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas</i>. São Paulo: Atlas, 2012. MORAIS, Izabelly Soares de. <i>Governança de tecnologia da informação</i>. Porto Alegre: SER SAGAH, 2019. POLIZELLI, Demerval L. <i>Sociedade da informação: os desafios da era da colaboração e da gestão do conhecimento</i>. São Paulo: Saraiva, 2008. 258 p.		

4º SEMESTRE

Disciplina: Direito Constitucional		
Semestre: 4º	C. horária: 60h	Formação: CFB
Pré-requisito: Ciência Política		
Ementa: A ciência do Direito. A norma jurídica. A relação jurídica. Ato e fato jurídico. Sujeitos de direito. O ordenamento jurídico. Teoria Geral do Direito Constitucional. Constitucionalismo. Teoria da Constituição. Poder Constituinte. Poderes constituídos. Aplicabilidade e efetividade das normas constitucionais. Princípios constitucionais. Poder Legislativo. Processo Legislativo. Poder Executivo. Da ordem econômica e financeira.		
Bibliografia Básica: ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. <i>Direito constitucional descomplicado</i> . 24. ed. [S.l.]: Método, 2025. GUSMÃO, Paulo Dourado de. <i>Introdução ao estudo do direito</i> . Rio de Janeiro: Forense. LENZA, Pedro. <i>Direito constitucional esquematizado</i> . 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2025.		
Bibliografia Complementar: ARAUJO, Luiz Alberto David; NUNES Júnior, Vidal Serrano. <i>Curso de direito constitucional</i> . São Paulo: Saraiva. BLOBOS, Uadi Lamego. <i>Curso de direito constitucional</i> . São Paulo: Saraiva. BONAVIDES, Paulo. <i>Curso de direito constitucional</i> . São Paulo: Malheiros. FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. <i>Curso de direito constitucional</i> . Rio de Janeiro: Forense. BOBBIO, Norberto. <i>Teoria da norma jurídica</i> . Brasília: UnB, 2002.		

Disciplina: Governança Colaborativa e Redes Públicas		
Semestre: 4º	C. horária: 60h	Formação:CFP
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: Introdução: a evolução dos modelos e arranjos para a prestação de serviços públicos. A Ação Coletiva Pública e a Teoria da Escolha Racional de segunda geração. Incentivos para a cooperação pública e custos de transação. A governança colaborativa: principais estudos com enfoque no processo. As redes públicas para análise da estrutura colaborativa: principais estudos. Os efeitos da cooperação pública no produto e efeitos para a população. Os Consórcios no Brasil.		
Bibliografia Básica: ABRÚCIO, Fernando Luiz; FILIPPIM, Eliane Salete; DIEGUEZ, Rodrigo Chalaoub. Inovação na cooperação intermunicipal no Brasil: a experiência da Federação Catarinense de Municípios (Fecam) na construção de consórcios públicos. <i>Revista de Administração Pública</i> , v. 47, n. 6, p. 1543–1568, 2013. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0034-76122013000600010 . Acesso em: 16 set. 2025. NASCIMENTO, Alex B. F. Marques do; FERNANDES, Antônio Sérgio A.; SANO, Hironobu; GRIN, Eduardo José; SILVESTRE, Hugo Consciência. Inter-municipal cooperation based on Institutional Collective Action: the effects of public health consortia in Brazil. <i>Revista de Administração Pública</i> , v. 55, n. 6, p. 1369–1391, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0034-761220210061 . Acesso em: 16 set. 2025. SILVESTRE, Hugo Consciência. <i>A (Nova) Governança Pública</i> (Coleção Gestão Pública ENAP/SBAP). Brasília: ENAP, 2019. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4286/1/10_Livro_A%20%28Nova%29%20Governan%C3%A7a%20P%C3%ABlica.pdf . Acesso em: 16 set. 2025.		

Bibliografia Complementar:

AGRANOFF, Robert. Local governments in multilevel systems: emergent public administration challenges. *The American Review of Public Administration*, v. 44, n. 4, p. 47S–62S, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0275074013497629>. Acesso em: 16 set. 2025.

HILL, Michael; HUPE, Peter. *Implementing public policy: an introduction to the study of operational governance*. London: Sage, 2014.

SILVESTRE, Hugo Consciência; MARQUES, Rui Cunha; GOMES, Ricardo Corrêa. Joined-up government of utilities: a meta-review on a public–public partnership and inter-municipal cooperation in the water and wastewater industries. *Public Management Review*, v. 20, n. 4, p. 607–631, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14719037.2017.1363906>. Acesso em: 16 set. 2025.

SILVESTRE, Hugo Consciência; MARQUES, Rui Cunha; DOLLERY, Brian; CORREIA, Aldenísio Moraes. Is cooperation cost reducing? An analysis of public–public partnerships and inter-municipal cooperation in Brazilian local government. *Local Government Studies*, p. 1–23, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03003930.2019.1615462>. Acesso em: 16 set. 2025.

WILSON, Woodrow. The study of administration. *Political Science Quarterly*, v. 2, n. 2, p. 197–222, 1887. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/2139277>. Acesso em: 16 set. 2025.

Disciplina: Políticas Públicas e Desenvolvimento		
Semestre: 4º	C. horária: 60h	Formação: CFP
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: Políticas Públicas: histórico, conceitos e principais abordagens. Formulação e implementação de políticas públicas. Abordagens sobre investigação de políticas públicas. Instrumentos de planejamento, orçamento e gestão pública. Planejamento e estratégias de políticas públicas e programas de desenvolvimento regional. Globalização e seu impacto no desenvolvimento regional. Planos de desenvolvimento regional sustentável.		
Bibliografia Básica: CARDOSO JR., José Celso; CUNHA, Alexandre dos Santos (Org.). <i>Planejamento e avaliação de políticas públicas</i> . Brasília: Ipea, 2015. DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. <i>Políticas públicas: princípios, propósitos e processos</i> . São Paulo: Atlas, 2012. SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de Souza; VALDEMIR, Pires. <i>Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concurso</i> . 3. ed. São Paulo: Cengage, 2020.		
Bibliografia Complementar: ARENDT, Hannah. <i>A condição humana</i> . Rio de Janeiro: Forense Universitário, 1993. CARVALHO, J. M. de. <i>Cidadania no Brasil: o longo percurso</i> . 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. FROTA, M. H. de P.; OSTERNE, M. S. F.; [et al.] (Orgs.). <i>Família, gênero e geração: temas transversais</i> . Fortaleza: EdUECE, 2004. RUA, M. G.; ROMANINI, R. <i>Para aprender políticas públicas. Volume I: conceitos e teorias</i> . Brasília: IGEPP, 2012. XAVIER, Lisimére Cordeiro do Vale; CAVALCANTE, Ana Célia Lopes; XAVIER, Antônio Roberto (Orgs.). <i>Políticas culturais e educacionais étnico-raciais em Ocara-CE: gestão, participação e inclusão</i> . Fortaleza: Imprece, 2016.		

Disciplina: Economia do Setor Público		
Semestre: 4º	C. horária: 60h	Formação: CFP
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: Setor público: funções econômicas e estrutura tributária. Necessidade de financiamento do setor público, déficit e dívida pública. Economia aberta e setor externo: câmbio e balanço de pagamentos. Política fiscal e inflação. Política fiscal e distribuição de renda. Problema previdenciário. Reforma tributária e federalismo fiscal.		
Bibliografia Básica: VASCONCELOS, Marco Antônio S.; GARCIA, Manuel E. <i>Fundamentos de Economia</i> . 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2023. GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia Duarte de. <i>Finanças públicas: teoria e prática no Brasil</i> . 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2011. RIANI, Flavio. <i>Economia do setor público: uma abordagem introdutória</i> . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2009.		
Bibliografia Complementar: ALÉM, Ana Cláudia Duarte de. <i>Macroeconomia: teoria e prática no Brasil</i> . São Paulo: Elsevier, 2010. BLANCHARD, Olivier. <i>Macroeconomia</i> . 5. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2016. PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de (Org.). <i>Manual de economia</i> . 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. SILVA, Bernardino José da. <i>Economia do setor público: livro didático</i> . 4. ed. Palhoça: UnisulVirtual, 2007. 174 p. VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. <i>Economia: micro e macro</i> . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2011.		

DISCIPLINA: Relações Internacionais		
SEMESTRE: 4º	C. HORÁRIA: 60h	FORMAÇÃO: CFP
PRÉ – REQUISITO: sem pré-requisito		
EMENTA: As Relações Internacionais como campo de estudo. Teoria das Relações Internacionais. Política internacional e política externa. Transformações históricas no meio internacional. Organizações Internacionais. Papel do gestor público nas relações internacionais. Potencial estratégico das Relações Internacionais para o Setor Público. Redes de cooperação internacional. Paradiplomacia e desenvolvimento das entidades subnacionais. Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Cooperação para o desenvolvimento na CPLP. Tecnologia e Geopolítica Digital.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: CASTRO, T. <i>Teoria das relações internacionais</i> . Brasília: FUNAG, 2016. Disponível em: https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-40-teoria_das_relacoes_internacionais . NYE, Joseph S. <i>Cooperação e conflito nas relações internacionais: uma leitura essencial para entender as principais questões da política mundial</i> . São Paulo: Gente, 2009. SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. <i>Manual das organizações internacionais</i> . 5. ed. rev. atual. ampl. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2012.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CAETANO, L. M. D.; LACERDA, A. C. D. F.; SILVA, D. A. Paradiplomacia no contexto urbano: o papel das redes internacionais para o desenvolvimento de cidades. <i>Revista Rede-Ter</i> , v. 4, n. 2, p. 1–19, 2024. Disponível em: https://doi.org/10.59776/2764-3530.2024.6509 . HAFFNER, J. A. H.; VIANA, G. E. S. União Africana: desafios e oportunidades do bloco. <i>Conjuntura Austral</i> , v. 4, n. 20, p. 69, 1 nov. 2013. Disponível em: https://doi.org/10.22456/2178-8839.38134 . PORTELA, L. S. Geopolítica do espaço cibernético e o poder: o exercício da soberania por meio do controle. <i>Revista Brasileira de Estudos de Defesa</i> , v. 5, n. 1, 2 abr. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.26792/rbed.v5n1.2018.75081 . VISENTINI, Paulo Fagundes. <i>A África e as potências emergentes: nova partilha ou cooperação Sul-Sul?</i> Porto Alegre: CEBRAFRICA, 2013. ZECA, E. J. Organizações regionais e processos de prevenção, gestão e resolução de conflitos em África: experiências da SADC, CEDEAO e IGAD. <i>Conjuntura Global</i> , v. 6, n. 2, 17 ago. 2017. Disponível em: http://dx.doi.org/10.5380/cg.v6i2.5461 .		

DISCIPLINA: Comportamento Organizacional		
SEMESTRE: 5º	C. HORÁRIA: 60h	FORMAÇÃO: CFB
PRÉ – REQUISITO: Não tem.		
EMENTA: Fundamentos de Psicologia aplicada aos processos organizacionais. Variáveis que influenciam o comportamento humano. Modelo de comportamento organizacional. Fundamentos do comportamento em grupo. Gestão motivacional. Competências de liderança na administração pública. Comunicação institucional. Comunicação em público. Cultura e clima organizacional. Comportamentos em processos de mudança organizacional. Inteligência emocional no contexto da administração pública. Felicidade no Trabalho. Organizações Humanistas. Influência da Tecnologia no Comportamento Humano. Estudo de casos nos contextos da administração pública da CPLP.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: BERGUE, S. T. <i>Gestão de pessoas: liderança e competências para o setor público</i> . Brasília: ENAP, 2019. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/jspui/handle/1/4283 . FIORELLI, José Osmir. <i>Psicologia para administradores: integrando teoria e prática</i> . 9. ed. São Paulo: Atlas, 2014. ROBBINS, Stephen P. <i>Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro</i> . 14. ed. São Paulo: Pearson, 2012.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: AMBRÓSIO, Hamilton Joaquim. Estudo da motivação na administração pública de Angola: estudo do município de Saurimo. Dissertação (Mestrado em Gestão Autárquica) – Instituto Superior de Educação e Ciências, 2015. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/handle/10400.26/8592 . BLUMEN, D.; CEPELLOS, V. M. Dimensões do uso de tecnologia e Inteligência Artificial (IA) em Recrutamento e Seleção (R&S): benefícios, tendências e resistências. <i>Cadernos EBAPE.BR</i> , v. 21, n. 2, p. e2022-0080, abr. 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1679-395120220080 . CADENA, A. Reflexões sobre a abordagem humanista no campo de estudos organizacionais. <i>Revista Brasileira de Estudos Organizacionais</i> , v. 5, n. 2, p. 177–194, 30 dez. 2018. Disponível em: https://rbeo.emnuvens.com.br/rbeo/article/view/101 . LEORNE, F.; CAETANO, L.; KANIKADAN, A. Fatores motivacionais em equipe de docentes nacionais e internacionais em uma universidade pública federal. <i>Omnia Sapientiae</i> , v. 3, n. 2, p. 19–34, 30 dez. 2022. RIBEIRO, N.; SEMEDO, A. S.; COELHO, A. O papel da felicidade na relação entre a liderança autêntica e a criatividade. <i>Psicologia</i> , p. 202–209, 2017.		

Disciplina: Direito Administrativo I		
Semestre: 5º	C. horária: 60h	Formação: CFB
Pré-requisito: Não tem.		

Ementa:

Objeto e posição do Direito Administrativo no âmbito do Direito. Fontes; codificação. Princípios, prerrogativas e poderes administrativos; relação de direito administrativo; regime jurídico- administrativo. Sujeitos: Administração Pública direta e indireta, pessoas jurídicas de direito público, órgãos públicos, agentes públicos. Atos administrativos: conceito, requisitos, atributos, classificação, espécies, motivação e invalidação. Licitação: princípios, fases, modalidades. Contratos administrativos. Bens públicos.

Bibliografia Básica:

JUSTEN FILHO, Marçal. *Curso de Direito Administrativo*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.
DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 26. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo Brasileiro*. 39. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

Bibliografia Complementar:

ANDRADE, Sara Maria de. *Sociologia do direito: resumo dos tópicos mais importantes para concursos públicos*. São Paulo: Método, 2011. 126 p. (Coleção Direito de Bolso).
CARVALHO FILHO, José dos Santos. *Manual de Direito Administrativo*. 26. ed. rev. ampl. atual. São Paulo: Atlas, 2013. lvi, 1266 p.
FRANÇA, Maria Adelaide de C. *Comentários à lei de licitações e contratos da administração pública*. São Paulo: Saraiva, 2011. 439 p.
MADEIRA, José Maria Pinheiro. *Administração pública: tomo 1*. 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. v. 1. 465 p.
PESTANA, Marcio. *Direito administrativo brasileiro*. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 700 p.

Disciplina: Matemática Financeira

Semestre: 5º	C. horária: 60h	Formação: CFB
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: Conceitos básicos da Matemática Financeira. Regimes de capitalização simples e composta. Juros Simples e Juros Compostos. Equivalência de Capitais. Descontos Simples e Compostos. Série de Pagamentos e Coeficientes de Pagamentos, Anuidades e Perpetuidades. Sistemas de Amortização: SAC, SAF e Misto.		
Bibliografia Básica: ASSAF NETO, Alexandre. <i>Matemática financeira e suas aplicações</i> . 11. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 278 p. ASSAF NETO, Alexandre. <i>Matemática financeira e suas aplicações</i> . 12. ed. São Paulo: Atlas, 2012. xvi, 287 p. ISBN 9788522472482. SILVA, André Luiz Carvalhal da. <i>Matemática financeira aplicada</i> . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. xii, 191 p. ISBN 9788522457083.		
Bibliografia Complementar: CAVANHA FILHO, Armando Oscar. <i>Matemática financeira: livro de bolso</i> . Disponível em: http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/mf2e.pdf . Acesso em: 16 set. 2025. MACÊDO, Álvaro Fabiano Pereira de. <i>Matemática financeira</i> . Mossoró: EdUFERSA, 2014. 96 p. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/204422/2/MATEM%C3%81TICA%20FINANCEIRA.pdf . Acesso em: 18 out. 2025. MEDEIROS JUNIOR, Roberto José. <i>Matemática financeira</i> . Curitiba-PR: Instituto Federal do Paraná, 2012. 167 p. Disponível em: https://redeetec.mec.gov.br/images/stories/pdf/proeja/matematica_fin.pdf . Acesso em: 10 mar. 2025. PETTRES, Roberto. <i>Matemática financeira</i> . Disponível em: http://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-123890/matematica-financeira . Acesso em: 16 set. 2025. PUCCINI, Ernesto Coutinho. <i>Matemática financeira e análise de investimentos</i> . 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2016. 132 p. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/719524/2/Matem%C3%A1tica%20Financeira%20e%20análise%20de%20investimentos.pdf . Acesso em: 05 set. 2025. VIANNA, Renata de Moura Issa. <i>Matemática financeira</i> . Salvador: UFBA, Faculdade de Ciências Contábeis; Superintendência de Educação a Distância, 2018. 131 p. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/430116/2/eBook_Matem%C3%A1tica_Financeira_UFBA.pdf . Acesso em: 16 set. 2025.		

Disciplina: Métodos e Técnicas de Pesquisa		
Semestre: 5º semestre	C. horária: 60h	Formação: CFB

Pré-requisito: Estatística e Indicadores na Gestão Pública		
Ementa: Métodos de pesquisa. A formulação do problema de pesquisa. A construção de hipóteses. A amostragem. As técnicas de pesquisa. Técnicas de coleta de dados. Análise e interpretação de dados. Estruturação do projeto de pesquisa. Estruturação de trabalhos científicos.		
Bibliografia Básica: HAIR, Joseph F.; BLACK, William C.; BABIN, Barry J.; ANDERSON, Rolph E.; TATHAM, Ronald L. <i>Análise multivariada de dados</i> . Porto Alegre: Bookman, 2009. MORETTIN, Pedro Alberto; BUSSAB, Wilton de Oliveira. <i>Estatística básica</i> . 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 540 p. STEVENSON, William J. <i>Estatística aplicada à Administração</i> . São Paulo: Harper & Row do Brasil, 1981. 495 p.		
Bibliografia Complementar: CASTELLAN, N. John; SIEGEL, Jr. <i>Estatística não-paramétrica para ciências do comportamento</i> . 2. ed. Penso, 2006. FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. <i>Curso de estatística</i> . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 320 p. GIL, Antônio Carlos. <i>Como elaborar projetos de pesquisa</i> . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002. MCGRANE, Angela; SMAILES, Joanne. <i>Estatística aplicada à Administração com Excel</i> . São Paulo: Atlas, 2002. WAINER, Jacques. <i>Métodos de pesquisa quantitativa e qualitativa para a Ciência da Computação</i> . Campinas: Instituto de Computação/UNICAMP. Disponível em: http://www.ic.unicamp.br/~wainer/papers/metod07.pdf . Acesso em: 22 out. 2025.		

Disciplina: Administração Financeira no Setor Público I		
Semestre: 5º	C. horária: 60h	Formação: CFP
Pré-requisito: Não tem.		

Ementa:

Fundamentos da administração financeira pública. Orçamento público: princípios, tipos e ciclo orçamentário. Planejamento governamental e instrumentos de gestão fiscal: PPA, LDO e LOA. Receita e despesa pública: conceitos, classificação e execução. Controle e responsabilidade fiscal: Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Gestão de tesouraria e programação financeira. Dívida pública e gestão de passivos. Avaliação de desempenho financeiro no setor público. Transparência, accountability e controle social das finanças públicas. Novas tendências em gestão financeira pública.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP)*. 9. ed. Brasília: STN, 2023.
GIACOMONI, James. *Orçamento Público*. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2022.
SANTI, Eurico Marcos Diniz de. *Curso de Direito Tributário e Finanças Públicas*. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Secretaria do Orçamento Federal. *Manual Técnico do Orçamento (MTO)*. Brasília: SOF, 2023.
MACHADO JR., José Teixeira; REIS, Heraldo da Costa. *A Lei 4.320 Comentada*. 30. ed. Rio de Janeiro: IBAM, 2020.
MATIAS-PEREIRA, José. *Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2017.
MOTTA, Carlos Pinto Coelho; FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. *Responsabilidade Fiscal: Lei Complementar 101 de 4/5/2000*. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2021.
TEIXEIRA, Alex Fabiane. *Gestão Orçamentária e Financeira*. Brasília: ENAP, 2016.

6º SEMESTRE

Disciplina: Orçamento e Contabilidade do Setor Público		
Semestre: 6º	C. horária: 60h	Formação: CFB
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: Sistema de planejamento orçamentário do setor público brasileiro. Leis orçamentárias; princípios e ciclo orçamentários; receitas e despesas públicas; execução orçamentária e financeira. Contabilidade na administração pública; regimes contábeis; sistemas de contas; plano de contas; o sistema SIAFI; programação e execução orçamentária e financeira na administração federal; registro de operações típicas e os sistemas informatizados; demonstrações contábeis e balanços na contabilidade governamental.		
Bibliografia Básica: GIACOMONI, James. <i>Orçamento Público</i> . 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017. KOHAMA, Heilio. <i>Contabilidade Pública</i> . 15. ed. São Paulo: Atlas, 2016. ROSA, Maria Berenice. <i>Contabilidade Aplicada ao Setor Público</i> . 2. ed. São Paulo: Atlas/Gen, 2013.		
Bibliografia Complementar: ANGÉLICO, João. <i>Contabilidade Pública</i> . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 271 p. BEZERRA FILHO, João Eudes. <i>Orçamento aplicado ao setor público</i> . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013. CREPALDI, Silvio Aparecido; CREPALDI, Guilherme Simões. <i>Orçamento público</i> . São Paulo: Saraiva, 2013. MACHADO, Nelson; HOLANDA, Victor Branco de. Diretrizes e modelo conceitual de custos para o setor público a partir da experiência no governo federal do Brasil. <i>Revista de Administração Pública</i> , v. 44, n. 4. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rap/v44n4/v44n4a03.pdf . Acesso em: 22 mar. 2025. SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL. Coordenação-Geral de Inovação, Assuntos Orçamentários e Federativos. <i>Introdução ao orçamento público: oficina nº 15</i> . Disponível em: www.esaf.fazenda.gov.br/.../orcamentaria/.../arquivo.2013-05-23.39564 . Acesso em: 22 mar. 2025.		

DISCIPLINA: Administração Estratégica no Setor Público		
SEMESTRE: 6º	C. HORÁRIA: 60h	FORMAÇÃO: CFP
PRÉ – REQUISITO:		
EMENTA: O Planejamento como processo Administrativo. A natureza do planejamento público: princípios, filosofias, estruturação e tipos de planejamento. Análise da organização e de seu ambiente. Forças e Estratégias Competitivas. Metodologia de elaboração e implementação de Planejamento Estratégico: Diagnóstico estratégico; missão e visão da organização; Objetivos e desafios organizacionais; Estratégias Públicas; Políticas Estratégicas Governamentais; Projetos e planos de ação; Controle e avaliação. Indicadores de desempenho públicos. Planejamentos com base no BSC e no Mapa Estratégico. Ferramentas de gestão.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: (Base Pearson da Unilab) IRELAND, R. Duane; HOSKISSON, Robert E.; HITT, Michael A. <i>Administração estratégica</i> . São Paulo: Cengage Learning, 2014. xxii, 461 p. ISBN 9788522116416. KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P., orgs. <i>Organização orientada para a estratégia: como as empresas que adotam o balanced scorecard prosperam no novo ambiente de negócios</i> . Rio de Janeiro, RJ: Alta Books, 2019. 411 p. ISBN 9788550806020. KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P., orgs. <i>Balanced Scorecard: mapas estratégicos: convertendo ativos intangíveis em resultados tangíveis</i> . Rio de Janeiro, RJ: Alta Books, 2017. 471 p. ISBN 9788550801179.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ALMEIDA, Martinho Isnard Ribeiro de. <i>Manual de planejamento estratégico: desenvolvimento de um plano estratégico com a utilização de planilhas excel</i> . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2010. il. ISBN 9788522457861. BARNEY, Jay B.; HESTERLY, William S. <i>Administração estratégica e vantagem competitiva: conceitos e casos</i> . 3. ed. São Paulo: Pearson Education, 2014. 406 p. ISBN 9788576059257. BRASIL, Presidente, 1995 – F.H. CARDOSO. <i>Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado</i> . Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado, Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995. 86 p. Disponível em: file:///C:/Users/Dell/Desktop/ADM%20EST%202022.2/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf. Acesso em: 1 mar. 2025. CHIAVENATO, Idalberto; SAPIRO, Arão. <i>Planejamento estratégico: fundamentos e aplicações</i> . 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2010. xx, 341 p. ISBN 9788535226669. REZENDE, Denis Alcides. <i>Planejamento estratégico público ou privado: guia para projetos em organizações de governo ou de negócios</i> . 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2012. x, 165 p. ISBN 9788522469345.		

Disciplina: Gestão de Pessoas na Administração Pública		
Semestre: 6º	C. horária: 60 h	Formação: CFP
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: Estudo da Gestão de Pessoas nas organizações. Desenvolvimento de habilidades técnicas e analíticas necessárias à gestão de pessoas em organizações governamentais, do terceiro setor ou em programas de responsabilidade social no setor privado. Evolução histórica das teorias de gestão de pessoas. Modelo clássico; modelo motivacional; modelo estratégico e modelo competitivo. Exame das questões sobre o sentido do trabalho. Aspectos fundamentais da moderna gestão de pessoas face aos novos desafios das organizações. Processos de Gestão de pessoas. Gestão estratégica e os novos modelos de gestão de pessoas aplicados ao setor público. Os processos de Gestão de Pessoas no setor público: admissão de servidores, carreiras, recompensas e desenvolvimento; avaliação de desempenho, qualidade de vida no trabalho. Tendências da Gestão de pessoas face à Reforma do Aparelho do Estado e dos Modelos Patrimonial, Burocrático e Gerencial: gestão por competência.		
Bibliografia Básica: BECKERT, Mara; NARDUCCI, Viviane. <i>Gestão de pessoas nas organizações públicas</i> . São Paulo: Juruá, 2018. BITENCOURT, Claudia Cristina. <i>Gestão contemporânea de pessoas: novas práticas, conceitos tradicionais</i> . 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010. 443 p. CAMÕES, Marizaura Reis de Souza; PANTOJA, Maria Júlia; BERGUE, Sandro Trescastro (org.). <i>Gestão de pessoas: bases teóricas e experiências no setor público</i> . Brasília: ENAP, 2010.		
Bibliografia Complementar: BARROS, Betania Tanure de; EVANS, Paul; PUCIK, Vladimir. <i>A gestão de pessoas no Brasil: virtudes e pecados capitais: estudos de casos</i> . Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. BERGUE, Sandro Trescastro. <i>Gestão estratégica de pessoas no setor público</i> . São Paulo: Fórum, 2019. FRANÇA, Ana Cristina Limongi. <i>Práticas de recursos humanos: PRH: conceitos, ferramentas e procedimentos</i> . São Paulo: Atlas, 2007. FRANCIELLE, Molon Silva; VERGARA, Sylvia Constant. <i>Gestão de pessoas</i> . São Paulo: Atlas, 2012. 213 p. KANAANE, Roberto. <i>Gestão pública: planejamento, processos, sistemas de informação e pessoas</i> . São Paulo: Atlas, 2010. 241 p.		

Disciplina: Administração Financeira do Setor Público II		
Semestre: 6º semestre	C. horária: 60h	Formação: CFP
Pré-requisito: Administração Financeira do Setor Público I		
Ementa: Disciplina voltada ao aprofundamento da gestão financeira do setor público, com foco em análise avançada de receitas, despesas, endividamento, políticas fiscais e avaliação de desempenho. Explora instrumentos de planejamento e execução financeira, controle interno e externo, gestão de riscos e sustentabilidade fiscal. Aborda o impacto das políticas públicas sobre as finanças governamentais, estratégias de financiamento e investimentos públicos, além de métodos de auditoria, accountability e transparência na administração financeira. Inclui estudo de casos e aplicação de técnicas quantitativas para análise e tomada de decisão em órgãos e entidades públicas.		
Bibliografia Básica: BRASIL. Controladoria-Geral da União. <i>Manual de auditoria interna governamental do Poder Executivo Federal</i>. Brasília: CGU, 2022. BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. <i>Manual de contabilidade aplicada ao setor público (MCASP)</i>. 9. ed. Brasília: STN, 2023. GIACOMONI, James. <i>Finanças públicas: teoria e prática no Brasil</i>. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2021.		
Bibliografia Complementar: BRASIL. Controladoria-Geral da União. <i>Guia de controle interno para a administração pública federal</i>. Brasília: CGU, 2021. BRASIL. Senado Federal. <i>Lei de Responsabilidade Fiscal comentada</i>. Brasília: Senado Federal, 2020. BRASIL. Secretaria do Tesouro Nacional. <i>Manual de demonstrativos fiscais (MDF)</i>. Brasília: STN, 2023. BRASIL. Tribunal de Contas da União. <i>Manual de auditoria operacional</i>. Brasília: TCU, 2019. MATIAS-PEREIRA, José. <i>Gestão pública contemporânea</i>. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2020.		

Disciplina: Direito Administrativo II		
Semestre: 6º	C. horária: 60h	Formação: CFB
Pré-requisito: Direito Administrativo I		
Ementa: Noções gerais sobre procedimento administrativo. Licitação: princípios, fases, modalidades. Contratos administrativos. Bens públicos. Intervenção na propriedade privada e no domínio econômico. Serviços públicos. Servidor público. Crimes contra a Administração Pública. Responsabilidade civil da Administração Pública. Controles da Administração Pública: legislativo, judicial, social. Processo administrativo. Terceiro setor.		
Bibliografia Básica: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. <i>Direito administrativo</i> . 25. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 932 p. JUSTEN FILHO, Marçal. <i>Curso de direito administrativo</i> . Belo Horizonte: Fórum, 2011. MELLO, Celso Antônio Bandeira de. <i>Curso de direito administrativo</i> . 30. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.		
Bibliografia Complementar: ANDRADE, Sara Maria de. <i>Sociologia do direito: resumo dos tópicos mais importantes para concursos públicos</i> . São Paulo: Método, 2011. 126 p. (Coleção Direito de Bolso). CARVALHO FILHO, José dos Santos. <i>Manual de direito administrativo</i> . 26. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2013. lvi, 1266 p. FRANÇA, Maria Adelaide de Campos. <i>Comentários à lei de licitações e contratos da administração pública</i> . São Paulo: Saraiva, 2011. 439 p. IURK, Cassiano Luiz. <i>Noções de direito administrativo</i> . Cuiabá: EdUFMT; Curitiba: UFPR, 2008. 88 p. Disponível em: http://ftp.comprasnet.se.gov.br/sead/licitacoes/Pregoes2011/PE091/Anexos/servi%E7o_publico_modulo_I/Nocoas_de_Direito_Administrativo.pdf . Acesso em: 16 set. 2025. PESTANA, Márcio. <i>Direito administrativo brasileiro</i> . 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 700 p.		

7º SEMESTRE

DISCIPLINA: Elaboração e Avaliação de Projetos Públicos		
SEMESTRE: 7º	C. HORÁRIA: 60h	FORMAÇÃO: CFP
PRÉ – REQUISITO: Matemática Financeira		
EMENTA: A relevância da gestão pública por meio de projetos públicos. Planejamento e projeto na esfera pública: conceito, características e projeção. Especificidades da organização governamental. Estruturas organizacionais voltadas para projetos públicos. Equipes de projetos públicos. Ciclos e fases dos projetos públicos: fluxo do processo. Definição do escopo de projetos públicos. Identificação de restrições, dimensões e limitações dos projetos públicos. Criação de plano para projetos públicos. Avaliação e controle do desempenho de projetos públicos. Métodos e técnicas utilizados na avaliação de projetos públicos. Avaliação do risco e do retorno dos projetos públicos. Análise de custo-benefício futuros gerados através de projetos públicos. Gerenciamento de Projetos e de escritório de projetos. PMBOOK. Projeto com base no Project Model Canvas.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:		
FINOCCHIO JÚNIOR, José. <i>Project Model Canvas</i> . Rio de Janeiro: Alta Books, 2013. 232 p. ISBN 9788535274561.		
PROJECT MANAGEMENT INSTITUTE. <i>Um guia do conhecimento em gerenciamento de projetos (Guia PMBOK)</i> . 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. xxi, 589 p. ISBN 9788502223721.		
REZENDE, Denis Alcides. <i>Planejamento estratégico público ou privado: guia para projetos em organizações de governo ou de negócios</i> . 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2012. x, 165 p. ISBN 9788522469345.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
COHEN, Ernesto. <i>Avaliação de projetos sociais</i> . 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 318 p. ISBN 9788532610577.		
CONTADOR, Claudio Roberto. <i>Projetos sociais: avaliação e prática</i> . 4. ed., 6. reimpr. São Paulo: Atlas, 2012. 375 p. ISBN 9788522425624.		
GIDO, Jack; CLEMENTS, James P. <i>Gestão de projetos</i> . 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2010. xviii, 451 p. ISBN 9788522105557.		
MOURA, Dácio G.; BARBOSA, Eduardo Fernandes. <i>Trabalhando com projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais</i> . 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 293 p. ISBN 9788532641694.		
RABECHINI JÚNIOR, Roque; CARVALHO, Marly Monteiro de (org.). <i>Gerenciamento de projetos na prática 2: casos brasileiros</i> . São Paulo: Atlas, 2010. vi, 250 p. ISBN 9788522456987.		

Disciplina: Gestão de Operações e Logística no Setor Público		
Semestre: 7º semestre	C. horária: 60h	Formação: CFP
Pré-requisito: não tem		

Ementa:

Evolução e conceitos de logística e de administração de materiais. Previsão da demanda interna de bens e serviços. Estudo do gerenciamento da administração de recursos materiais, como função básica de administração. Gestão de transportes. Gestão de estoques e materiais. Gestão de compras. Gestão de fornecedores (contratos). Administração de Patrimônio. Introdução a operações e à natureza do serviço. Operações de serviço. Sistemas e processos de serviço. Projeto e organização do posto de trabalho. Arranjo físico e fluxo. Localização de instalações. Gestão de filas. Gestão da capacidade e da demanda. Relacionamento com clientes e fornecedores. Melhoria operacional: produtividade, qualidade, garantia e recuperação de falhas. Planejamento e gestão da rede de operações e serviço.

Bibliografia Básica:

BALLOU, Ronald H. *Gerenciamento da cadeia de suprimentos*. 6. ed. São Paulo: Bookman, 2006.
BALLOU, Ronald H. *Logística empresarial*. São Paulo: Atlas, 2003.
SLACK, Nigel et al. *Administração da produção*. São Paulo: Atlas, 2002.

Bibliografia Complementar:

FRANCISCHINI, Paulino G.; GURGEL, Floriano do Amaral. *Administração de materiais e do patrimônio*. São Paulo: Pioneira Thomson, 2004.
KEEDI, Samir. *Transportes, unitização e seguros internacionais de carga*. São Paulo: Aduaneiras, 2006.
POZO, Hamilton. *Administração de recursos materiais e patrimoniais: uma abordagem logística*. São Paulo: Atlas, 2007.
ROSA, Rodrigo de Alvarenga. *Gestão de operações e logística I*. 3. ed. rev. e atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; [Brasília]: CAPES: UAB, 2015.
VIANA, João José. *Administração de materiais: um enfoque prático*. São Paulo: Atlas, 2008.

Disciplina: Direito Tributário		
Semestre: 7º	C. horária: 60h	Formação: CFB
Pré-requisito: Direito Constitucional		

Ementa:

O Direito Tributário: origem, definições, objeto, fontes, posição no âmbito do Direito, princípios, relações com outros ramos do Direito. Legislação tributária. Sistema Tributário Nacional. Conceito de tributo. Competência tributária. Espécies de tributos. Relação tributária. Capacidade tributária ativa e passiva. Responsabilidade e substituição tributárias. Obrigação tributária. Hipótese de incidência e fato gerador. Crédito tributário. Processo tributário.

Bibliografia Básica:

ALEXANDRE, Ricardo. *Direito tributário*. 17. ed. São Paulo: JusPodivm, 2023.
BRASIL. *Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966*. Código Tributário Nacional. Disponível em:
https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/531492/codigo_tributario_nacional_3ed.pdf. Acesso em: 16 set. 2025.
CARVALHO, Paulo de Barros. *Curso de direito tributário*. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

Bibliografia Complementar:

AMARO, Luciano. *Direito tributário brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2015.
CARRAZZA, Roque Antonio. *Curso de direito constitucional tributário*. São Paulo: Malheiros, [s.d.].
MACHADO, Hugo de Brito. *Comentários ao Código Tributário Nacional*. São Paulo: Atlas, [s.d.].
MACHADO, Hugo de Brito. *Curso de direito tributário*. São Paulo: Malheiros, [s.d.].
TORRES, Ricardo Lobo. *Curso de direito financeiro e tributário*. Rio de Janeiro: Renovar, [s.d.].

Disciplina: Auditoria e Controladoria no Setor Público		
Semestre: 7º	C. horária: 60h	Formação: CFP
Pré-requisito: Orçamento e Contabilidade do Setor Público		

Ementa:

Definição de controle nos sistemas de controle interno e externo na administração pública; Histórico, natureza e função constitucional de controle interno e externo na administração pública; Natureza, função institucional da Controladoria governamental; Avaliação de sistemas de controle interno e externo na administração pública. Conceitos de Auditoria Governamental. Tipos de Auditoria Governamental. Papéis de Trabalho. Achados e evidência em auditoria. Papéis de trabalho. Relatório, parecer e certificado de auditoria. Monitoramento e controle de qualidade. Normas de auditoria governamental.

Bibliografia Básica:

CASTRO, Domingos Poubel de. *Auditoria, contabilidade e controle interno no setor público*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
LUNKES, Rogério João; SCHNORRENBURGER, Darci. *Controladoria: na coordenação dos sistemas de gestão*. São Paulo: Atlas, 2009.
MACHADO, Marcus Vinícius Veras; PETER, Maria da Glória Arrais. *Manual de auditoria governamental*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2014.

Bibliografia Complementar:

BOTELHO, Milton Mendes. *Manual de controle interno: teoria & prática*. Curitiba: Juruá, 2011.
FAZZIO JÚNIOR, Waldo. *Improbidade administrativa*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2015.
LIMA, Luiz Henrique. *Controle externo: teoria, jurisprudência e mais de 500 questões*. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
PESTANA, Márcio. *Direito administrativo brasileiro*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2014.
SILVA, Elderson Ferreira da. *Controladoria na administração pública: manual prático para implantação*. São Paulo: Atlas, 2013.

Disciplina: Gestão de Processos e da Qualidade no Setor Público		
Semestre: 7º semestre	C. horária: 60h	Formação: CFP
Pré-requisito:		

Ementa:

Conceitos, princípios e evolução da qualidade. Planejamento e controle da qualidade. Modelos, sistemas e ferramentas da qualidade. Melhoria em operações. Qualidade em serviços: projeto, desenho de processos, programação de serviços e controle de qualidade.

Bibliografia Básica:

AMBROZEWICZ, Paulo Henrique Laporte. *Gestão da qualidade na administração pública*. São Paulo: Atlas, 2015.
FITZSIMMONS, James A.; FITZSIMMONS, Mona J. *Administração de serviços*. Porto Alegre: Bookman, 2014.
MIGUELES, Carmem; ZANINI, Marco Túlio. *Excelência em gestão pública*. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.

Bibliografia Complementar:

CORRÊA, Henrique L.; CAON, Mauro. *Gestão de serviços*. São Paulo: Atlas, 2002.
JURAN, Joseph M. *A qualidade desde o projeto: novos passos para o planejamento da qualidade em produtos e serviços*. São Paulo: Pioneira, 1997.
MARSHALL JÚNIOR, Isnard; CIERCO, Agliberto Alves; ROCHA, Alexandre Varanda. *Gestão da qualidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2011.
MATIAS-PEREIRA, José. *Administração pública: foco nas instituições e ações governamentais*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2018.
VELOSO, Luiz Paulo. *QualiCidades: poder local e qualidade na administração pública*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2006.

8º SEMESTRE**DISCIPLINA:** Marketing no Setor Público

SEMESTRE: 8º	C. HORÁRIA: 60h	FORMAÇÃO: CFP
PRÉ – REQUISITO: não tem		
EMENTA: Fundamentos de marketing; Visão do serviço público pela perspectiva de marketing; O composto de marketing no setor público; marketing de organizações governamentais; tópicos especiais de marketing gerencial: marketing de lugares e marketing social, marketing político e eleitoral. Plano de Marketing. Modelo Expandido do Marketing.		
BIBLIOGRAFIA BÁSICA: KOTLER, Philip; LEE, Nancy (Sec.). <i>Marketing social: influenciando comportamentos para o bem</i> . 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2011. xii, 454 p. ISBN 9788577808373. KOTLER, Philip; LEE, Nancy. <i>Marketing no setor público: um guia para um desempenho mais eficaz</i> . Porto Alegre: Bookman, 2008. 350 p. ISBN 9788577800698. MALHOTRA, Naresh K. <i>Pesquisa de marketing: foco na decisão</i> . 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011. xx, 491 p. ISBN 9788576058878.		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: CHURCHILL, Gilbert A.; PETER, J. Paul. <i>Marketing: criando valor para os clientes</i> . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. il. color. ISBN 9788502102415. COBRA, Marcos. <i>Administração de marketing no Brasil</i> . 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. xxvi, 533 p. ISBN 9788535269666. KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. <i>Administração de marketing</i> . 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. xvi, 750 p. ISBN 9788576050018. KOTLER, Philip; ARMSTRONG, Gary. <i>Princípios de marketing</i> . 12. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007. xii, 600 p. ISBN 9788576051237. URDAN, Flávio Torres; URDAN, André Torres. <i>Gestão do Composto de Marketing: Produto, Preço, Distribuição e Comunicação – Casos e Aplicações</i> . 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. 488 p. ISBN 9788522473403.		

Disciplina: Avaliação de Políticas Públicas		
Semestre: 8º	C. horária: 60h	Formação: CFP
Pré-requisito:		

Ementa:

Principais conceitos, instrumentos, características, aplicações e tipos de monitoramento e importância do monitoramento no ciclo de políticas públicas. Caracterização histórica do papel da avaliação no ambiente das políticas públicas, seus conceitos, tipologias e sua importância no ciclo de políticas públicas. O sistema de indicadores como ferramenta para o monitoramento de políticas públicas. Os processos de monitoramento com base na estruturação do modelo lógico. Diferenças entre monitoramento e avaliação de PP. Sistemas e painéis de monitoramento de políticas públicas. Métodos aplicados à avaliação de programas, características quantitativas e qualitativas da pesquisa social. Características e peculiaridades das pesquisas de avaliação de impacto de políticas públicas. Avaliação etnográfica. Avaliação participativa. A dimensão política da avaliação. O papel do avaliador. Visões pós-estruturalistas no campo da avaliação. A cultura da avaliação.

Bibliografia Básica:

BANCO MUNDIAL. *Monitorização e avaliação: algumas ferramentas, métodos e abordagens*. Washington: Banco Mundial, 2004.

MAGALHÃES, Heitor de; BELLONI, Isaura; SOUZA, Luzia Costa de. *Metodologia de avaliação em políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2000.

SILVA, Christian Luiz da; SOUZA-LIMA, José Edmilson de. *Políticas públicas e indicadores para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Saraiva, 2011.

Bibliografia Complementar:

ARRETCHE, Marta T. S. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.). *Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais*. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2001. p. 43-55.

BARREIRA, Maria Cecília Roxo Nobre. *Avaliação participativa de programas sociais*. São Paulo: Veras, 2013.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. A política de avaliação das políticas públicas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-109, out. 2005.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público*, Brasília, v. 56, n. 2, p. 137-160, abr./jun. 2003.

RICO, Elizabeth Melo (org.). *Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate*. São Paulo: Cortez: IEE, 1998.

DISCIPLINA: Empreendedorismo e Inovação no Setor Público

SEMESTRE:
8º

C. HORÁRIA: 60h

FORMAÇÃO: CFP

PRÉ – REQUISITO: sem pré-requisito

EMENTA:

Estudo dos fundamentos do empreendedorismo aplicado ao setor público, com ênfase em inovação, intra-empreendedorismo e transformação institucional. Tríplice Hélice e o papel do Governo. O processo de inovação. A relação entre os processos empreendedor e de inovação. Desafios do empreendedorismo e inovação no contexto do setor público. Ferramentas de gestão inovadoras: *design thinking*, metodologias ágeis, gerenciamento de projetos, *gamification*). Análise de políticas públicas empreendedoras. Laboratórios de inovação e cidades inteligentes. O papel do servidor público como agente de mudança e construção de valor público. Empreendedorismo no contexto da Nova Administração Pública (*New Public Management*) e da Nova Governança Pública (*New Public Governance*). Estudo de casos brasileiros e internacionais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BESSANT, John; TIDD, Joe. *Inovação e empreendedorismo*. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2019.

CAVALCANTE, Pedro (org.). *Inovação e políticas públicas: superando o mito da ideia*. Brasília: IPEA, 2019. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9330/1/Inova%C3%A7%C3%A3o%20e%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas_superando%20o%20mito%20da%20ideia.pdf. Acesso em: 14 abr. 2025.

EMMENDOERFER, Magnus Luiz. *Inovação e empreendedorismo no setor público*. Brasília: ENAP/SBAP, 2019. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4282/1/6_Livro_Inova%C3%A7%C3%A3o%20e%20empreendedorismo%20no%20setor%20p%C3%BAblico.pdf. Acesso em: 14 abr. 2025.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARON, Robert A.; SHANE, Scott Andrew. *Empreendedorismo: uma visão do processo*. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

DORNELAS, José Carlos Assis. *Empreendedorismo*. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

HISRIC, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPHERD, Dean A. *Empreendedorismo*. 9. ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.

MATIAS-PEREIRA, José. *Curso de administração pública: foco nas instituições e ações governamentais*. 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2010.

SILVESTRE, Hugo Consciência. *A (nova) governança pública*. Brasília: ENAP, 2019. (Coleção Gestão Pública ENAP/SBAP). Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4286/1/10_Livro_A%20%28Nova%29%20Governan%C3%A7a%20P%C3%BAblica.pdf. Acesso em: 14 abr. 2025.

Disciplina: Gestão ambiental e sustentabilidade		
Semestre: 8º	C. horária: 45h	Formação: CFP
Pré-requisito: Não tem.		

Ementa:

A evolução da gestão ambiental; as políticas de comando e controle; conceitos e propostas para um desenvolvimento sustentável; a evolução da legislação ambiental; o novo papel dos Municípios, dos Estados e da União na gestão ambiental pública; o setor público como cliente e seu poder de compra; a Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P); O meio ambiente como campo de conflitos sociais e econômicos na defesa dos interesses difusos; o desenvolvimento regional sustentável; as políticas do governo brasileiro frente aos acordos internacionais de proteção ambiental; a gestão socioambiental nos países lusófonos.

Bibliografia Básica:

BIDERMAN, Rachel et al. *Guia de compras públicas sustentáveis: uso do poder de compra do governo para a promoção do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: FGV, 2006. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/a3p/_arquivos/guia_compras_sustentaveis.pdf. Acesso em: 12 mar. 2009.

CAMARGO, Antônio Luiz. *Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios*. Campinas: Papirus, 2003.

NASCIMENTO, Luís Felipe; LEMOS, Ângela Denise Cunha; MELLO, Maria Celina Abreu. *Gestão socioambiental estratégica*. Porto Alegre: Bookman, 200

Bibliografia Complementar:

ELKINGTON, John. *Sustentabilidade: canibais com garfo e faca*. São Paulo: M. Books, 2011.

FIKSEL, Joseph et al. Measuring progress towards sustainability principles, process, and best practices. In: GREENING OF INDUSTRY NETWORK CONFERENCE BEST PRACTICE PROCEEDINGS, [s.l.: s.n.], [s.d.]. 36 p. Disponível em: http://www.inknowvate.com/inknowvate/Fiksel_McDaneil_Mendenhall.pdf. Acesso em: 12 mar. 2009.

FURTADO, José Silva. Gestão com responsabilidade socioambiental: desenvolvimento sustentável e comunidade. [S.l.: s.n.], 2003. p. 1-46. Disponível em: <http://www.gerenciamento.ufba.br/Downloads/Desenvolvimento%20sustent%C3%A1vel%20e%20comunidade.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2009.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

TRINDADE, José Dutra; ROSSI-ALVA, José Carlos. *Gestão socioambiental nas empresas privadas*. [S.l.: s.n.], [s.d.]. Disponível em: http://www.moraisdecastro.com.br/upload/Artigo_Cientifico.pdf. Acesso em: 12 mar. 2009.

Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso		
Semestre: 8º	C. horária: 45h	Formação: CFP
Pré-requisito:- Iniciação ao Pensamento Científico; - Fundamentos do trabalho Acadêmico e da Pesquisa Científica; - Métodos e Técnicas de Pesquisa		
Ementa: Elaboração do projeto de trabalho de conclusão de curso; Orientações gerais; Elaboração do trabalho de conclusão de curso - redação, revisão, formatação e normalização de acordo com as normas da ABNT, UNILAB, diretrizes e orientações previstas no PPC do Curso de Administração Pública presencial do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Orientações complementares. Orientação final.		
Bibliografia Básica: MARTINS, Joaquim Junior. <i>Como escrever trabalhos de conclusão de curso: instruções para planejar e montar, desenvolver, concluir, redigir e apresentar trabalhos monográficos e artigos</i> . 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2009. UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA. <i>Manual de normalização de trabalhos acadêmicos da Unilab</i> . Acarape, CE: Sistema de Bibliotecas da Unilab, 2020. 44 p.: il. color. VERGARA, Sylvia Constant. <i>Métodos de pesquisa em administração</i> . São Paulo: Atlas, 2005.		
Bibliografia Complementar: DEMO, Pedro. <i>Pesquisa: princípio científico e educativo</i> . São Paulo: Cortez, 1992. ECO, Umberto. <i>Como se faz uma tese</i> . São Paulo: Perspectiva, 1983. KUHN, Thomas Samuel. <i>A estrutura das revoluções científicas</i> . São Paulo: Ática, 1988. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. <i>Metodologia científica</i> . São Paulo: Atlas, 2000. MEDEIROS, João Bosco. <i>Redação científica: a prática de fichamentos</i> . 7. ed. São Paulo: Atlas, 2005.		

4.8 EMENTAS DISCIPLINAS OPTATIVAS

Disciplina: Tecnologia e Inovação		
Semestre:	C. horária: 40	Formação: CFP
Ementa: Economia, sociedade e tecnologia. Técnica e ciência como ideologia. Modelos de acesso, recursos físicos e digitais. Tecnologia, comunidades e instituições. As novas tecnologias e suas implicações sociais. Os trabalhadores e as novas tecnologias. Novas técnicas de organização e a tecnologia. Importância, definições e modelos de inovação. Inteligência organizacional e competitiva. Planejamento de produtos e projetos de inovação. Gestão da inovação tecnológica. Financiamento para a inovação no Brasil.		
Bibliografia básica: CORAL, Eliza. <i>Gestão integrada da inovação: estratégia, organização e desenvolvimento de produtos</i> . São Paulo: Atlas, 2011. 269 p. TEIXEIRA, Francisco (org.). <i>Gestão de Redes de Cooperação Interempresariais: em busca de novos espaços para o aprendizado e a inovação</i> . Salvador: Casa da Qualidade, 2005. WARSCHAUER, Mark. <i>Tecnologia e inclusão social: a exclusão social em debate</i> . São Paulo: Editora SENAC, 2006.		
Bibliografia complementar: CORAL, Elza et al. (Org.). <i>Gestão integrada da inovação</i> . São Paulo: Atlas, 2008. FOINA, Paulo Rogério. <i>Tecnologia da informação: planejamento e gestão</i> . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. MARIANO, Sandra Regina Holanda; MAYER, Verônica Feder. <i>Tecnologia e gestão da informação</i> . Rio de Janeiro: Elsevier, 2009. MATTOS, João Roberto Loureiro de. <i>Gestão da tecnologia e inovação: uma abordagem prática</i> . São Paulo, SP: Saraiva, 2005. TIGRE, Paulo Bastos. <i>Gestão da inovação: a economia da tecnologia do Brasil</i> . Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2006.		

Disciplina: Negociação e Arbitragem		
Semestre: Optativa	C. horária: 60h	Formação: CFP

Ementa:

Noções gerais sobre ADR (Alternative Dispute Resolution). Noções gerais do conflito. Negociação: conceitos e princípios; o conflito; o negociador; o objeto; o lugar; os modelos e estilos; desenvolvimento da negociação; feedback. Arbitragem: retrospectiva histórica e o momento atual; conceito; a convenção e os tipos de arbitragem; o árbitro; a sentença arbitral.

Bibliografia básica

ALMEIDA, A. P.; MARTINELLI, D. P. *Negociação: como transformar confronto em cooperação*. São Paulo: Atlas, 1997.
 CARMONA, C. A. *Arbitragem e processo: um comentário à lei nº 9.307/96*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
 FERREIRA, G. *Negociação: como usar a inteligência e a racionalidade*. São Paulo: Atlas, 1997.

Bibliografia complementar

CAHALI, Francisco José. *Curso de arbitragem*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.
 CARMONA, Carlos A. *Arbitragem e processo: um comentário à Lei nº 9.307/96*. São Paulo: Atlas, 2004.
 CARVALHAL, Eugênio do et al. *Negociação e administração de conflitos*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
 MARTINELLI, Dante P.; GHISI, Flávia A. *Negociação: aplicações práticas de uma abordagem sistêmica*. São Paulo: Saraiva, 2006.
 MUNIZ, Joaquim de Paiva. *Arbitragem e mediação*. São Paulo: Forense, 2014

DISCIPLINA: Economia Brasileira**SEMESTRE: Optativa****C. HORÁRIA: 60h****FORMAÇÃO: CFP****PRÉ – REQUISITO:**

EMENTA: O Processo de Industrialização: a industrialização restringida e o processo de substituição de importações - PSI (1929-1955). O Plano de Metas (JK) e a industrialização planejada (1956-1961). A Crise dos Anos 60 e o “milagre” econômico: inflação, estagnação e ruptura (1961-1964); estabilização e reforma (1964-1967); a retomada do crescimento e as distorções do econômico sociais (1967-1973). Choques Externos, ajustamento macroeconômico e transformação estrutural: a desaceleração do crescimento e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1979); ajuste externo e desequilíbrio interno (1980-1984). Crise dos anos oitenta: crise do Estado, dívida pública crescente e inflação alta. Os planos de estabilização econômica. A abertura da economia brasileira. O Plano Real. A economia recente. As reformas econômicas e as privatizações. A segunda geração de reformas. O Custo Brasil. O MERCOSUL e política comercial. Globalização e a inserção do Brasil na economia mundial.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BAER, W. *A economia brasileira*. São Paulo: Nobel, 1996.
FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. 23. ed. São Paulo: Nacional.
VASCONCELLOS, M. A. S. DE; GREMAUD, A. P.; TONETO JR, R. *Economia Brasileira Contemporânea*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASTRO, L. B. D.; GIAMBIAGI, F.; HERMANN, J.; VILELLA, A. *Economia brasileira contemporânea*. São Paulo: Elsevier, 2004.
ABREU, Marcelo P. *A ordem do progresso: 100 anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.
BACHA, Edmar; GOLDFAJN, Ilan. *Como reagir à crise? Políticas econômicas para o Brasil*. Rio de Janeiro: IEPE/CdG, 2009.
ARAUJO, V. L.; MATTOS, F. A. M. (Compiladores). *A economia brasileira, de Getúlio a Dilma – novas interpretações*. Hucites, 2021.
PIRES, M. C. (Coordenador). *Economia Brasileira da Colônia ao Governo Lula*. São Paulo: Saraiva, 2015.

Disciplina: Elaboração e Gestão de Projetos em Organizações Sociais

Semestre: Optativa

C. horária: 60h

Formação: CFP

Ementa:

A relevância da gestão social por meio de projetos. Planejamento e projeto: conceituação. Especificidades da organização social. Estruturas organizacionais voltadas para projeto. Habilidades de gerente de projetos. Equipes de projeto. Ciclos e fases do projeto: fluxo do processo. Definição do escopo do projeto. Identificação de restrições. Planejamento de recursos e estimativas. Definição dos controles de planejamento do projeto. Criação do plano de projeto. Avaliação e controle do desempenho do projeto. Planejamento, programa e controle de projetos e produtos especiais, produzidos sob encomenda. Métodos e técnicas utilizados na avaliação econômica e social de projetos. Avaliação do risco e do retorno dos projetos. Análise de custos futuros gerados pelo projeto. Aceleração de projetos. Organização geral. Aplicação de técnicas de Gantt, CPM, PERT/TEMPO e PERT/CUSTO. Uso de software

Disciplina: Elaboração e Gestão de Projetos em Organizações Sociais

para gerenciamento de projetos.

Bibliografia básica

CARVALHO, Marly Monteiro; REBECHINI JUNIOR, Roque. *Gerenciamento de projetos na prática: casos brasileiros*. São Paulo: Atlas, 2006.
CONTADOR, Cláudio R. *Projetos sociais: avaliação e prática*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
COHEN, Ernesto. *Avaliação de projetos sociais*. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. 318 p.

Bibliografia complementar

AGUILAR, M. J.; ANDER•EGG, E. *Avaliação de serviços e programas sociais*. Petrópolis: Vozes, 1995.

BAPTISTA, M. V. *Planejamento social*. São Paulo: Veras Editora, 2002.

CURY, ÁVILA, Célia M. de (Coord.). *Gestão de projetos sociais*. 3. ed. rev. São Paulo: AAPCS, 2001. Disponível em:

http://www.casa.org.br/images/PDFARQUIVOS/Gesto_de_Projetos_Sociais.pdf.

ELABORAÇÃO DE PROJETOS SOCIAIS. In: ÁVILA, C. M. de (Org.). *Gestão de projetos sociais*. 3. ed. São Paulo: AAPCS (Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária), 2001, p. 37-58.

KISIL, R. *Elaboração de projetos e propostas para organizações da sociedade civil*. 3. ed. São Paulo: Global, 2004.

TENÓRIO, F. G. (Coord.). *Elaboração de projetos comunitários: abordagem prática*. São Paulo: Loyola, 1995.

DISCIPLINA: Inovação e Qualidade em Políticas Públicas Educacionais**SEMESTRE:****C. HORÁRIA:** 60h**FORMAÇÃO:****PRÉ – REQUISITO:** sem pré-requisito**EMENTA:**

Fundamentos de Inovação e Qualidade em Educação. Políticas Públicas Educacionais. Tecnologias Disruptivas na Educação Pública. Ferramentas de Gestão da Qualidade em Educação. Inovação em Gestão Escolar. Modelos de Governança Educacional. Avaliação de Políticas Educacionais. Indicadores de Inovação e Qualidade em Políticas Públicas Educacionais. Equidade e Inclusão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BAUER, A.; SILVA FERNANDES, F. *Avaliação de projetos, programas e políticas educacionais*. Estudos em Avaliação Educacional, v. 33, p. e08673, 10 ago. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.18222/eae.v33.8673>.

MICHELSSEN, G.; WELLS, P. *Quality education and education for sustainable development: reflections from the UNESCO Chairs Programme*. Paris: UNESCO, 2017. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000368097>.

VINCENT-LANCRIN, S. *Measuring Innovation in Education 2023: Tools and Methods for Data-Driven Action and Improvement*. Educational Research and Innovation. Paris: OECD Publishing, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/a7167546-en>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BASTOS DE SOUZA, P.; SOUZA, R. *Políticas de educação na comunidade dos países de língua portuguesa*. Quaestio: Revista de Estudos em Educação, v. 19, n. 1, p. 209, 11 maio 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.22483/2177-5796.2017v19n1p209-232>.

CAETANO, L.; SANTOS, R. *Inovação no Setor Público: experiência do Design Thinking*. In: *Planejamento, políticas públicas e gestão sustentável: demandas sociais contemporâneas*. Fortaleza: EduUECE, 2021. p. 109-124. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.47149/978-85-7826-787-2/cap6>.

GUILHERME, W. *Políticas Públicas na Educação Brasileira: Educação Profissional e Tecnológica*. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019. Disponível em: <https://atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/politicas-publicas-na-educacao-brasileira-educacao-profissional-e-tecnologica>.

SANTOS, A.; GUIMARÃES, R.; JESUS, W. *Política Pública e Governança Educacional: o que pensam os gestores do estado e a sociedade civil organizada?* Revista Exitus, v. 4, n. 2, p. 87-105, 2014. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6078633.pdf>.

UNESCO. *A Educação na África: colocar a igualdade no cerne da política*. Addis Abeba: UNESCO & União Africana, 2023. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000384497_por

DISCIPLINA: Inteligência Artificial na Administração Pública**SEMESTRE:****C. HORÁRIA:** 60h**FORMAÇÃO:****PRÉ – REQUISITO:** sem pré-requisito**EMENTA:**

Conceitos de Inteligência Artificial (IA). Diferenças entre IA, Machine Learning e Deep Learning. IA preditiva e IA generativa. Ferramentas de IA para governos. Aplicações Práticas de IA na Administração Pública. IA e automatização de Serviços públicos. IA e eficiência de recursos públicos. Ferramentas de IA e qualidade dos serviços públicos. IA e Direitos Humanos. Governança e Políticas Públicas em IA na América Latina e África. Desafios e Riscos da IA. IA e Inclusão Digital.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA, M. *Inteligência Artificial como instrumento de governança radical para organizações públicas*. Brasília: ENAP, 2023. Disponível em:

<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/7589>.

BRASIL. *IA Generativa no Serviço Público: definições, usos e boas práticas*. Brasília: Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, 2025. Disponível em:

<https://www.gov.br/gestao/pt-br/assuntos/noticias/2025/fevereiro/governo-lanca-cartilha-inteligencia-artificial-generativa-no-servico-publico>.

OECD. *Artificial Intelligence in Public Administration: A Global Perspective*. Paris:

OECD, 2024. Disponível em: <https://www.oecd.org/en/topics/artificial-intelligence.html>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CAMPOS, S.; FIGUEIREDO, J. *Aplicação de Inteligência Artificial no Ciclo de Políticas Públicas*. Cadernos de Prospecção, v. 15, n. 1, p. 196–214, 1 jan. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.9771/cp.v15i1.42957>.

COMBA, B. et al. *Inteligência Artificial na gestão pública: desafios e oportunidades*. Pesquisa e Ensino em Ciências Exatas e da Natureza, v. 8, p. 01-06, 15 jan. 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.56814/pecen.v8ie.2135>.

LEE, K.-F. *Inteligência Artificial: como os robôs estão mudando o mundo, a forma como amamos, nos relacionamos, trabalhamos e vivemos*. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

OECD. *Governing with Artificial Intelligence: Are governments ready?* OECD Artificial Intelligence Papers, No. 20, OECD Publishing: Paris. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/26324bc2-en>.

ONU. *Gobernanza de la Inteligencia Artificial en beneficio de la Humanidad: Informe final*. Nova York: Naciones Unidas, 2024.

DISCIPLINA: Economia da Educação**SEMESTRE: Optativa****C. HORÁRIA: 60H****FORMAÇÃO:****PRÉ – REQUISITO:**

EMENTA: Os conceitos de educação e de desenvolvimento econômico. Educação, ciência e tecnologia para o desenvolvimento. Os impactos da emergente Indústria 4.0 sobre o Mercado de Trabalho, os novos perfis de conhecimento e habilidades e a reconfiguração dos currículos escolares. Educação, ciência e tecnologia no Brasil do século XXI. Educação e história do pensamento econômico. Educação como capital humano. Educação, desigualdade e desenvolvimento econômico. Divisão do trabalho e subsunção real do trabalho ao capital. Educação e qualificação-desqualificante.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BIRDEMAN, Ciro; ARVATE, Paulo. *Economia do Setor Público no Brasil*. Capítulo 22, Economia da Educação – Lígia Vasconcelos.

BROOKE, N.; SOARES, J. F. (Orgs.). *Pesquisa em eficácia escolar: origem e trajetórias*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

CARNOY, Martin. *Razões para investir em educação básica*. Unicef, 1992.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CASTRO, Cláudio de Moura. *Você sabe estudar? - Quem sabe, estuda menos e aprende mais*. Penso, 2015.

CASTRO, Cláudio de Moura. *Os tortuosos caminhos da educação brasileira*. Penso, 2013.

IOSCHPE, Gustavo. *O que o Brasil quer ser quando crescer – e outros artigos sobre educação e desenvolvimento*. Paralela, 2012.

LANGONI, Carlos G. *Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

LISBOA, Marcos de Barros; MENEZES-FILHO, Naércio Aquino. *Microeconomia no Brasil*. 2001. (Educação e Desigualdade – Naércio Menezes Filho).

Disciplina: Estratégia de Desenvolvimento Territorial		
Semestre: Optativa	C. horária: 40	Formação: CFP
Ementa: Desenvolvimento: significados e sentidos. Teorias do Desenvolvimento regional e territorial. Desenvolvimento como mito. Desenvolvimento e sustentabilidade. Conceito de território e escalas territoriais (local, regional e global) de desenvolvimento. Desenvolvimento territorial e políticas públicas. Gestão social dos territórios e empoderamento. Planejamento regional e estratégias de desenvolvimento territorial.		
Bibliografia Básica: BEDUCHI FILHO, L. C.; ABRAMOVAY, R. <i>Desafios para a gestão territorial do desenvolvimento sustentável no Brasil</i> . In: XLI Congresso Brasileiro da Sober, 23 a 27 jul. 2003, Juiz de Fora-MG. MYER-STAMER, Jorg. <i>Estratégias de desenvolvimento local e regional: clusters, política de localização e competitividade sistêmica</i> . Disponível em: http://www.meyer-stamer.de/2001/pp28.pdf . Acesso em: 15 jun. 2009. RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. S. <i>Compreendendo a complexidade sócioespacial contemporânea – o território como categoria de diálogo interdisciplinar</i> . Salvador: EDUFBA, 2009. Disponível em: http://www.fae.edu/publicacoes/pdf/revista_da_fae/fae_v5_n2/uma_discussao_sobre.pdf .		
Bibliografia Complementar: BRANDÃO, C. <i>Território e desenvolvimento</i> . 2. ed. Recife: UNICAP, 2012. DALLABRIDA, V. <i>Governança territorial e desenvolvimento</i> . 1. ed. Garamond, 2013. HANSEN, D. L.; TEIXEIRA, O. A.; SANTANA, J. R. <i>Estratégias de desenvolvimento regional: conceitos e experiências</i> . Sergipe: UFS, 2010. PERICO, Rafael Echeverri; RIBEIRO, Maria Pilar. <i>Ruralidade, territorialidade e desenvolvimento sustentável</i> . Brasília: MDA/SDT/IICA, dezembro 2005. SACHS, I. <i>Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente</i> . São Paulo: Studio Nobel, 1993.		

Disciplina: Política e Administração da Educação		
Semestre: Optativa	C. horária: 60 h	Formação:
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: História das Políticas Educacionais. Estado, Política, Legislação e Educação. Gestão dos Sistemas Educacionais. Síntese histórica do processo escolar brasileiro. Legislação, reformas e políticas educacionais. Planejamento e políticas públicas educacionais. Democracia e Gestão Educacional: desafios, possibilidades e tendências.		

Bibliografia Básica:

OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (Org.). *Gestão, financiamento e direito à educação: análise da Constituição Federal e da LDB*. 3. ed. São Paulo: Xamã, 2007. v. 1. 143 p.

OLIVEIRA, R. P. (Org.). *Organização do ensino no Brasil: níveis e modalidades na Constituição Federal e na LDB*. São Paulo: Xamã, 2002.

SOUZA, A.; GOUVEIA, A.; TAVARES, T. (Org.). *Políticas Educacionais: conceitos e debates*. Curitiba: Ed. Appris, 2011.

Bibliografia Complementar:

DAVIES, Nicholas. *Legislação educacional federal básica*. São Paulo: Cortez, 2004.

DAVIES, Nicholas. *Tribunais de Contas e Educação: quem controla o fiscalizador de recursos?* Brasília: Plano, 2001.

FÁVERO, Osmar (Org.). *A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988*. São Paulo: Autores Associados, 1996.

FÁVERO, Osmar; SEMERARO, Giovanni (Org.). *Democracia e construção do público no pensamento educacional brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 2002.

FERREIRA, Naura; AGUIAR, Marcia. *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. São Paulo: Cortez, 2000.

Disciplina: LIBRAS – Linguagem Brasileira de Sinais (h/a)**Semestre:** Optativa**C. horária:** 60h**Formação:** CFG

Ementa: Conceituação e caracterização da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, fonte de comunicação e expressão do surdo. Estudos dos pressupostos teórico-históricos, filosóficos, sociológicos, pedagógicos e técnicos da Língua Brasileira dos Sinais, instrumentos para a prática docente. Utilização de LIBRAS na comunicação entre o professor e o aluno surdo, contribuindo para o reconhecimento dos direitos e competências como sujeito e cidadão. Favorecer a socialização e inserção do aluno no ambiente escolar, bem como sua permanência nas instituições de ensino.

Bibliografia básica:

ALMEIDA, E. C. *Atividades ilustradas em sinais de LIBRAS*. São Paulo: Revinter, 2004.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. *Sinais da LIBRAS e o universo da educação*. In: *Enciclopédia da Língua de Sinais Brasileira: o mundo do surdo em LIBRAS*. São Paulo: Edusp, Vitae, Brasil Telecom, Feneis, v. 1, 340 p.

DIDEROT, D. *Carta sobre os surdos-mudos para uso dos que ouvem e falam*. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 1993.

Bibliografia Complementar:

BARBOZA, H. H.; MELLO, A. C. P. T. *O surdo, este desconhecido*. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1997.

DIDEROT, D. *Programa Surdez: educação, saúde e trabalho*. In: *Mostra de Extensão*, 5., 2001, Rio de Janeiro. CD-Room da 5ª Mostra de Extensão da UERJ. Rio de Janeiro: DINFO - Departamento de Informática da UERJ, 2001.

LEITE, T. de A.; MCCLEARY, L. E. *Aprendizagem da língua de sinais brasileira como segunda língua: estudo em diário*. In: *Seminário do GEL*, XLIX, 2001, Marília, SP. Programação e Resumos. Assis, SP: Diretoria do GEL (1999-2001), 2001.

QUADROS, R. M. *O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa*. Brasília: MEC, 2004.

Disciplina: Relações de gênero e étnico-raciais nas organizações		
Semestre: Optativa	Carga horária: 60h	Formação:
Ementa: O propósito da disciplina é refletir sobre as relações de gênero, étnico-raciais e outras relações de poder dentro das organizações públicas, privadas e movimentos sociais, que apesar dos avanços, ainda se mostram desiguais. Também serão abordadas questões como o racismo institucional, participação feminina, principalmente mulheres negras, mulheres nas ciências, disparidade salarial e masculinidades. Temas como divisão sexual do trabalho, racismo, sexismo, homofobia, transfobia e lesbofobia nas organizações também serão abordados.		
Bibliografia básica: ALMEIDA JÚNIOR, Ademário de Jesus. <i>Administração e racismo: ampliando as formas de análise do desenvolvimento sustentável</i> . 2010. 161 p. CALÀS, M.; SMIRCICH, L. Do ponto de vista da mulher: abordagens feministas nos estudos organizacionais. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. <i>Handbook de Estudos Organizacionais</i> . São Paulo: Atlas, 2010. v. 1. CERCHIARO, I.; AYROSA, E.; ZOUAIN, D. A aplicação de abordagens feministas na pesquisa em Administração. <i>Cad.EBAPE.BR</i> , v. 7, n. 4, p. 650-664, Rio de Janeiro, dez. 2009.		

Bibliografia complementar:

ECCEL, C.; ALCADIPANI, A. (Re)Descobrimos as masculinidades. In: FREITAS, M.; DANTAS, M. (Org.). *Diversidade sexual e trabalho*. São Paulo: Cengage Learning, 2012. p. 51-78.

IREZ, L.; ANDRADE, S.; AMORIM, W.; FISCHER, A. Gênero e as práticas de gestão nas melhores empresas para se trabalhar no Brasil. *Gerais*, v. 3, n. 1, p. 81-94, 2010.

IRIGARAY, H. Travestis e transexuais no mundo do trabalho. In: FREITAS, M.; DANTAS, M. (Org.). *Diversidade sexual e trabalho*. São Paulo: Cengage Learning, 2012. p. 121-147.

KLOPPEL, Bruna. *Ciência, excelência e gênero: um olhar antropológico sobre um laboratório de engenharia*. UFSC, 2014.

SCOTT, Parry; RODRIGUES, Ana Cláudia; SARAIVA, Jeiza das Chagas. Onde mal se ouvem os gritos de socorro: notas sobre a violência contra a mulher em contextos rurais. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Orgs.). Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.

Disciplina: Tecnologias Aplicadas à Pesquisa**Semestre:** Optativa**C. horária:** 40h**Formação:**

Ementa: O papel da tecnologia na pesquisa; A tecnologia e o pesquisador; Tecnologia e Pesquisa Bibliográfica; Tecnologia e Gestão de Recursos Bibliográficos; Tecnologia na Gestão de Projetos de Pesquisa; Tecnologias na Produção de Questionários; Softwares de Análise Quantitativa de Dados; Softwares de Análise Qualitativa de Dados; Tecnologia e Texto Científico; Tecnologia na apresentação e divulgação de trabalhos Acadêmicos e Científicos.

Bibliografia Básica:

CAETANO, L. D. *Tecnologias e pesquisa*. Disponível em:

https://issuu.com/migdias/docs/uern_tic_pesquisa. Acesso em: 09 out. 2016.

LAUREANO, ; BOTELHO, M. D. C. *SPSS - O meu manual de consulta rápida*. 2. ed. Lisboa: Edições Sílabo, 2012.

SOUZA, ; COSTA, P. A.; MOREIRA, A. *Questionamento no processo de análise de dados qualitativos com apoio do software WebQDA*. EduSer: revista de educação, inovação em educação com TIC, 2011, p. 19-30.

Bibliografia Complementar:

COSTA, A. P.; LINHARES, R.; NERI DE SOUZA, F. *Possibilidades de análise qualitativa no WebQDA e colaboração entre pesquisadores em educação em comunicação*. Atas do 3º Simpósio de Educação e Comunicação, Universidade Tiradentes, Aracaju, Brasil, 2012, p. 276-286.

COSTA, A. P.; SOUZA, D. N.; SOUZA, F. N.; BRZEZINSKI, I.; ALARCÃO, I.; AMADO, J.; OLIVEIRA, M. ALARCÃO. *Investigação qualitativa: inovação, dilemas e desafios*. Ludomedia, 2015.

HILL, A.; HILL, M. M. *Investigação por questionário*. Lisboa: Edições Sílabo, 2008.

NAVARRO, F. C. *Excel 2013 - Técnicas avançadas - Col. Ferramentas Profissionais*. Brasport, 2016.

RAUBENHEIMER, Jacques. *Mendeley: crowd-sourced reference and citation management in the information*. True Insight Publishing, 2014.

Disciplina: Políticas de Segurança Pública

Semestre: Optativa

C. horária: 60h

Formação:

Pré-requisito: Não tem.

Ementa:

Administração da Segurança Pública. As atribuições e competências da União, dos Estados, dos municípios e das comunidades na construção das políticas de segurança pública: possibilidades e problemas. A segurança pública no Estado Democrático de Direitos. Gestão e recursos para as políticas de segurança pública. Diagnósticos, levantamentos e pesquisas na área de segurança pública. Modelos de gestão da segurança pública. Planejamento e Políticas públicas para prevenção, controle e combate do crime comum e organizado. Gestão integrada e participativa da Segurança Pública. Controle democrático interno e externo das Instituições da ordem e da Segurança Públicas

Bibliografia Básica:

LIMA, Roberto Kant de. Políticas de segurança pública e seu impacto na formação policial: considerações teóricas e propostas práticas. In: ZAVERUCHA, Jorge; BARROS, Maria do Rosário Negreiros. *Políticas de segurança pública: dimensão da formação e impactos sociais*. Recife: Massangana, 2002.

XAVIER, Antônio Roberto. Políticas públicas de segurança. *Perspectivas Contemporâneas*, Campo Mourão, v. 3, n. 2, p. 39-72, ago./dez. 2008. Disponível em: <http://revista.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/article/view/443/244>.

XAVIER, Antônio Roberto. *Do crime comum ao crime organizado: criminalidade e as políticas públicas de segurança*. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará, 2007. 234 p. (Dissertação de Mestrado). Disponível em:

https://www.google.com.br/?gws_rd=ssl#q=Ant%C3%B4nio+Roberto+Xavier&safe=active&start=10

Bibliografia Complementar:

BAYLEY, David H. *Padrões de policiamento*. 2. ed. São Paulo: USP, 2002.

BIZERRA, Maria da Conceição. Seminário Internacional políticas de segurança pública: dimensão da formação e impactos sociais. In: ZAVERUCHA, Jorge; BARROS, Maria do Rosário Negreiros. *Políticas de segurança pública: dimensão da formação e impactos sociais*. Recife: Massangana, 2002.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 2001.

GOMES, Luiz Flávio; CERVINI, Raúl. *Crime organizado: enfoques criminológico, jurídico (Lei 9.034/95) e político-criminal*. 2. ed. rev., atual. e ampliada. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.

Disciplina: Assédio moral no trabalho		
Semestre: Optativa	C. horária: 60h	Formação:
Pré-requisito: Não tem		
Ementa: Assédio moral no trabalho: contextualização, conceitos e espécies. O ambiente de trabalho e as perspectivas sociológicas. Assédio moral e conflitos. Assédio moral interpessoal e organizacional. Medidas preventivas. Abordagem jurídica: legislação pertinente e alcances. Danos morais.		
Bibliografia Básica: BARRETO, M. <i>Violência, saúde e trabalho (uma jornada de humilhações)</i> . São Paulo: EDUC, 2006. HIRIGOYEN, M. F. <i>Assédio moral: a violência perversa no cotidiano</i> . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. HIRIGOYEN, M. F. <i>Mal-estar no trabalho: redefinindo o assédio moral no trabalho</i> . Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.		
Bibliografia Complementar: ANTUNES, R. <i>Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho</i> . São Paulo: Boitempo, 2009. ARAÚJO, A. R. O assédio moral organizacional e medidas internas preventivas e repressivas. In: GOSDAL, T. C.; SOBOLL, L. A. P. (Org.). <i>Assédio moral interpessoal e organizacional: um enfoque interdisciplinar</i> . São Paulo: LTr, 2009. FREITAS, M. E.; HELOANI, R.; BARRETO, M. <i>Assédio moral no trabalho</i> . São Paulo: Cengage, 2008. SOBOLL, L. A. P. <i>Assédio moral/organizacional: uma análise da organização do trabalho</i> . São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008. SOBOLL, L. A. P.; GOSDAL, T. C. (Org.). <i>Assédio moral interpessoal e organizacional: um enfoque interdisciplinar</i> . São Paulo: LTr, 2009.		

Disciplina: Direitos Humanos Interculturais		
Semestre: Optativas	C. horária: 60 h	Formação:
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: Direitos humanos: evolução histórica e formação para a cidadania. Direitos fundamentais. Estatuto da Criança e do Adolescente e os direitos humanos; sociedade, violência e construção de uma cultura da paz; preconceito, discriminação e prática educativa; políticas curriculares, temas transversais, projetos interdisciplinares e educação em direitos humanos. Novos direitos humanos: ações afirmativas e transformativas. Direitos humanos no Brasil e na África: aproximações e diferenças.		
Bibliografia Básica: COMPARATO, F. K. <i>A afirmação histórica dos direitos humanos</i> . 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2008. FERREIRA FILHO, M. G. <i>Direitos humanos fundamentais</i> . 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. MORAES, A. <i>Direitos humanos fundamentais: teoria geral, comentários art. 1º ao 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, doutrina e jurisprudência</i> . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.		
Bibliografia Complementar: AIVA, A. R. (Org.). <i>Direitos humanos em seus desafios contemporâneos</i> . Rio de Janeiro: Pallas, 2012. CORTINA, A. <i>Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania</i> . São Paulo: Loyola, 2005. DORNELLES, L. V. <i>O que são direitos humanos</i> . 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2007. HERKENHOFF, J. B. <i>Curso de direitos humanos</i> . São Paulo: Santuário, 2011. PIOVESAN, F. <i>Direitos humanos e o direito constitucional internacional</i> . 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.		

Disciplina: Política e Desenvolvimento Econômico do Nordeste Brasileiro		
Semestre: Optativas	C. horária: 60 h	Formação:
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: Política e Desenvolvimento Econômico do Nordeste Brasileiro Ementa: Elaborar um quadro geral do processo histórico-econômico da região Nordeste desde o processo inicial de colonização até o advento da implantação do Projeto São José. Analisar o processo de implantação da lavoura canavieira nas capitanias litorâneas como Ceará, Pernambuco e Bahia. Analisar o processo de crise da lavoura canavieira. Avaliar o impacto social e econômico das secas que atingem a região. Refletir sobre as ações das multidões de sertanejos desvalidos. Analisar o surgimento de organismos estatais de combate às secas como SEOCS, IOCS, IFOCS, DENOCS e SUDENE. Idealização e Execução do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Projeto São José I (1986). O Nordeste brasileiro como tema para o ensino de História.		
Bibliografia Básica: ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. <i>A Invenção do Nordeste e outras artes</i>. São Paulo: Cortez, 1999. CANO, W. <i>Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil 1930-1970</i>. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2007. FURTADO, Celso. <i>Formação econômica do Brasil</i>. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.		
Bibliografia Complementar: FRAGOSO, João Luís. <i>Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro</i>. FURTADO, Celso. <i>A fantasia desfeita</i>. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. GIRÃO, Raimundo. <i>História econômica do Ceará</i>. 2. ed. Fortaleza: UFC (Casa de José de Alencar), 2000. NEVES, Frederico de Castro. <i>A multidão e a história: saques e outras ações de massas no Norte do Brasil</i>. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000. SOUSA, José Weyne de Freitas. <i>Política e seca no Ceará: um projeto de desenvolvimento para o Nordeste</i>. São Paulo: Tese de Doutorado (USP), 2009.		

Disciplina: Teoria do Desenvolvimento Econômico		
Semestre: Optativa	C. horária: 60 h	Formação:
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: O objetivo desse curso é discutir a relação entre estado e as teorias do desenvolvimento econômico. Considerando que as duas coisas estão correlacionadas, faremos uma abordagem histórica desde o pensamento econômico da antiguidade até a formação até o advento do estado de bem estar social, no século XX. Faremos abordagem geral sobre os seguintes temas: estado e economia na antiguidade, estado e economia na Idade Média, mercantilismo e os estados nacionais, fisiocracia e o papel dos estados, escolas clássicas liberais e o estado, intervencionismo social, intervencionismo nacional, socialismo, escolas hedonistas e neoclássicas, escola institucionalista, economia keynesiana, economia e dinâmica macroeconômica. Analisaremos a crise de 2008 a partir da seguinte questão: essa foi uma crise do capitalismo ou uma crise do estado de bem estar social? Com base nessa indagação discutiremos a relação entre estado e mercado.		
Bibliografia Básica: MARX, Karl. <i>O capital: crítica da economia política</i> . 31. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013. SCHUMPETER, Joseph Alois. <i>Teoria do desenvolvimento econômico</i> . Fundos de Cultura, 1961. WEBER, Max. <i>Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva</i> . Brasília, DF: Ed. UnB, 2014.		
Bibliografia Complementar: BUARQUE, Sergio C. <i>Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento</i> . 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2008. CANO, Wilson. <i>Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970)</i> . 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007. GIAMBIAGI, Fabio et al. <i>Economia brasileira contemporânea: 1945-2010</i> . 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier; Campus, 2011. PEREIRA, Luis Carlos Bresser; REGO, José Marcio (Org.). <i>A grande esperança de Celso Furtado: ensaios em homenagem aos 80 anos</i> . São Paulo: Editora 34, 2001. SAMUELSON, Paul A.; NORDHAUS, William D. <i>Economia</i> . 19. ed. Porto Alegre: McGraw Hill, 2012.		

Disciplina: Políticas Públicas: gênero, raça e geração		
Semestre: Optativa	Carga horária: 60h	Formação: CFP
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: Aspectos conceituais e metodológicos sobre políticas públicas de gênero, raça, geração e outras interseccionalidades, como sexualidade e deficiências. O histórico dilema entre políticas por redistribuição e de reconhecimento. O papel dos movimentos sociais nas transformações sócio-culturais, nas áreas dos direitos humanos, cidadania, exclusão social e violência contra mulheres, racismo, capacitismo, etc. Histórico da incorporação do Estado de políticas afirmativas (ou de cotas) de gênero, raça, geração e de pessoas com deficiência. O contexto atual das lutas por diversidade e o futuro de políticas pela igualdade com respeito às diferenças.		
Bibliografia básica: FRASER, Nancy. <i>Reconhecimento sem ética?</i> Lua Nova, São Paulo, v. 70, p. 101-138, 2007. MARIANO, Silvana Aparecida; CARLOTA, Mariano Cássia Maria. <i>Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família</i>. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 17(3): 312, setembro-dezembro/2009. MELLO, Luiz Mello; MAJORA, Walderes Brito, Daniela. <i>Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades</i>. Cadernos Pagu, v. 39, p. 403-429, jul.-dez. 2012.		
Bibliografia complementar: CAVENAGHI, Suzana (Org.). <i>Gênero e raça no ciclo orçamentário e controle social das políticas públicas: indicadores de gênero e de raça no PPA 2008-2011</i>. Brasília: CFEMEA, 2007. CASTRO, Mary Garcia. <i>Alquimias de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos</i>. Estudos Feministas, Rio de Janeiro, n. 0, 1992. CASTRO, Mary Garcia. <i>Políticas públicas por identidades e de ações afirmativas: acessando gênero e raça, na classe, focalizando juventudes</i>. Disponível em: http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/28334-28345-1-PB.pdf. MOTTA, Alda Britto da. <i>As dimensões de gênero e classe social na análise do envelhecimento</i>. Cadernos Pagu, v. 13, p. 191-221, 1999. YANNOULAS, Silvia Cristina. <i>Dossiê: políticas públicas e relações de gênero no mercado de trabalho</i>. Brasília: CFEMEA; FIG/CIDA, 2002. 93 p.		

Disciplina: Análise de dados dicotomizados		
Semestre: Optativas	C. horária: 45 h	Formação:
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: Análise de regressão logística simples; Análise de regressão logística múltipla; Análise de regressão de Cox simples; Análise de regressão de Cox múltipla; Análise de regressão de Poisson simples; Análise de regressão de Poisson múltipla; Análise de regressão binomial negativo simples e Análise de regressão binomial negativo múltipla. Aprender a elaborar banco de dados e fazer análise estatística utilizando o software Stata/R/Spss/Minitab.		
Bibliografia Básica: AGRESTI, Alan. <i>Analysis of Ordinal Categorical Data</i> . 2. ed. Hoboken: Wiley, 2010. MORETTIN, Pedro Alberto; BUSSAB, Wilton de Oliveira. <i>Estatística básica</i> . 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2011. 540 p. STEVENSON, William J. <i>Estatística aplicada à Administração</i> . São Paulo, SP: Harper & Row do Brasil, 1981. 495 p.		
Bibliografia Complementar: FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. <i>Curso de estatística</i> . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011. 320 p. LONG, J. Scott; FREEDMAN, Jeremy. <i>Regression Models for Categorical and Limited Dependent Variables</i> . Thousand Oaks: Sage, 2006. MCGRANE, Angela; SMAILES, Joanne. <i>Estatística aplicada à administração com Excel</i> . São Paulo: Atlas, 2002. SWEENEY, Dennis J.; (THOMAS ARTHUR). <i>Estatística aplicada à Administração e Economia</i> . 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011. xxi, 597 p. TAVARES, Marcelo. <i>Estatística aplicada à Administração</i> . 2007. Disponível em: http://cead.ufpi.br/conteudo/material_online/disciplinas/estatistica/download/Estatistica_completo_revisado.pdf		

Disciplina: História Econômica do Ceará		
Semestre: Optativa	C. horária: 60h	Formação:

Ementa: Nesse curso abordaremos a História Econômica do Ceará desde seu processo inicial de ocupação e colonização até o ciclo do automóvel na década de 20. Esse curso é formado pelos seguintes tópicos: as populações pré-coelhinhas, A economia do Ceará no primeiro século, o fracasso das catas, as oficinas ou charqueadas, a separação de Pernambuco – os governadores – Novos empenhos. A Junta da Fazenda, o algodão, Barba Alardo e Inácio de Sampaio, banco provincial, ainda o governo Alencar, o corte anatômico de 1850, ensaios e cometimentos, cana, café, cera de carnaúba, maniçoba, o colapso de 1877, de 1880 a 1920, o ciclo do automóvel.

Bibliografia básica:

FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIRÃO, Raimundo. *História econômica do Ceará*. 2. ed. Fortaleza: UFC, Casa de José de Alencar Programa Editorial, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. *Noiva da Revolução: elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes*. São Paulo: Boitempo, 2008.

Bibliografia Complementar:

CANO, Wilson. *Desequilíbrios regionais e concentração industrial no Brasil (1930-1970)*. 3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

FREYRE, Gilberto. *Nordeste*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.

GARCIA, Carlos. *O que é o nordeste brasileiro*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

SOUZA, Simone. *História do Ceará*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.

Disciplina: Museologia, Cultura, Memória e Educação Patrimonial		
Semestre: Optativa	C. horária: 60 h	Formação:
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: Museologia: conceito, teoria e contextos. Memória e Museus. O Museu e o Patrimônio Histórico e Cultural. Ação Cultural e Educativa em Espaços Museológicos no Brasil e no Ceará. Gestão, Planos e Projetos Museológicos. Patrimônio: conceito e características. Diferentes tipos de patrimônio. O patrimônio no Brasil. Metodologia da educação patrimonial. Pesquisas sobre Patrimônios nacional, regional e local. Preservação e reconhecimento do patrimônio. O patrimônio e o significado identitário da sociedade.		
Bibliografia Básica: CHOAY, Françoise. <i>A alegoria do patrimônio</i> . São Paulo: Estação Liberdade, 2001. MAGALHÃES, Fernando. <i>Museus, patrimônio e identidade: ritualidade, educação, conservação, pesquisa, exploração</i> . Porto: Profo, 2005. SUANO, Marlene. <i>O que é museu</i> . São Paulo: Brasiliense, 1986.		
Bibliografia Complementar: BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. <i>Diário Oficial da União</i> , Brasília, DF, 7 ago. 2000. MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. <i>A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações</i> . In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). <i>Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas</i> . São Paulo: Unesp, 1999. NASCIMENTO JÚNIOR, José do; CHAGAS, Mário (Org.). <i>Subsídios para a criação de museus municipais</i> . Rio de Janeiro: MEC: Instituto Brasileiro de Museu e Centros Culturais, 2009. SANTOS, Maria Célia Teixeira Moura. <i>O papel dos museus na construção da identidade nacional</i> . Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, v. 28, 1996. XAVIER, Antônio Roberto; SILVA, Ana Maria da; XAVIER, Lisimére Cordeiro do Vale. <i>Museu: real espaço de educação, cultura, história e memória</i> . In: VASCONCELOS, José Gerardo et al. (Orgs.). <i>História da educação: real e virtual em debate</i> . Fortaleza: Edições UFC, 2012.		

Disciplina: Direito Internacional		
Semestre: Optativa	C. horária: 60h	Formação: CFP
Ementa: Direito Internacional Privado: objeto; fontes; conflito de leis no espaço; elementos de conexão; teoria do retorno; nacionalidade; condição do estrangeiro (vistos, modalidades de saída compulsória); reconhecimento de atos jurídicos estrangeiros públicos e privados. Direito Internacional Público: objeto; taxonomia; personalidade jurídica internacional (Estados, organizações internacionais, indivíduos, situações particulares); fontes (tratado, costume, jurisprudência, princípios gerais de direito, doutrina, atos unilaterais dos Estados, resoluções de organizações intergovernamentais); <i>hardlaw</i> e <i>softlaw</i>; relações entre direito interno e direito internacional; solução de controvérsias no âmbito internacional; responsabilidade internacional dos sujeitos jurídicos; proteção internacional aos direitos humanos. Direito Comunitário: integração regional, harmonização dos direitos internos e supranacionalidade, direito originário e direito derivado; organizações internacionais regionais; contextos de integração regional relevantes para a lusofonia.		
Bibliografia básica: ALMEIDA, Elizabeth Accioly Pinto de. <i>Mercosul e União Europeia: estrutura jurídico-institucional</i>. 4. ed. atual. Curitiba: Juruá, 2010. DOLINGER, Jacob. <i>Direito Internacional Privado: parte geral</i>. 10. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2013. MELLO, Celso D. Albuquerque. <i>Curso de Direito Internacional Público</i>. 15. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2012. 2 v.		
Bibliografia Complementar: ACCIOLY, Hildebrando; SILVA, Geraldo Eulálio do Nascimento. <i>Manual de Direito Internacional Público</i>. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. COMPARATO, Fábio Konder. <i>A afirmação histórica dos direitos humanos</i>. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. CRETELLA NETO, José. <i>Contratos internacionais: cláusulas típicas</i>. Campinas: Millennium Editora, 2011. CRETELLA NETO, José. <i>Teoria geral das organizações internacionais</i>. 3. ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 2012. PIOVESAN, Flávia. <i>Direitos humanos e o direito constitucional internacional</i>. 14. ed. São Paulo: Max Limonad, 2013.		

Disciplina: Regimes Jurídicos de Prestação de Serviços Públicos		
Semestre: Optativa	C. horária: 60h	Formação: CFG
Ementa: Prestação direta de serviços públicos pelo Estado. A decisão de delegar: benefícios, custos, assimetria de informação. Precariedade, lucratividade e outras variáveis nas modalidades de contrato: concessão, permissão, autorização, franquia, terceirização, convênio, contrato de gestão (OS), termo de parceria (OSCIPI), parceria público-privada (PPP). Processos de licitação e contratação. Execução, acompanhamento e controle do contrato.		
Bibliografia básica: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. <i>Parcerias na Administração Pública: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras formas</i>. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2011. JUSTEN FILHO, Marçal. <i>Comentários à lei de licitações e contratos administrativos</i>. 15. ed. São Paulo: Dialética, 2012. OLIVEIRA, Ruth Helena Pimentel de. <i>Entidades prestadoras de serviços públicos e responsabilidade extracontratual</i>. São Paulo: Atlas, 2003.		
Bibliografia complementar: ARAGÃO, Alexandre Santos de. <i>Direito dos serviços públicos</i>. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013. DERANI, Cristiane. <i>Privatização de serviços públicos</i>. São Paulo: Max Limonad, 2002. FARAH, Marta Ferreira Santos. Parcerias, novos arranjos institucionais e políticas públicas locais. <i>Revista de Administração Pública</i>, v. 35, n. 1, p. 119-145, jan./fev. 2001. MEIRELLES, Hely Lopes. <i>Licitação e contrato administrativo</i>. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2010. MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. <i>Mutações do Direito Administrativo</i>. 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.		

Disciplina: Processo Decisório no Setor Público		
Semestre: 4º	C. horária: 45h	Formação: CFP
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: Especificidades da organização governamental e os condicionamentos na estrutura organização e nos processos. Organização e reorganização. Organogramas. Aproveitamento racional do espaço físico. Processos: fluxogramas e otimização. Condicionantes e componentes da estrutura organizacional: autoridade, responsabilidade e comunicação; estratégia, tecnologia, ambiente, pessoas e objetivos. Departamentalização. Centralização e Descentralização. Métodos e instrumentos de modernização de estruturas, sistemas e processos das organizações. Estruturas alternativas; tendências atuais. A função decisão no contexto da Administração. Administração como um processo de tomada de decisões empresarial: análise estratégica, alocação e mobilização dos recursos, especificações e desempenho. Tipos de decisão. Métodos e processos de tomada de decisão. Instrumentos para a tomada de decisão.		
Bibliografia Básica: CRUZ, Tadeu. <i>Sistemas, métodos e processos: administrando organizações por meio de processos de negócios</i> . 2. ed. São Paulo: Atlas, 2005. CURY, Antonio. <i>Organização e métodos: uma visão holística</i> . 8. ed. São Paulo: Atlas, 2006. LACHTERMACHER, Gerson. <i>Pesquisa operacional: na tomada de decisões</i> . 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009. 223 p.		
Bibliografia Complementar: BEAL, Adriana. <i>Gestão estratégica da informação: como transformar a informação e a tecnologia da informação em fatores de crescimento e alto desempenho nas organizações</i> . São Paulo: Atlas, 2012. il. FERREIRA, Gonzaga. <i>Negociação: como usar a inteligência e a racionalidade</i> . São Paulo: Atlas, 2008. MOTTA, Fernando Prestes; VASCONCELOS, Isabella Gouveia. <i>Teoria geral da administração</i> . São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. <i>Sistemas, organização & métodos: uma abordagem gerencial</i> . 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991. SILVA JÚNIOR, Antonio Batista da. <i>A empresa em rede: desenvolvendo competências organizacionais</i> . 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2007. 122 p.		

Disciplina: Administração de Materiais e Patrimônio no Setor Público		
Semestre: Optativa	C. horária: 60h	Formação: CFP
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: Administração de Materiais: principais conceitos aplicados à administração pública. Classificação, especificação e normalização de materiais. Gestão de estoques, dimensionamento de estoques, rotatividade de materiais, estoque mínimo, ponto de pedido e custos. Gestão de compras. Armazenagem: princípios, funções e arranjo físico das instalações. Gestão de transporte e logística. A administração do patrimônio público. Procedimentos para a administração patrimonial. Segurança patrimonial. A governança pública e a administração do patrimônio.		
Bibliografia Básica: BALLOU, Ronald H. <i>Logística empresarial: transportes, administração de materiais e distribuição física</i> . São Paulo: Atlas, 2000. DIAS, Marco Aurélio P. <i>Administração de materiais: princípios, conceitos e gestão</i> . São Paulo: Atlas, 2009. FENILI, Renato Ribeiro. <i>Gestão de materiais</i> . Brasília: ENAP.		
Bibliografia Complementar: DORNIER, Philippe-Pierre et al. <i>Logística e operações globais: Texto e Casos</i> . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2000. FRITZSIMMONS, Mona J. <i>Administração de Serviços: operações, estratégia e tecnologia da informação</i> . 7. ed. Porto Alegre: Bookman. JUNIOR, José Calasans. <i>Manual da licitação: Orientação Prática para o Processamento de Licitações, com Roteiros de Procedimento, Modelos de Carta-Convite e de Editais, de Atas de Sessões Públicas e de Relatórios de Julgamentos de Propostas</i> . 1. ed. São Paulo: Atlas, 2009. POZO, Hamilton. <i>Administração de recursos materiais e patrimoniais: Uma Abordagem Logística</i> . 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. TAYLOR, David A. <i>Logística na Cadeia de Suprimentos: uma Perspectiva Gerencial</i> . São Paulo: Pearson Education/Addison Wesley Brasil, 2006.		

Disciplina: Negócios de Impacto Socioambiental nos Países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)		
Semestre: Optativa	C. horária: 60h	Formação: CFP
Pré-requisito: Não tem.		

Ementa: Negócios de Impacto – definição e desenvolvimento; Negócios de Impacto X Filantropia; Os negócios de Impacto e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável; Conhecer os problemas sociais e a realidade dos Países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP); Como identificar um negócio de impacto social; Modelos de negócio aplicados aos Negócios de Impacto. Ecossistema empreendedor;		
Bibliografia Básica: ANASTACIO, M. R.; FILHO, Paulo R. A. Cruz; MARINS, James (Org.). <i>Empreendedorismo social e inovação social no contexto brasileiro</i> . Curitiba: Editora PUCPress, 2018. Disponível em: http://institutolegado.org/mat/ens-brasil-ebook.pdf BARKI, E.; COMINI, G.; TORRES, H. G. (Org.). <i>Negócios de impacto socioambiental no Brasil: como empreender, financiar e apoiar</i> . São Paulo: FGV, 2019. CELLI, J. B.; GONZÁLEZ, R. A. <i>Iniciativas de mercado con sectores de bajos ingresos y generación de valor econômico</i> . In: P. Márquez, E. Reficco, & G. Berger (Eds.). <i>Negocios inclusivos – Iniciativas de mercado con los pobres de Iberoamérica</i> . Bogotá, Colômbia: Amaral Editores, 2010.		
Bibliografia Complementar: ELKINGTON, John; HARTIGAN, Pamela. <i>Empreendedores sociais: o exemplo incomum das pessoas que estão transformando o mundo</i> . São Paulo: Campus Elsevier. INSTITUTO CIDADANIA EMPRESARIAL; FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO DE PROTEÇÃO A NATUREZA; MOVE SOCIAL; SENSE LAB. <i>Modelo C</i> . Disponível em: https://ice.org.br/wp-content/uploads/2018/10/Guia_Modelo_C.01.pdf OLIVEIRA, E. M. <i>Empreendedorismo social: da teoria à prática, do sonho à realidade</i> . Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 2008. OLIVEIRA, F. R.; VASCONCELLOS, J. <i>Os desafios da gestão nos negócios sociais e inclusivos: marco regulatório</i> . São Paulo: Instituto Walmart, 2011. YUNUS, M. <i>Creating a World without Poverty: Social Business and the Future of Capitalism</i> . New York: PublicAffairs, 2007.		

Disciplina: Gestão de Custos no Setor Público		
Semestre: Optativa	C. horária: 60h	Formação: CFP
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: Origem e elementos de custos. Classificação e nomenclaturas: Custos fixos e variáveis. Custos diretos e indiretos. Métodos de custeio: Direito e variável. Absorção. Sistemas de Custeio. Custo aplicado ao setor público. Norma Brasileira de Contabilidade CFC/NBC/TSP Nº 34 DE 18/11/2021.		

Bibliografia Básica:

BEULKE, Rolando; BERTÓ, Dalvio José. *Gestão de Custos e Resultado na Saúde: hospitais, clínicas, laboratórios e congêneres*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

CREPALDI, S. A. *Curso Básico de Contabilidade de Custos*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MAUS, Cezar Volnei; SOUZA, Marcos Antonio. *Gestão de Custos Aplicada ao Setor Público: Modelo para Mensuração e Análise da Eficiência e Eficácia Governamental*. São Paulo: Atlas, 2008.

Bibliografia Complementar:

HERNANDEZ, J. J. P.; COSTA, R. G.; OLIVEIRA, L. M. *Gestão estratégica de custos*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

LEONE, S. G. *Curso de contabilidade de custos*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, E. *Contabilidade de custos*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MANUAL DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO (MCASP). Disponível em: <https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2021/26>

NORMA BRASILEIRA DE CONTABILIDADE, NBC TSP 34, de 18/11/2021.

Disciplina: Gestão, Planejamento e Avaliação em Saúde**Semestre:** Optativa**C. horária:** 60h**Formação:****Pré-requisito:** Não tem.**Ementa:**

Compreensão e reflexão dos aspectos conceituais e das diferentes abordagens de gestão, planejamento e avaliação em saúde, em particular as metodologias estratégicas, assinalando potencialidades, limitações e aplicações práticas em diferentes níveis da realidade de saúde..

Bibliografia Básica:

BORGES, A. M. M. et al. *Avaliação de qualidade em serviços de saúde: uma revisão integrativa*. Revista Rede de Cuidados em Saúde, Universidade Unigranrio, v. 10, n. 1, p. 1-10, 2017.

LEAL, Juliana Alves Leite; MELO, Cristina Maria Meira de. *Processo de trabalho da enfermeira em diferentes países: uma revisão integrativa*. Rev. Bras. Enferm., Brasília, v. 71, n. 2, p. 413-423, Apr. 2018.

PAIM, Jairnilson Silva. *Sistema Único de Saúde (SUS) aos 30 anos*. Ciência & Saúde Coletiva, v. 23, n. 6, p. 1723-1728, 2018.

Bibliografia Complementar:

CASTRO, Marcia C. et al. *Brazil's unified health system: the first 30 years and prospects for the future*. Health Policy, v. 394, n. 10195, p. 345-356, July 27, 2019.

DASH, S., et al. *Big data in healthcare: management, analysis and future prospects*. J Big Data, 6, 54, 2019. <https://doi.org/10.1186/s40537-019-0217-0>

LIMA, Luciana Dias de; CARVALHO, Marília Sá; COELI, Cláudia Medina. *Sistema Único de Saúde: 30 anos de avanços e desafios*. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 34, n. 7, e00117118, 2018.

PARAST, M. M.; GOLMOHAMMADI, D. *Quality Management in Healthcare Organizations: Empirical Evidence From the Baldrige Data*. International Journal of Production Economics, 2019. doi:10.1016/j.ijpe.2019.04.011

PATRI, R.; SURESH, M. *Modeling the Enablers of Agile Performance in Healthcare Organization: A TISM Approach*. Glob J Flex Syst Manag, 18, 251–272, 2017. <https://doi.org/10.1007/s40171-017-0160-x>

Disciplina: Administração e Planejamento em Saúde		
Semestre: Optativa	C. horária: 60h	Formação: CFP
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: Introdução, conceitos e importância do planejamento em saúde. Histórico do Planejamento em Saúde. Planejamento em Saúde no Brasil. Planejamento em saúde: Métodos, Legislação, Recursos e Programação em saúde. Avaliação em saúde. Modelos de atenção em saúde. Intervenção nos serviços de saúde. Intervenção no setor saúde seguindo o Pensamento Estratégico Situacional. Plano de trabalho.		
Bibliografia Básica: BRASIL. Ministério da Saúde. <i>Gestão Municipal de Saúde: textos básicos</i> . Rio de Janeiro: Brasil. Ministério da Saúde, 2001. MATUS, C. <i>Política, Planejamento e Governo</i> . Brasília: Ipea, 1993. Políticas e Gestão em Saúde. Márcia Garcia (Org.) et al. <i>Rio de Janeiro: Escola de Governo em Saúde</i> , 2004. (Coleção Escola de Governo. Série Trabalhos de Alunos. Políticas e Gestão em Saúde; n.1 e 2)		
Bibliografia Complementar: BRASIL. Ministério da Saúde. Diretoria de Programas de Educação em Saúde. <i>Educação em saúde: histórico, conceitos e propostas</i> . MENDES, E. V. <i>Uma Agenda para a Saúde</i> . São Paulo: Hucitec, 1996. OLIVEIRA, Jr, M. <i>Crítérios para repasse dos recursos federais/Papel redistributivo do Governo Federal (MS) e estadual no financiamento da saúde: XI Conferência Nacional de Saúde. Textos Iniciais</i> . Junho 2000. RIVERA, F. J. U.; ARTMANN, E. <i>Planejamento e Gestão em Saúde: flexibilidade metodológica e agir comunicativo</i> . Ciênc. Saúde Coletiva, v. 4, n. 2, Rio de Janeiro, 1999.		

Disciplina: Tópicos Especiais em Administração Pública		
Semestre: Optativa	C. horária: 60h	Formação: CFP
Pré-requisito: Não tem.		
Ementa: Discussão de temas emergentes em uma das principais subáreas da Administração Pública, a saber: Estado, Governo e Políticas Públicas; Finanças Públicas e Orçamento; Gestão de Pessoas e Liderança na Gestão Pública; Planejamento e Gestão Estratégica no Setor Público; Economia Aplicada ao Setor Público; e Análise de Dados Aplicada ao Setor Público.		
Bibliografia Básica: BERGUE, Sandro Trescastro. <i>Gestão estratégica de pessoas no setor público</i> . São Paulo: Fórum, 2019. GIACOMONI, James. <i>Orçamento Público</i> . 17. ed. São Paulo: Atlas, 2022. IRELAND, R. Duane; HOSKISSON, Robert E.; HITT, Michael A. <i>Administração estratégica</i> . São Paulo: Cengage Learning, 2014. MATIAS-PEREIRA, José. <i>Gestão pública contemporânea</i> . 4. ed. São Paulo: Atlas, 2020. VASCONCELOS, Marco Antônio S.; GARCIA, Manuel E. <i>Fundamentos de Economia</i> . 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.		
Bibliografia Complementar: ANDERSON, David R.; SWEENEY, Dennis J.; WILLIAMS, Thomas A. <i>Estatística aplicada à administração e economia</i> . 8. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2020. GIACOMONI, James. <i>Finanças públicas: teoria e prática no Brasil</i> . 5. ed. São Paulo: Atlas, 2021. KAPLAN, Robert S.; NORTON, David P., orgs. <i>Organização orientada para a estratégia: como as empresas que adotam o balanced scorecard prosperam no novo ambiente de negócios</i> . Rio de Janeiro, RJ: Alta Books, 2019. ROBBINS, Stephen P. <i>Comportamento organizacional: teoria e prática no contexto brasileiro</i> . 14. ed. São Paulo: Pearson, 2012. SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de Souza; VALDEMIR, Pires. <i>Políticas públicas: conceitos, casos práticos, questões de concurso</i> . 3. ed. São Paulo: Cengage, 2020.		

4.8 FLEXIBILIDADE CURRICULAR

A flexibilidade curricular deverá conter até 20% da carga-horária total do curso. Neste sentido, estão disponibilizadas 200 horas de atividades complementares, mais 120 horas potencialmente desenvolvidas em outros cursos ou instituições, as chamadas disciplinas eletivas. No total, tem-se em torno de 10% da carga horária mínima do curso direcionados a atendimento ao requisito de flexibilização.

Do ponto de vista operacional, a coordenação do curso desenvolveu estrutura de controle das atividades dos alunos. Entende-se que cabe ao aluno a tarefa de administrar a sua realização de horas para fins do cumprimento das exigências de totalização das horas necessárias para sua graduação, conforme as regras da Unilab, devendo o mesmo procurar o órgão competente na coordenação do curso para validação dos comprovantes durante o Semestre letivo em curso, tendo como limite máximo a data de fechamento de notas do Semestre seguinte. Como diretriz de construção da carga-horária acima referida, recomenda-se sempre manter certa proporcionalidade fixa entre as diversas categorias similares em cada tipo e grupo de atividades.

4.9 APOIO AO DISCENTE

A proposta de formação do curso de graduação em Administração Pública, com foco no sucesso do estudante, busca assegurar a permanência destes, tendo em vista a conclusão dos cursos. Em função disso, é desenvolvida forte política de acompanhamento e assistência estudantil, integrada ao processo educativo com apoio em tutorias e bolsas de estudo. As pessoas que compõem a Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis (PROP AE) são responsáveis, neste momento, por esta função.

As atividades desta Pró-Reitoria são desenvolvidas através de suas duas coordenações Coordenadoria de Políticas Estudantis (COEST) e Coordenadoria de Assistência à Saúde do Estudante (COASE).

Atualmente, a COEST é composta por dois núcleos e uma seção:

- **Núcleo de Acompanhamento Social ao Estudante (NASE)** desenvolve ações com o objetivo de viabilizar e qualificar a permanência estudantil, em especial dos estudantes em situação de vulnerabilidade social e econômica, conforme disposto no Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Composta por assistentes sociais, a equipe realiza atividades de atendimento e acompanhamento social aos estudantes, presta orientações e esclarecimentos sobre direitos e deveres relacionados à política estudantil, bem como sobre outras políticas sociais de acesso à cidadania; desenvolve pesquisas de caráter socioeconômico e cultural com a finalidade de conhecer o perfil discente; define o público prioritário para a atribuição de auxílios a partir de análise socioeconômica; realiza o monitoramento e avaliação do(s) programa(s) de assistência estudantil em desenvolvimento;

a articulação com outras unidades gestoras da UNILAB com vistas ao encaminhamento dos estudantes para atendimento de suas necessidades.

- **Núcleo de Informação e Documentação de Assistência Estudantil (NIDAE)** responsável pela identificação, produção e organização de documentos relativos à operacionalização da Política de Assistência Estudantil na UNILAB, o NIDAE atua como colaborador na gestão do Programa de Assistência ao Estudante, zelando pelo cumprimento da Resolução Nº 001B, de 09 de Fevereiro de 2015 (complementa a Resolução 008/2014, de 23 de abril de 2014).

- **Seção de Esporte e Lazer (SEL)** oferece ações que envolvem atividades físicas, esportivas, culturais e de lazer, de qualidade para a comunidade interna e externa da UNILAB, voltadas para fins de educação, saúde, lazer, competição e cultura, oferecendo à universidade subsídios para o desenvolvimento de políticas cujo compromisso seja o de promover e qualificar a permanência institucional dos nossos estudantes, bem como fomenta a integração cultural e a reestruturação equânime de relações sociais em que se evidenciem exclusões, discriminações e/ou preconceitos de raça, gênero, etnia, sexualidade, origem geográfica, socioeconômica, linguagem ou em quaisquer de suas manifestações. As atividades são orientadas por educadores físicos e profissionais da área e são realizadas em parceria com a Secretaria Municipal da Educação de Redenção.

Vale destacar que a universidade possui uma academia de Musculação. Este equipamento é ligado administrativamente à PROPAE e a Pró-Reitoria de Administração (PROAD) e gerenciado pela SEL cujas finalidades são:

I oferecer ações que envolvam atividades físicas e esportivas de qualidade para a comunidade interna e externa da UNILAB, voltadas para fins de educação, saúde e integração sócio cultural;

II ampliar a oferta de atividades de extensão à comunidade na qual a UNILAB está inserida;

III complementar o desenvolvimento de programas de treinamento desportivo.

IV promover o esporte educacional na UNILAB, oportunizando a prática de

atividades físicas e esportivas contribuindo para o desenvolvimento afetivo, cognitivo, social, físico e motor dos membros da comunidade a qual a universidade está inserida;

- v desenvolver mecanismos de difusão de uma vida saudável;
- vi prover ações que contribuam com a prevenção ao uso de drogas.

A COEST, também, realiza:

O atendimento social ao estudante: realizado diariamente pela equipe de assistentes sociais do Núcleo de Acompanhamento Social ao Estudante (NASE). A equipe realiza atividades de atendimento e acompanhamento social aos estudantes por meio de visitas domiciliares e entrevistas, presta orientações e encaminhamentos sobre direitos e deveres relacionados à política estudantil, bem como sobre outras políticas sociais, benefícios e serviços de acesso à cidadania.

O Observatório da Vida Estudantil (Observe/UNILAB): surgiu em 2016 e tem como objetivo principal de conhecer e acompanhar as dinâmicas das trajetórias de vida estudantil, bem como vivências pessoais, acadêmicas, pedagógicas, determinantes psicossociais, marcadores de vulnerabilidades dentre outros elementos que perpassam a vida dos estudantes brasileiros e internacionais da UNILAB. Entender tais elementos é fundamental para viabilizar e dar visibilidade às ações e serviços para uma permanência estudantil exitosa.

O Programa de Assistência ao Estudante (PAES), administrado e executado pela Coordenação de Políticas Estudantis (COEST/ PROPAE) é financiado com recursos da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), regida pelo decreto nº 7.234/10 , e tem o objetivo de apoiar o acesso à direitos de assistência estudantil a estudantes matriculados em cursos de graduação presencial da UNILAB, cujas condições socioeconômicas são insuficientes para permanência no espaço universitário. O PAES é regulamentado pela Resolução N° 001B/2015 e por edital específico.

O programa institui os seguintes indicadores de vulnerabilidade socioeconômica para seleção dos estudantes beneficiários: renda per capita do grupo familiar de até um salário mínimo e meio vigente no país, moradia em unidade habitacional alugada ou financiada, situações de agravo de doenças no grupo familiar, trajetória de escolarização no Ensino Médio em escola pública, renda familiar instável e localização da moradia na zona rural. Os estudantes que apresentam esse perfil de vulnerabilidade socioeconômica poderão ser

atendidos pelo PAES desde que a universidade possua recursos financeiros para a realização da cobertura.

O PAES oferece ao estudante que possui perfil de vulnerabilidade socioeconômica seis modalidades de auxílio. São elas:

Auxílio Moradia: concedido com o objetivo de garantir condições de residência ao estudante cujo grupo familiar resida distante da sede do curso presencial no qual se encontre regularmente matriculado. O auxílio é concedido ao discente que resida fora da Zona Urbana dos municípios sede dos campi, ou àquele cujo acesso aos campi seja dificultado pela ausência de transporte regular, pela distância, ou por outros fatores devidamente justificados, com documentação pertinente.

Auxílio Instalação: concedido com o objetivo de apoiar os estudantes beneficiários do Auxílio Moradia a proverem condições de fixação de moradia, no que se refere à aquisição de mobília, eletrodomésticos e utensílios domésticos, que sejam essenciais ao funcionamento de uma residência.

Auxílio Transporte: concedido com o objetivo de complementar despesa com transporte para o deslocamento do estudante da sua residência até a sede do campus onde estuda.

Auxílio Alimentação: concedido com o objetivo de complementar a alimentação do estudantes.

Auxílio Social: concedido com o objetivo de apoiar estudantes em situação de elevado grau de vulnerabilidade socioeconômica na permanência na universidade, para casos em que não se apliquem os auxílios moradia e instalação.

Auxílio Emergencial: auxílio de natureza eventual e provisória, concedido de forma excepcional, enquanto perdurar a situação geradora do caráter emergencial, aos estudantes cujas condições de extrema vulnerabilidade socioeconômica ponham em risco sua permanência na Universidade. Tal modalidade de auxílio deverá ser solicitada via formulário eletrônico. O estudante poderá ser convocado para entrevista social.

Programa Bolsa Permanência - de acordo com o Manual de Gestão do Programa, é uma ação do Governo Federal de concessão de auxílio financeiro a estudantes matriculados em Instituições Federais de Ensino Superior em situação de vulnerabilidade socioeconômica e para estudantes indígenas e quilombolas. O recurso é pago diretamente ao estudante de

graduação por meio de um cartão de benefício.

A UNILAB realiza a gestão local do programa que tem por objetivos: I- viabilizar a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas; II reduzir custos de manutenção de vagas ociosas em decorrência de evasão estudantil; III promover a democratização do acesso ao ensino superior, por meio da adoção de ações complementares de promoção do desempenho acadêmico.

Poderá ser beneficiado pelo Programa Bolsa Permanência o estudante que acumular as seguintes condições: I. possuir renda familiar per capita não superior a um salário-mínimo e meio; II. estar matriculado em cursos de graduação com carga horária média superior ou igual a cinco horas diárias; III. não ultrapassar dois semestres do tempo regulamentar do curso de graduação em que estiver matriculado para se diplomar; IV. ter assinado Termo de Compromisso; V. ter seu cadastro devidamente aprovado e mensalmente homologado pela Instituição Federal de Ensino Superior no âmbito do sistema de informação do programa.

Na UNILAB a PROPAE realiza a gestão local do Programa e a COEST divulga chamadas públicas por meio de editais específicos para inscrição de novos estudantes.

A Coordenação de Assistência à Saúde Estudantil (COASE) em atendimento ao decreto de Lei da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES, 2010) tem a seguinte estruturação:

Núcleo de Assistência à Saúde do Estudante (NUASE): tem o propósito de promover ações em saúde, no âmbito individual e coletivo, que abrangem assistência e atendimento à saúde, à prevenção de agravos e promoção da saúde visando o bem-estar e a qualidade de vida do discente, contribuindo para sua permanência e conclusão de curso de graduação nesta Universidade.

O Núcleo é composto por uma equipe multiprofissional envolvendo médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e odontóloga. O atendimento pode ser agendado. Há uma escala disponível semanal. Ressalta-se que o atendimento para casos de urgência/emergência está restrito à comunidade acadêmica em atividade: estudantes, servidores (técnicos administrativos e docentes) e terceirizados/visitantes.

Setor de Acessibilidade (SEACE): visa garantir o acesso e inclusão de pessoas com deficiência à vida acadêmica, eliminando barreiras pedagógicas, arquitetônicas, comunicacionais, atitudinais e informacionais, além de promover o cumprimento dos

requisitos legais de acessibilidade. O setor é responsável por elaborar, executar e gerenciar ações e pesquisas realizadas na área de acessibilidade desta Universidade.

Ressalta-se que a universidade possui três intérpretes em Libras, dois vinculados ao Instituto de Linguagens e Literaturas e um no Instituto de Educação à distância. São responsáveis por realizarem atividades de atendimento aos Institutos, discentes e docentes desta Universidade no que concerne à avaliação, acompanhamento e assessoria de pessoas com deficiência e/ou eventos da Universidade.

O **Setor de Atenção Psicossocial (SATEPSI)** se propõe a receber os estudantes que desejem ser acompanhados por profissionais da Psicologia. A equipe disponibiliza ao corpo discente diversas modalidades de acompanhamento: atendimento clínico individual e em grupos; plantão psicológico; ações no âmbito psicopedagógico; escuta ativa dos estudantes; interlocuções com docentes; atividades interdisciplinares de promoção em saúde, ações de orientação profissional e planejamento de carreira, rodas de conversa. São trabalhados variados temas, como: acolhida ao estudante recém-chegado; adaptação à vida acadêmica, atenção às pessoas em situação de violência; questões de gênero, dentre outros, buscando oferecer espaços de acolhimento nos diversos desafios suscitados pelo cotidiano acadêmico.

A **Seção de Alimentação e Nutrição (SAN)**: é responsável pela Divisão de Alimentação e Nutrição (DAN). Possui como atribuições:

- a) Planejar, coordenar e executar as atividades administrativas da Seção;
- b) Organizar, administrar e avaliar as Unidades de Alimentação e Nutrição;
- c) Acompanhar, fiscalizar, avaliar e verificar a execução do serviço de fornecimento de refeições contratados pela UNILAB, conforme Boas Práticas de Alimentação e condições e critérios estabelecidos no termo de referência;
- d) Prestar assistência nutricional aos estudantes da UNILAB regularmente matriculados;
- e) Planejar programas de educação nutricional aos estudantes da UNILAB regularmente matriculados;
- f) Assessorar atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas à área de alimentação e nutrição.

Ressalta-se que a universidade possui um restaurante universitário porem cada um dos seus *Campi*. Os Restaurantes Universitários (RUs) da UNILAB têm como objetivos fornecer refeições nutricionalmente equilibradas, seguras do ponto de vista higiênico-sanitário e adequadas às necessidades nutricionais dos usuários a baixo custo, atuando como um dos

instrumentos da política de permanência dos jovens na educação superior pública federal. São usuários dos RUs estudantes dos cursos de graduação ou pós-graduação, na modalidade presencial ou à distância, servidores técnico- administrativos e docentes, funcionários das empresas terceirizadas à serviço da universidade e visitantes em caráter acadêmico-cultural.

Visando ainda o apoio ao estudante no âmbito acadêmico, um conjunto de medidas específicas deverá ser executado continuamente pelo corpo docente do curso de Medicina. Entre estas medidas estão: o encaminhamento dos alunos aos núcleos da PROPAE, de acordo com as demandas dos discentes; o estabelecimento e regularização de horários de atendimento ao discente pelo professor; o estímulo ao aluno para participar de programas de monitoria acadêmica e formação de grupos de estudos; promoção de seminários e mesas redondas promovendo o intercâmbio de conhecimentos curriculares e extracurriculares entre os países lusófonos, bem como discussões interdisciplinares entre as turmas em curso.

O Seminário de Ambientação Acadêmica (SAMBA) é uma ação realizada pela COEST/PROPAE em colaboração com as demais pró-reitorias da Unilab. O seminário ocorre nos períodos de entrada de estudantes ingressantes e tem como objetivos: promover o acolhimento e a ambientação à vida acadêmica; facilitar a integração intercultural ao ambiente acadêmico e à rotina universitária, contribuindo para a permanência estudantil no ensino superior; fomentar a socialização de informações sobre às questões de raça/etnia, gênero; prestar esclarecimentos sobre as legislações brasileiras aos estudantes internacionais e repassar informações sobre as ações desenvolvidas pela universidade no âmbito da permanência estudantil.

O Programa Pulsar (Resolução CONSEPE 31/2020), entretanto criado em 2014 na UNILAB, constitui-se em instrumento institucional permanente de acompanhamento e orientação acadêmica aos estudantes do primeiro ano dos cursos de graduação, na modalidade presencial, da Unilab, na forma de ações de tutoria.

São objetivos do Programa Pulsar: I - promover a adaptação do estudante à Unilab mediante a apresentação e a difusão da missão e dos paradigmas estatutários e normativos que orienta a instituição; II - contribuir para permanência qualificada do estudante do primeiro ano nos cursos de graduação, na modalidade presencial, da Unilab; III - orientar o estudante para uma transição tranquila e organizada da Educação Básica para a Superior; IV - promover ações que auxiliem fortalecimento do desempenho acadêmico dos estudantes com

vistas à construção de uma experiência acadêmica de excelência; V - fazer reconhecer, vivenciar e refletir sobre a interdisciplinaridade dos conhecimentos científicos e tecnológicos, assim como sobre as relações entre ensino, pesquisa e extensão e o ambiente universitário em geral; VI - incentivar a independência e autonomia, tornando o estudante empreendedor da sua própria formação e reflexivo sobre o próprio processo de aprendizagem; VII - contribuir para a integração sociocultural do estudante no ambiente acadêmico; VIII - habilitá-lo ou dar-lhe instrumentos para que faça escolhas curriculares e formativas condizentes com seus interesses e as normas da graduação.

4.10 CONVÊNIOS INTERNACIONAIS COM OUTRAS UNIVERSIDADES

Contemplando a inserção internacional da UNILAB, a Universidade mantém convênios com diferentes universidades internacionais. Entre os principais convênios internacionais da UNILAB, são citados:

Convênios internacionais ativos:

PAÍS	PARTÍCIPE	SIGLA
ARGENTINA	UNIVERSIDAD TECNOLÓGICA NACIONAL	UTN
CABO VERDE	UNIVERSIDADE DE CABO VERDE	UNICV
	UNIVERSIDADE DE SANTIAGO (CABO VERDE)	US
FRANÇA	INSTITUT NATIONAL DES SCIENCES APPLIQUEES	INSA-ROUEN
GUINÉ-BISSAU	UNIVERSIDADE AMÍLCAR CABRAL	UAC
MÉXICO	UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE YUCATÁN	UADY
MOÇAMBIQUE	UNIVERSIDADE PEDAGÓGICA	UP
PORTUGAL	ESCOLA SUPERIOR DE ENGERMAGEM DO PORTO	ESEP
	INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANÇA	IPB
	UNIVERSIDADE DE BEIRA INTERIOR	UBI
	UNIVERSIDADE DE COIMBRA	UC
	UNIVERSIDADE DO ALGARVE	UALG
SÃO TOMÉ & PRÍNCIPE	UNIVERSIDADE DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE	USTP

Convênios internacionais em trâmite:

4.11 ACESSIBILIDADE METODOLÓGICA E INSTRUMENTAL

A resolução CONSUNI/UNILAB nº 55, de 16 de Dezembro de 2021 aprovou e instituiu a política de Inclusão e Acessibilidade na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia AfroBrasileira (UNILAB), cujo objetivo é garantir que todos os alunos tenham acesso igualitário às ferramentas e métodos de ensino. Dentre as ações decorrentes da

resolução, tem-se o desenvolvimento de materiais didáticos acessíveis, uso de tecnologias assistivas, e formação contínua para docentes sobre práticas inclusivas.

4.12 MONITORIA

O Programa de Bolsa de Monitoria (PBM) está vinculado à Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) em conjunto com os cursos de graduação, e tem como objetivo contribuir para o processo de aprendizagem dos estudantes, promovendo maior interação entre discentes monitores, discentes matriculados nas disciplinas e docentes ministrantes das disciplinas ofertadas neste edital. O principal objetivo do programa consiste em apoiar o aprendizado dos alunos através de tutoria especializada, através de ações tais como a contratação de monitores para auxiliar nas disciplinas, realização de sessões de estudo em grupo, e criação de espaços para esclarecimento de dúvidas.

4.13 NIVELAMENTO

A UNILAB possui um conjunto de cursos de nivelamento para seus estudantes com o objetivo de preparar seus alunos para as exigências acadêmicas dos diferentes cursos. Como ações desenvolvidas, oferece cursos de nivelamento em disciplinas fundamentais e atividades preparatórias para exames e avaliações. O programa Inglês sem Fronteiras (IsF) é um exemplo destes cursos, e oferta aplicações gratuitas do teste de nivelamento em língua inglesa TOEFL ITP a alunos de graduação, mestrado e doutorado de 57 universidades federais credenciadas como centros aplicadores do programa.

4.14 INTERMEDIÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE ESTÁGIOS NÃO OBRIGATÓRIOS REMUNERADOS

O Serviço de Estágio Curricular (SEC) é uma divisão da Coordenação de Projetos e Acompanhamento Curricular (CPAC), diretamente vinculada à Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). É responsável por propor e acompanhar a implementação das políticas de estágio da UNILAB e tem como objetivos facilitar a inserção dos alunos no mercado de trabalho, bem como desenvolver ações que viabilizam a realização dos estágios obrigatórios e não obrigatórios dos cursos de graduação da Universidade.

O Serviço de estágio é definido a partir da resolução CONSEPE/UNILAB n. 87, de 10 junho de 2021/ que altera e reedita as anteriores 15/2017, de 27 de junho de 2021; e a resolução 15/2016 , com o intuito de promover a integração do saber acadêmico à prática

profissional e dentre suas atividades, inclui parcerias com empresas para a oferta de estágios, orientação sobre elaboração de currículos e preparação para entrevistas, e acompanhamento do progresso e feedback dos alunos em estágio.

4.15 APOIO PSICOPEDAGÓGICO

O Serviço de Apoio Pedagógico a Estudante é um local que promove atividades que contribuem para a permanência e o sucesso acadêmico dos(as) estudantes. Tem como objetivo oferecer suporte emocional e pedagógico para enfrentar desafios acadêmicos e pessoais. Dentre as várias atividades realizadas, destaca-se os atendimentos sejam eles individualizados ou em grupos, com a disponibilização de psicólogos e pedagogos, realização de oficinas sobre habilidades socioemocionais, e apoio na gestão do estresse e ansiedade.

4.16 PROTEÇÃO DOS DIREITOS DE PESSOAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (LEI 12.764/2012)

O NIADI é um núcleo associado à Coordenação de Direitos Humanos e Ações Afirmativas (CDHAA/PROPAAE) e tem como objetivo desenvolver um ambiente universitário inclusivo, com ações efetivas que possibilitem a progressão acadêmica de estudantes com deficiência e/ou dificuldade de aprendizagem matriculados na Universidade, além de acompanhar e desenvolver ações para contribuir com a adaptação acadêmica dos estudantes que declararem algum tipo de deficiência, trabalhando com uma perspectiva integrada e colaborativa, através da integração estabelecida com os coordenadores, docentes e demais setores da instituição.

4.17 CENTROS ACADÊMICOS

Os Centros Acadêmicos são formados a partir da associação de estudantes, classificados, do ponto de vista jurídico, como associações civis. Tem como objetivo enriquecer a experiência acadêmica e cultural dos alunos, Neste cenário, a UNILAB conta atualmente com 5(cinco) Centros Acadêmicos (CA), além de outros 2(dois) que estão em processo de efetivação.

Os cursos de graduação que já possuem uma organização estudantil são o curso de Humanidades, as graduações de Administração Pública, Letras, Agronomia e Ciências da

Natureza e Matemática. Já os cursos de Enfermagem e Engenharia de Energias estão em processo de construção de uma entidade formal.

4.18 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS DE ENSINO-APRENDIZAGEM

A avaliação, entendida como integrante do processo de ensino-aprendizagem, deve ser favorecedora do crescimento do aluno em termos de desenvolver o pensamento crítico, a habilidade de análise, reflexão sobre a ação desenvolvida e coerente com uma concepção de educação, ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, a sistemática de avaliação da aprendizagem será feita com base nas normas estabelecidas pela Resolução N°27 Consup de 11 de novembro de 2014, da UNILAB, lembrando que o professor deve adotar um sistema de avaliação acadêmica baseado na função diagnóstica, formativa e somativa.

Esse processo avaliativo é contínuo e composto de vários instrumentos: provas e trabalhos escritos (resumos, resenhas, artigos), seminários, debates, pesquisa e produção intelectual, estudo dirigido, além da autoavaliação individual e grupal. De acordo com a Resolução N°27/Consup de 11 de novembro de 2014, o docente tem autonomia para definir com a turma o processo avaliativo e realizar o número de avaliações que julgar necessário para o aproveitamento dos discentes. A avaliação é composta por avaliações progressivas e o Exame Final. É prevista análise de aprovação ou reprovação do aluno por sua frequência e pelo desempenho de notas:

- a) No caso da avaliação por frequência, fica definido que, nos cursos presenciais, o aluno deverá ter uma frequência mínima de 75% em cada disciplina para não ser reprovado;
- b) Na avaliação por nota de desempenho, e utilizado o sistema de notas de 0 a 10, a Média Parcial obtida deve ser igual ou superior a 7,0 (sete). A Média Parcial é obtida pela média aritmética de todas as avaliações obtidas pelo aluno ;
- c) O aluno que obtiver Média Parcial (MP) igual ou superior a 04 (quatro) e inferior a 07 (sete) e assiduidade igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) terá direito a realizar o Exame Final (EF);
- d) Para ser aprovado, após o Exame Final, deverá obter Média Final igual ou superior a 05 (cinco). A Média Final é calculada da seguinte forma: MF=

(MP+EF)/2;

- e) O aluno que obtiver Média Final inferior a 5,0 (cinco) será registrado no Sistema Acadêmico como Reprovado por Média

Deve-se também avaliar a disciplina e seu desempenho, objetivando detectar falhas cometidas que serão corrigidas no planejamento da disciplina, contribuindo para a melhoria da qualidade do profissional que se pretende formar.

5. RECURSOS

5.1 CORPO DOCENTE

De acordo com a Lei de criação da Unilab, com a finalidade de cumprir sua missão institucional específica de formar cidadãos aptos a contribuir para a integração dos países membros da CPLP, especialmente os países africanos, para o desenvolvimento regional e para o intercâmbio cultural, científico e educacional com os países envolvidos, a Unilab observa os seguintes pontos:

- a) O quadro de professores da Unilab deverá ser formado mediante seleção aberta aos diversos países envolvidos, e o processo seletivo versa sobre temas e abordagens que garantam concorrência em igualdade de condições entre todos os candidatos de forma a estimular a diversidade do corpo docente;
- b) A Unilab poderá contratar professores visitantes com reconhecida produção acadêmica afeta à temática da integração com os países membros da CPLP, especialmente os países africanos, observadas as disposições da Lei no 8.745, de 9 de dezembro de 1993 e da Lei nº 12.772 de 2012;
- c) Os processos de seleção de docentes serão conduzidos por banca com composição, respeitando as resoluções que normatizam a temática, como se segue: Resolução 005, de 22 de março de 2013; Resolução 006, de 08 de abril de 2013; Resolução 008, de 20 de abril de 2013 e a Resolução 012 de 23 de julho de 2013.

Os docentes da Unilab estão submetidos às seguintes leis: 7.596, de 10 de abril de 1987, 11.784, de 22 de setembro de 2008, bem como o Regime Jurídico instituído pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Além disso, aplicam-se aos cargos efetivos de professor da Carreira de Magistério Superior as disposições da Lei no 11.344, de 8 de setembro de 2006.

O docente da Unilab deve:

- a) Conhecer o projeto da Unilab e por ele sentir-se co-responsável;
- b) Reconhecer o papel integrador e particular da Unilab, sua missão e objetivos institucionais;
- c) Interagir com a comunidade interna e externa com respeito, ética e efetividade, promovendo a cidadania e inclusão social;
- d) Ter pleno domínio do conhecimento, mantendo-se atualizado sobre os avanços nas áreas do saber nas quais atua;
- e) Comprometer-se permanentemente com a produção de novos conhecimentos;
- f) Disseminar o conhecimento por meio do Ensino, da Pesquisa e da Extensão;
- g) Estimular a criação cultural, o desenvolvimento do espírito científico e crítico, e do pensamento reflexivo nos alunos;
- h) Buscar atender as necessidades dos diversos setores da sociedade e estabelecer, com essa, uma relação de reciprocidade;
- i) Discutir com os alunos os problemas contemporâneos, em particular, os nacionais e regionais;
- j) Contribuir para a gestão da Universidade;
- k) Contribuir para o desenvolvimento humano sustentável; e,
- l) Investir permanentemente na sua formação didático-pedagógica.

5.2 ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

Instituído pela Portaria do Ministério da Educação, nº 147/2007, e está regulamentado na Unilab pela Resolução do Conselho Universitário nº 15/2011. Conforme o previsto na Resolução nº 15/2011 – Consup/Unilab, o Núcleo Docente Estruturante (NDE) possui atribuições acadêmicas de acompanhamento do curso, com atuação no “processo de concepção, consolidação e contínua atualização do Projeto Pedagógico do Curso”. (Art. 2º). É uma Instância autônoma, colegiada e interdisciplinar, tem suas atribuições definidas pela referida resolução e vincula-se à Coordenação do Curso. O

NDE é constituído por um mínimo de cinco professores doutores com Dedicação Exclusiva, todos membros do Corpo Docente do Curso, sob a presidência nata do Coordenador do Curso e tem as seguintes atribuições:

- a) Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;
- b) Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;
- c) Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;
- d) Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação de Administração.
- e) Coordenar as atividades de avaliação do projeto pedagógico do curso

Atualmente, compõem o NDE do Curso de Administração Pública presencial, Bacharelado os professores:

- Dr. Alexandre Oliveira Lima
- Dr. Eduardo Soares Parente
- Dr. Hugo Azevedo Rangel de Moraes
- Dr. Luis Miguel Dias Caetano
- Dra. Maria Vilma Coelho Moreira Faria
- Dr. Sérgio Henrique de Oliveira Lima

A presidência do NDE é do(a) Coordenador(a) de Curso.

5.3 FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

O Colegiado do Curso de Administração Pública presencial é o órgão com função normativa, deliberativa e consultiva do planejamento acadêmico concernente às atividades de pesquisa, ensino e extensão. Sua composição e funcionamento são definidos pelo Regimento Geral da Unilab.

O colegiado é composto pelo coordenador do curso, por um representante docente de cada uma dos seus setores de estudo.

São atribuições do colegiado do Curso de Administração Pública presencial:

- a) Cumprir e fazer cumprir as normas da graduação em sua totalidade;
- b) Elaborar o seu regimento interno;
- c) Discutir e deliberar sobre as questões relativas à análise do Projeto Pedagógico do Curso e sobre as alterações necessárias encaminhadas

pelo Núcleo docente Estruturante;

- d) Julgar as solicitações de afastamento de docentes do Curso, nos casos de participação em eventos científicos e atividades acadêmicas;
- e) Analisar e aprovar os planos de ensino das obrigatórias e optativas do Curso, propondo alterações quando necessárias;
- f) Emitir parecer sobre processos de transferência interna e externa de alunos a serem admitidos ou desligados do Curso;

5.4 ATUAÇÃO DO COORDENADOR

O coordenador de curso de Administração Pública presencial, tem como responsabilidade coordenar todas as ações de competência do colegiado do curso previstas nos Artigos 49 e 50 do Estatuto da Unilab.

O Coordenador do Curso de Graduação em Administração Pública presencial desenvolve ações promotoras e incentivadoras do desenvolvimento da qualidade do ensino-aprendizagem para as disciplinas obrigatórias, optativas e atividades complementares. Seu principal objetivo de ação é com a formação de profissionais altamente qualificados e comprometidos com as questões da sociedade e, assim, preparados para responder às demandas sociais e de mercado de trabalho na área de Administração Pública. Desse modo, é o responsável direto pela implementação, acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico do Curso.

O/A coordenador/a do curso é membro do Conselho da Unidade Acadêmica, conforme estatuto da universidade.

5.5 REGIME DE TRABALHO DO COORDENADOR DO CURSO

O(A) Coordenador do Curso de Administração Pública deverá ser em regime de 40 (quarenta) horas semanais e, preferencialmente, em dedicação exclusiva.

5.6 CARGA HORÁRIA DA COORDENADORA DO CURSO

A carga horária do(a) Coordenador(a) do Curso de Administração Pública é de 20 horas semanais, reservadas para o planejamento das ações demandadas pelas disciplinas

deste PPC, relativas às questões didático, pedagógicas e metodológicas, reservando uma parte das horas para o atendimento aos docentes e discentes.

5.7 CORPO DISCENTE

O curso de Administração Pública, presencial da Unilab, dos *Campi* do Ceará tem em 2024.2, trezentos e trinta e seis alunos matriculados.

5.8 INFRAESTRUTURA

O Curso de Administração Pública, presencial, dispõe de uma sala para coordenação que é composta pelo colegiado do curso, seu coordenador, a representação estudantil e técnico administrativo. O Campus das Auroras, no Ceará, onde funciona o curso, conta com blocos didáticos, onde funcionam salas de aula equipadas de *datashow* e quadros brancos. As aulas do curso de Administração Pública, presencial, funcionam nesses blocos didáticos, que possuem estrutura de anfiteatro, cantinas, áreas de lazer e banheiros.

As disciplinas Informática para Administradores e Metodologia de Trabalho Científico são ministradas nos laboratórios de informática nos Campi da Liberdade e das Auroras, que possuem cinquenta computadores, respectivamente, com acesso a internet.

Esta estrutura é complementada com a disponibilidade de espaço de estudo e de materiais de pesquisa, acervo bibliográfico da biblioteca da universidade, com acervo de livros previsto para atender adequadamente a todas as demandas da bibliografia básica e da bibliografia complementar do curso. Além disso, a biblioteca da Unilab conta com a assinatura dos periódicos CAPES, uma base de dados com amplo acervo eletrônico que contempla diversas áreas do conhecimento e proporciona ao discente e ao docente uma rica fonte de pesquisa acadêmica.

A Unilab dispõe também de infraestrutura geral para atendimento pleno do aluno, tais como: banheiros, espaços de convivência, refeitório, anfiteatro, auditório etc. Todos os espaços contemplam requisitos condizentes com as atividades desenvolvidas em várias dimensões, tais como: limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta.

É garantido aos portadores de necessidades especiais um amplo acesso a todas as dependências, aos equipamentos e a áreas de atividades de ensino, pesquisa e

extensão da Unilab. São exemplos desta condição: rampas de acesso, espaços reservados, capacidade de acesso às dependências acadêmicas e administrativas etc. As ações para a garantia de acesso e serviços agregados serão pautadas no Decreto N° 5.296 de dezembro de 2004 ou em outra legislação que vier em sua substituição ou complemento.

6. PROCESSO DE AVALIAÇÃO

6.1 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A UNILAB possui processo de avaliação institucional próprio realizado pela Comissão Própria de Avaliação - CPA. A CPA é uma equipe formada por representantes de todas as esferas da comunidade acadêmica e é responsável pelos processos de autoavaliação na instituição. No âmbito da educação superior, a CPA foi instituída pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que estabelece instrumentos para avaliar as Instituições de Ensino Superior.

A autoavaliação será realizada por meio de processo cíclico de diagnóstico acerca do desempenho do curso e da IES. Através desse processo se busca o reconhecimento e identificação de fragilidades e potencialidades além de analisar os serviços oferecidos e prestados ao público ao mesmo tempo que se intenta a uma melhoria e adequação contínua da instituição.

Adicionalmente, esse processo será realizado por meio de metodologias e instrumentos de pesquisas desenvolvidos e aperfeiçoados na instituição e conta com a colaboração de toda a comunidade acadêmica formada por estudantes, professores e técnicos administrativos em educação (TAEs) e representante da sociedade civil.

Na UNILAB, a CPA foi criada por meio das Portarias GR nº 446 de 5 de novembro de 2012 e nº 91 de 11 de março de 2013. A consolidação dos resultados obtidos a partir da avaliação institucional da UNILAB possibilitará às diversas hierarquias internas uma maior compreensão da realidade ao mesmo tempo em que serve como instrumento de apoio e/ou suporte para a tomada de decisão e planejamento estratégico, contribuindo no aumento de credibilidade da instituição em outros seus segmentos como ensino, pesquisa e extensão.

6.2 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO

A avaliação inerente ou interna consiste no processo contínuo e participativo de autoconhecimento do curso, de análise da sua realidade, da sua organização e de sua realidade, da sua estrutura organizacional e de sua ação, buscando sistematizar

informações, interpretando-as para identificar os avanços e dificuldades com o objetivo de estabelecer mecanismos que alcancem a melhoria dos processos acadêmicos.

Nesse sentido, o Curso de Administração Pública da UNILAB, na modalidade presencial, será avaliado, em primeira instância, pelos três componentes principais do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES): 1) a avaliação das instituições, 2) dos cursos e 3) do desempenho dos alunos.

O roteiro proposto pelo INEP/MEC para a avaliação das condições do ensino integra procedimentos de avaliação e supervisão a serem implementados pela UNILAB em atendimento ao artigo 9º, inciso IX, da Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - e às determinações legais e regimentais do Ministério da Educação, especialmente ao disposto na Lei nº 10.861/2004. As especificações de cada atividade do SINAES nortearão a execução das atividades do curso, com a finalidade de alcançar o reconhecimento institucional definido, além de buscar a excelência no atendimento aos critérios definidos.

A avaliação do curso consiste em um mecanismo próprio, interno e participativo para melhor conhecimento do curso como análise: i) da sua realidade; ii) da sua organização e; iii) da sua ação. Com isso se busca coletar informações, organizar e sistematizar todos os dados para interpretar melhor a realidade do ambiente, identificando as dificuldades e os avanços, com o intuito de estabelecer mecanismos que alcancem a melhoria nos processos acadêmicos.

Oportunamente o próprio curso, através do seu Núcleo Docente Estruturante - NDE poderá construir um instrumento de avaliação diagnóstica para avaliar a percepção do corpo discente sobre os aspectos de Organização Didático-Pedagógica (PPC do curso); Coordenação do Curso; projetos de pesquisa e extensão do corpo docente e; da infraestrutura física que atende o curso e seu público (docentes e discentes).

Nesse sentido, a avaliação do curso, seja através do que já é devido pelo SINAES e pelo próprio curso, através de seu NDE, a concepção e desenvolvimento do curso, será pautada na análise da coerência das práticas com os objetivos e diretrizes gerais da UNILAB para a execução de um Projeto Pedagógico de Curso -

PPC.

Tanto a avaliação interna e institucional aplicada semestralmente quanto os procedimentos aqui descritos para a avaliação do curso deverão estar em sinergia um com o outro para que os resultados contribuam para o processo contínuo de aprimoramento do PPC do Curso de Administração Pública.

6.3 AVALIAÇÃO DO DISCENTE

O docente de cada disciplina elaborará um plano de ensino no qual deverá constar a forma, critérios, datas e pesos de cada avaliação. A avaliação do discente nas disciplinas deverá ser realizada por meio de aplicação de provas e outras tarefas que permitam verificar a assimilação progressiva dos conhecimentos adquiridos; aplicação de trabalhos individuais com o intuito de avaliar a capacidade de absorção de conhecimentos obtidos ou ainda, aferição por meio de exames para mensurar o domínio do conjunto do conteúdo lecionado e cumprido em cada disciplina.

A avaliação em cada disciplina será feita por meio da observância dos índices mínimos de aprovação e permanência estabelecidos pela UNILAB. A menção obtida pelo aluno na disciplina será lançada no histórico escolar, sendo ela, com equivalência numérica.

A avaliação de aprendizagem compreende a apuração do aproveitamento obtido através de qualquer técnica ou instrumento que seja aplicado durante o semestre em cada disciplina durante o período letivo, o qual é expresso em uma única nota final, numa escala numérica de 0 a 10.

Em cada disciplina, os estudantes que obtiverem aproveitamento igual ou maior que 7 ao final do período letivo serão considerados aprovados por média, desde que cumpridos, no mínimo, 75% de frequência das atividades didáticas programadas. Os estudantes com média inferior a 4 serão reprovados independentemente da frequência. Os estudantes com aproveitamento inferior a 7 e superior ou igual a 4 terão a possibilidade de realizar uma avaliação final, cuja forma será determinada pelo professor responsável pela disciplina desde que observada a exigência de cumprimento de, no mínimo, 75% de frequência. A nota final será resultado da média

das somas da avaliação final e do registro final das atividades acadêmicas. Para aprovação do estudante, esta não pode ser inferior a 5.

Além de aplicação de provas, os discentes poderão ser avaliados também através de: i) técnicas que abrangem, por exemplo: entrevistas, observações científicas, realização de eventos pedagógicos, aplicação de testes de conhecimento, e supervisão de atividades discentes; ii) instrumentos, destacando dentre eles testes e provas escritas, pareceres analíticos, registros e anotações organizados para fins determinados, trabalhos individuais ou em equipe, e apresentação oral.

Todas as técnicas e instrumentos que poderão ser utilizados para avaliar o processo de ensino e aprendizagem dos discentes deverão estar claramente definidos e explicitados no plano de cada disciplina, disponibilizado em formato físico ou digital e de forma clara e sucinta para o bom entendimento dos discentes. Independentemente da forma de avaliação, se como técnica ou instrumento, será preciso ter como referência para tal as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Administração Pública assim como a Resolução CONSUNI nº 27, de 11 de novembro de 2014, que dispõe sobre normas gerais para regulamentar a Avaliação da Aprendizagem nos cursos de graduação presencial da UNILAB.

6.4 AVALIAÇÃO DOCENTE

A avaliação do professor em sala de aula dar-se-á de acordo com aspectos relacionados ao cumprimento, domínio e segurança do conteúdo, metodologia utilizada, pontualidade e assiduidade, postura ética e exposição do conteúdo, relacionamento com os discentes da disciplina e quanto ao material didático utilizado.

Há que se observar oportunamente que a avaliação docente dependerá do que se deseja avaliar em específico, como, por exemplo, o período de estágio probatório progressão funcional do docente. As normas da UNILAB que disciplinam o processo de avaliação de professores podem ser dirimidas pelo Comissão Permanente de Pessoal Docente - CPPD. Dentre os documentos que balizam a referida avaliação docente, citam-se resoluções e seus anexos, a seguir:

- i) RESOLUÇÃO COMPLEMENTAR AD REFERENDUM CONSEPE/UNILAB nº06/2024 e seus anexos.
- ii) RESOLUÇÃO CONSEPE/UNILAB No 309, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2024 e seus anexos e
- iii) Resolução Complementar CONSEPE/UNILAB Nº 05, de 19 de junho de 2023 e seus anexos.

Para além das avaliações aqui citadas, o sistema de avaliação do docente, a ser discutido e aprovado no colegiado do curso, deverá abranger a avaliação do desempenho do docente do curso, a ser realizada através de questionário respondido pelo discente, nas disciplinas ministradas por cada docente.

Entende-se que o processo de melhoria contínua do curso passará, obrigatoriamente, pela avaliação que os discentes farão relativas às disciplinas cursadas e pela análise que os respectivos docentes realizarão com base nos resultados da avaliação considerando a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

7. INTERNACIONALIZAÇÃO DO CURSO

A internacionalização do curso de graduação em Administração Pública constitui-se como um desafio fundamental no espaço global da ciência e, no caso da UNILAB, como um elemento essencial para cumprimento da sua missão institucional conforme previsto no artigo 2º dos Estatutos “formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP)” (Resolução complementar CONSUNI nº 3, de 4 de dezembro de 2020).

A internacionalização do curso encontra-se em consonância com a Resolução Nº 100/2002 que apresenta as Diretrizes de internacionalização da UNILAB e a Resolução Nº 79/2002 que institui o Programa de Mobilidade Internacional da UNILAB.

Nessa perspectiva, a internacionalização do curso surge como oportunidade para promover uma formação mais abrangente e globalizada, preparando os estudantes, nacionais e estrangeiros, para atuar num mundo interconectado.

Visando a internacionalização do curso, poderão ser promovidas as seguintes iniciativas:

- Mobilidade Internacional: promoção da mobilidade acadêmica contemplando estudantes e docentes. Este programa enquadra-se nas ações previstas pelo Programa de Mobilidade Internacional (PMI) da UNILAB e é executado através de editais do PMI que contemplarão os estudantes com status ativo;
- Integração curricular de temas relacionados com a CPLP: as ementas das disciplinas

incluem temas e bibliografia que permitem o conhecimento e a análise de múltiplas dimensões das políticas públicas dos países parceiros da UNILAB, possibilitando uma abordagem que amplia a compreensão dos estudantes sobre a administração pública em âmbito global e os prepara para desafios internacionais.

- Eventos com convidados internacionais: promoção de palestras, seminários e outras iniciativas que contem com a participação de especialistas estrangeiros na área de administração pública. Essas interações permitem que os estudantes tenham contato direto com diferentes perspectivas e experiências, ampliando seu conhecimento e networking.
- Projetos de pesquisa e extensão internacional: estímulo para a participação em projetos de pesquisa e extensão que envolvam parcerias com instituições estrangeiras. Essas colaborações potencializam estudos comparativos, troca de experiências e ações conjuntas que contribuem para a produção de conhecimento e impacto social em âmbito internacional.
- Participação em eventos internacionais: os estudantes e docentes são incentivados a participar em conferências, congressos e eventos internacionais relacionados com temas abordados no curso. Essas oportunidades permitem um alargamento de conhecimento sobre tendências e debates globais e permitem que os alunos compartilhem suas pesquisas e conheçam profissionais e estudantes de diferentes países.

A internacionalização do curso de graduação em Administração Pública proporcionará aos estudantes uma visão ampla e global da área, preparando-os para desafios transnacionais e promovendo a troca de conhecimentos e experiências. Essas propostas contribuem para que os estudantes desenvolvam competências interculturais, expandam sua rede de contatos e se tornem profissionais mais preparados para atuar em um mundo cada vez mais globalizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATLAS do desenvolvimento humano no Brasil. Brasília: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Fundação João Pinheiro, 2013. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436/2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras. Diário Oficial da União: Brasília, 18 ago. 2025.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cidades: dados do município**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/v3/cidades/municipio/2306504>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Estados: dados do Estado do Ceará**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ce>. Acesso em: 10 jun. 2025.
- BRASIL. **Lei nº 7.596**, de 10 de abril de 1987. Altera dispositivos sobre pessoal docente das instituições federais de ensino. Diário Oficial da União: Brasília, 13 abr. 1987.
- BRASIL. **Lei nº 8.112**, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União. Diário Oficial da União: Brasília, 12 dez. 1990.
- BRASIL. **Lei nº 8.745**, de 9 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado. Diário Oficial da União: Brasília, 10 dez. 1993.
- BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: Brasília, 23 dez. 1996.
- BRASIL. **Lei nº 10.861**, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Diário Oficial da União: Brasília, 15 abr. 2004.
- BRASIL. **Lei nº 11.344**, de 8 de setembro de 2006. Dispõe sobre a carreira do magistério superior. Diário Oficial da União: Brasília, 11 set. 2006.
- BRASIL. **Lei nº 11.645**, de 10 de março de 2008. Inclui no currículo oficial a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Diário Oficial da União: Brasília, 11 mar. 2008.
- BRASIL. **Lei nº 11.784**, de 22 de setembro de 2008. Dispõe sobre o plano de carreiras e cargos. Diário Oficial da União: Brasília, 23 set. 2008.
- BRASIL. **Lei nº 12.289**, de 20 de julho de 2010. Dispõe sobre a criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB. Diário Oficial da União: Brasília, 21 jul. 2010.
- BRASIL. **Lei nº 12.772**, de 28 de dezembro de 2012. Dispõe sobre o plano de carreiras do magistério federal. Diário Oficial da União: Brasília, 31 dez. 2012.
- BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Diário Oficial da União: Brasília, 7 jul. 2015.
- BRASIL. Conselho Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). **Resolução nº 01**, de 17 de junho de 2010. Dispõe sobre o Núcleo Docente Estruturante – NDE. Diário Oficial da União: Brasília, 18 jun. 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior (CNE/CES). **Parecer nº 146/2002**, aprovado em 3 de abril de 2002. Brasília, 2002.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior (CNE/CES). **Parecer nº 266/2010**, aprovado em 10 de dezembro de 2010. Brasília, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior (CNE/CES). **Resolução nº 02**, de 18 de junho de 2007. Diário Oficial da União: Brasília, 19 jun. 2007.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior (CNE/CES). **Resolução nº 04**, de 2005. Diário Oficial da União: Brasília, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior (CNE/CES). **Resolução nº 01**, de 13 de janeiro de 2014. Diário Oficial da União: Brasília, 14 jan. 2014.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior (CNE/CES). **Resolução nº 07**, de 18 de dezembro de 2018. Diário Oficial da União: Brasília, 19 dez. 2018.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno (CNE/CP). **Parecer nº 07/2013**, aprovado em 1º de outubro de 2013. Brasília, 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno (CNE/CP). **Resolução nº 01**, de 17 de junho de 2004. Diário Oficial da União: Brasília, 18 jun. 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno (CNE/CP). **Resolução nº 01**, de 30 de maio de 2012. Diário Oficial da União: Brasília, 31 maio 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno (CNE/CP). **Resolução nº 02**, de 15 de junho de 2012. Diário Oficial da União: Brasília, 18 jun. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 147**, de 2 de fevereiro de 2007. Diário Oficial da União: Brasília, 5 fev. 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 2.117**, de 6 de dezembro de 2019. Diário Oficial da União: Brasília, 9 dez. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instrução Normativa nº 17**, de 17 de junho de 2019. Diário Oficial da União: Brasília, 18 jun. 2019.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). **Estatuto da UNILAB**. Redenção: UNILAB, [s.d.].

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). **Lei de Diretrizes da UNILAB**. Redenção: UNILAB, 2010.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2023–2027**. Redenção: UNILAB, 2023.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). **Projeto Pedagógico Institucional (PPI)**. Redenção: UNILAB, [s.d.].

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE). **Resolução nº 473**, de 2018. Redenção: UNILAB, 2018.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). **Resolução nº 31**, de 2020. Redenção: UNILAB, 2020.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). **Resolução nº 87**, de 10 de junho de 2021. Redenção: UNILAB, 2021.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). **Resolução nº 272**, de 2 de outubro de 2023. Redenção: UNILAB, 2023.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). **Resolução nº 309**, de 26 de fevereiro de 2024. Redenção: UNILAB, 2024.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). **Resolução complementar nº 05**, de 19 de junho de 2023. Redenção: UNILAB, 2023.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). **Resolução complementar ad referendum nº 06**, de 2024. Redenção: UNILAB, 2024.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). Conselho Universitário (CONSUNI). **Resolução nº 004**, de 2010. Redenção: UNILAB, 2010.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). Conselho Universitário (CONSUNI). **Resolução nº 11**, de 2017. Redenção: UNILAB, 2017.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). Conselho Universitário (CONSUNI). **Resolução nº 20**, de 2015. Redenção: UNILAB, 2015.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). Conselho Universitário (CONSUNI). **Resolução nº 40**, de 20 de agosto de 2021. Redenção: UNILAB, 2021.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). Conselho Universitário (CONSUNI). **Resolução nº 55**, de 16 de dezembro de 2021. Redenção: UNILAB, 2021.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). Conselho Universitário (CONSUNI). **Resolução nº 181**, de 26 de março de 2025. Redenção: UNILAB, 2025.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA (UNILAB). Conselho Superior (CONSUP). **Resolução nº 27**, de 11 de novembro de 2014. Redenção: UNILAB, 2014.

ITEM	#		
NÚMERO DE REVISÃO	Versão 03		
ALTERAÇÕES REALIZADAS	Aspecto	Versão Atual (2016)	Versão Revisada (2025)
	Carga horária	3.220h	3.578h (aumento)
	Duração	4 anos (sem detalhamento de limites)	4 anos (mín. 8 e máx. 10 semestres)
	Base legal	Genérica e limitada	Ampla: LDB, DCNs (2005 e 2014), normativas MEC
	Estrutura do PPC	Menos detalhada	Reorganizada, com mais seções e subdivisões
	Internacionalização	Abordagem conceitual	Programas concretos de mobilidade (nacional e internacional)
	Alinhamento institucional (PDI/PPI)	Não explícito	Explicitamente integrado ao PDI e PPI
	Currículo	Estrutura tradicional	Inclusão da curricularização da extensão e maior detalhamento
	Metodologias de ensino	Menos detalhadas	Ênfase em metodologias ativas e interdisciplinaridade
	Avaliação	Institucional e docente (básico)	Sistema completo: institucional, curso, docente e discente
	Acessibilidade	Pouco abordada	Seções específicas (acessibilidade, inclusão, TEA)
	Apoio ao discente	Geral	Ampliado (monitoria, nivelamento, apoio psicopedagógico)
	Justificativa do curso	Foco inicial de implantação	Atualizada com contexto atual e consolidação do curso
	Corpo docente	Lista original	Atualizado (novos docentes e áreas)
	Extensão	Atividades complementares	Integração formal ao currículo (curricularização)
	Internacionalização curricular	Implícita	Estruturada (convênios, mobilidade, cooperação CPLP)
	Novos tópicos	Não possui	Acessibilidade, internacionalização, avaliação do curso, políticas institucionais

DATA DA REVISÃO	Data da Revisão: 25/02/2026, Conforme Despacho do ICSA 1388292
--------------------	--